



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO - PRPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA LINGUAGEM

MARIA CAROLINA CORDEIRO PESSÔA BEZERRA

UMA ANÁLISE SEMIOLÓGICO-ENUNCIATIVA DA ESCRITA CIENTÍFICA

Recife
2025

MARIA CAROLINA CORDEIRO PESSÔA BEZERRA

UMA ANÁLISE SEMIOLÓGICO-ENUNCIATIVA DA ESCRITA CIENTÍFICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de mestra em Estudos da Linguagem. Área de concentração: Análises linguísticas, textuais, discursivas e enunciativas.

Orientador (a): Dr. José Temístocles
Ferreira Junior

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Sistema Integrado de Bibliotecas da UFRPE
Bibliotecário(a): Ana Catarina Macêdo – CRB-4 1781

B574a Bezerra, Maria Carolina Cordeiro Pessoa.
Uma análise semiológico-enunciativa da escrita científica / Maria Carolina Cordeiro Pessoa Bezerra. - Recife, 2025.
99 f.; il.

Orientador(a): José Temístocles Ferreira Junior.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Educação a Distância e Tecnologia - UAEADTEC, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Recife, BR-PE, 2025.

Inclui referências e anexo(s).

1. Escrita . 2. Redação técnica. 3. Aspectos semiológico . 4. Benveniste, Émile, 1902-1976 I. Ferreira Junior, José Temístocles, orient. II. Título

CDD 470

MARIA CAROLINA CORDEIRO PESSOA BEZERRA

UMA ANÁLISE SEMIOLÓGICO-ENUNCIATIVA DA ESCRITA CIENTÍFICA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Estudos da Linguagem.

Aprovada em: 04 / 02 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Temístocles Ferreira Junior (Orientadora)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profa. Dra. Vicentina Maria Ramires Borba (Examinadora Interna)
Universidade Federal Rural de Pernambuco

Prof. Dr. Paulo Vinícius Ávila Nóbrega (Examinador Externo)
Universidade Estadual da Paraíba

Dedico o presente trabalho a toda a minha família [Ana Cláudia, Djair José e Maria Cláudia] que, sob muito sol, me fez chegar aqui pela sombra e com água fresca.

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste trabalho representa não apenas um marco acadêmico, mas também a soma de esforços, apoio e dedicação de muitas pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização.

Agradeço, em primeiro lugar, à minha família, que sempre esteve ao meu lado, oferecendo amor, paciência e incentivo incondicional. Ana Cláudia, Djair e Maria Cláudia, vocês são a base de tudo o que conquistei e da pessoa que eu sou. Agradeço também ao meu namorado, Gabriel, por ter sido minha fortaleza e grande incentivador dos meus sonhos.

Ao meu orientador, José Temístocles, expresso minha mais profunda gratidão pela orientação atenta, pela partilha de conhecimentos valiosos e por acreditar no potencial deste estudo.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco, agradeço por proporcionar um ambiente de aprendizado e pesquisa que foi essencial para minha formação. Também sou grata à coordenação e aos professores do programa de pós-graduação em Estudos da Linguagem por seu empenho em oferecer um ensino de excelência.

Ao longo dessa jornada desafiadora, tive a felicidade de contar com o apoio inestimável de três pessoas incríveis: Eluá [juntas desde a graduação] Clarice e Melk. Juntos, compartilhamos desafios, conquistas e aprendizados que tornaram essa caminhada mais leve e significativa. Sou grata por nossa parceria, pelo companheirismo e pela amizade que construímos ao longo dessa trajetória.

Agradeço também às minhas amigas de vida [o receio de não contemplar todas me faz não citar seus nomes, mas saibam o quanto são especiais] e de trabalho [Eduarda, Mayara e Wilma], que estiveram ao meu lado nos momentos mais desafiadores desta jornada. Sua amizade, apoio e palavras de encorajamento foram uma fonte inesgotável de força e inspiração. Obrigada por acreditarem em mim e me ajudarem a seguir em frente, mesmo quando parecia difícil.

Por fim, agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Cada palavra de apoio, cada gesto de confiança e cada troca de experiências fizeram parte desta conquista.

A todos, meu sincero obrigada!

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê” (Atribuído a Arthur Schopenhauer).

RESUMO

Analisar o texto por uma perspectiva semiológico-enunciativa demanda, antes de tudo, compreender o que está implicado na expressão “semiológico-enunciativa”. O aspecto semiológico diz respeito à produção de sentidos por um determinado sistema signifiante. O aspecto enunciativo, por sua vez, está relacionado à colocação em funcionamento do sistema signifiante da língua. Este trabalho busca analisar o texto acadêmico sob uma perspectiva que une a semiologia aos estudos enunciativos de Émile Benveniste (1988 e 1989), sobretudo no que diz respeito aos procedimentos de sintagmatização e semantização, a fim de perceber aspectos mais amplos da enunciação escrita de introduções de artigos científicos. Dito isso, o interesse é de perceber o modo com que esses procedimentos são empregados na escrita de introduções de artigos científicos na área de Linguística e Literatura. Embora as disciplinas em questão venham do mesmo tronco, apresentam posturas disciplinares distintas. Para isso, foram coletados artigos publicados em revistas Qualis A1 (quadriênio avaliativo CAPES 2013-2016), entre os quais foram selecionadas dez introduções de Linguística e 10 introduções de Literatura para tentar observar de que maneira é possível identificar movimentos regulares e singulares na escrita de textos dessa natureza. Trata-se de uma pesquisa qualiquantitativa. A perspectiva teórica de Benveniste (1988 e 1989) foi adotada para fundamentar a compreensão de aspectos do ato enunciativo (como o ato em si, a situação em que se realiza e os instrumentos de sua realização) e os planos semiótico e semântico subjacentes à organização e produção do texto escrito. A escrita, portanto, é considerada aqui tanto do ponto de vista semiológico, como um sistema semiológico subordinado ao sistema interpretante da língua, conforme Benveniste (1989 e 2014), quanto do ponto de vista da enunciação escrita. Assim, para entender os procedimentos de sintagmatização identificáveis nas introduções dos artigos, é necessário considerar aspectos semióticos e semânticos recorrentes no domínio discursivo em que estão situados esses textos. As análises revelam que, por meio dessas observações, é possível compreender como o locutor-escrevente do texto sinaliza seus posicionamentos e engajamento discursivo empregando sintagmatizações.

Palavras chave: Enunciação, Texto escrito, Sintagmatização, Semantização.

RESUMÉ

Analyser un texte d'un point de vue sémiologique-énonciatif nécessite tout d'abord de comprendre ce qu'implique l'expression "sémiologique-énonciatif". L'aspect sémiologique concerne la production de significations par un certain système signifiant. L'aspect énonciatif, quant à lui, est lié à la mise en œuvre du système signifiant de la langue. Ce travail cherche à analyser le texte académique dans une perspective qui combine la sémiologie avec les études énonciatives d'Émile Benveniste (1988 et 1989), notamment en ce qui concerne les processus de syntagmatisation et de sémantisation, afin de comprendre des aspects plus larges de l'énonciation écrite dans les introductions d'articles scientifiques. Cela dit, l'intérêt réside dans la compréhension de la manière dont ces processus sont utilisés dans la rédaction d'introductions d'articles scientifiques dans le domaine de la linguistique et de la littérature. Bien que ces disciplines proviennent d'une même branche, elles présentent des approches disciplinaires différentes. À cet effet, des articles publiés dans des revues Qualis A1 (période quadriennale d'évaluation CAPES 2013-2016) ont été collectés, parmi lesquels dix introductions de linguistique et dix introductions de littérature ont été sélectionnées afin d'observer comment il est possible d'identifier des mouvements réguliers et singuliers dans l'écriture de textes de cette nature. Il s'agit d'une recherche quali-quantitative. La perspective théorique de Benveniste (1988 et 1989) a été adoptée pour soutenir la compréhension des aspects de l'acte énonciatif (tels que l'acte lui-même, la situation dans laquelle il se déroule et les instruments permettant son accomplissement) ainsi que des plans sémiotiques et sémantiques sous-jacents à l'organisation et à la production des textes écrits. L'écriture est donc envisagée ici à la fois du point de vue sémiologique, comme un système sémiologique subordonné au système interprétatif de la langue, selon Benveniste (1989 et 2014), et du point de vue de l'énonciation écrite. Ainsi, pour comprendre les processus de syntagmatisation identifiables dans les introductions des articles, il est nécessaire de considérer les aspects sémiotiques et sémantiques récurrents dans le domaine discursif dans lequel s'inscrivent ces textes. Les analyses révèlent que, à travers ces observations, il est possible de comprendre comment le scripteur du texte signale ses positions et son engagement discursif à l'aide de syntagmatisations.

Mots-clés: Énonciation, Texte écrit, Syntagmatisation, Sémantisation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Divergências entre a Linguística de texto e a vertente enunciativa.	44
Figura 2 –	Modelo Cars (1990).	48
Figura 3 –	Recursos enunciativos empregados na escrita científica (REEEC).	60
Figura 4 –	Introdução de Linguística de número 3 (Ling. 3).	63
Figura 5 –	Análise da categoria de referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor nas introduções de Linguística (modelo REEEC).	68
Figura 6 –	Análise da categoria de referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor nas introduções de Literatura.	71
Figura 7 –	Análise da categoria de referência ao tempo e espaço nas introduções de Linguística (modelo REEEC).	77
Figura 8 –	Análise da categoria de referência ao tempo e espaço nas introduções de Literatura (modelo REEEC).	77
Figura 9 –	Análise da categoria de intenção comunicativa explícita nas introduções de Linguística (modelo REEEC).	79
Figura 10 –	Análise da categoria de intenção comunicativa explícita nas introduções de Literatura (modelo REEEC)	80
Figura 11 –	Análise da categoria de índices de avaliação nas introduções de Linguística (modelo REEEC).	83
Figura 12 –	Análise da categoria de índices de avaliação nas introduções de Literatura (modelo REEEC).	85
Figura 13 –	Gráfico geral dos movimentos mais e menos utilizados nas introduções de artigos.	87

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	14
1	SITUANDO A REFLEXÃO SEMIOLÓGICO-ENUNCIATIVA DE BENVENISTE SOBRE A LINGUAGEM	17
1.1	A abordagem enunciativa de Benveniste: os três momentos da reflexão teórica e suas implicações para abordagem da escrita.	20
1.2	O primeiro momento Pessoa e Não Pessoa: a instância de discurso e as relações eu/tu – ele.	27
1.3	O Semiótico e o Semântico e a escrita: signos vazios e signos plenos.	30
1.4	O aparelho formal da enunciação e suas implicações para a enunciação escrita.	33
1.5	A escrita sob uma perspectiva semiológica e enunciativa.	35
1.6	Resumo do capítulo.	39
2	PROCEDIMENTOS DE SINTAGMATIZAÇÃO E SEMANTIZAÇÃO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS.	40
2.1.	A escrita científica e os diferentes modos de sintagmatização e de semantização da língua.	42
2.2	Possibilidades de diálogo entre a perspectiva enunciativa e a abordagem de Swales para o exame dos procedimentos de sintagmatização adotados em introduções de artigos científicos.	47
2.3	Em busca de princípios para abordagem de artigos científicos sob a perspectiva da enunciação escrita.	50
3	METODOLOGIA	58
4	ANÁLISE DOS DADOS	62
4.1	Referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor.	62
4.1.1	Resumo do capítulo	72
4.2	Referência ao tempo e espaço.	73
4.2.1	Resumo do capítulo	77
4.3	Intenção comunicativa explícita	78
4.3.1	Resumo do capítulo	81
4.4	Índices de avaliação	81

4.4.1	Resumo do capítulo	85
5	NOTAS GERAIS	86
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	88
	REFERÊNCIAS	91
	ANEXO A - LINK DAS INTRODUÇÕES DE LINGUÍSTICA	97
	ANEXO B - LINK DAS INTRODUÇÕES DE LITERATURA	99

INTRODUÇÃO

As investigações que amparam o texto, seja ele escrito ou oral, estiveram, em maioria, vinculadas a linguística de texto. Esta, por sua vez, se dedicou a observá-lo como unidade comunicativa completa. Isto é, investigou aspectos como estruturação discursiva, coesão, coerência e etc. Significa então que nomes como Michael Halliday, Luiz Antônio Marcuschi, Ingedore Koch, Robert de Beaugrande e Leonor Lopes Fávero estão sempre em voga quando se percebe o texto nessa perspectiva.

Ainda que não discordemos do olhar desses célebres pesquisadores, é de interesse dessa pesquisa sugerir um viés enunciativo para estudar o texto científico escrito. A Linguística da Enunciação, ainda que possua semelhanças com a Linguística Textual, canaliza sua atenção na linguagem e no papel que ela ocupa na construção da identidade de um sujeito. Aqui, o homem e a linguagem são indissociáveis. Na verdade, o homem está na linguagem, assim como a natureza e a cultura. É através do discurso, enquanto produto da enunciação, que se forma o sujeito. É, portanto, necessário dizer para que se possa existir. Trata-se disso a visão antropológica de língua de Benveniste: “Para que as relações humanas se concretizem e sejam significadas por esse aparato simbólico intermediário, a linguagem precisa realizar-se em uma língua particular, que se atualiza em discurso” (Silva, 2018, p. 5).

Assim dizendo, a análise de um texto nessa perspectiva leva em consideração toda a historicidade da língua. As mudanças ocorrem e devem ser vistas enquanto marca do humano nesse discurso. É através dessa perspectiva de linguagem e de enunciação, enquanto ato de significação, que o seguinte trabalho está ancorado. Não é assombroso, então, que dúvidas como essas surjam: como funciona o estudo de um texto nessa perspectiva enunciativa? Existem elementos já preestabelecidos para uma análise enunciativa, sobretudo em textos acadêmicos? Levando em consideração a rigidez de um artigo científico, como é firmada a sua autoria?

As escolhas linguísticas que constituem o ser e o tornam único advém da subjetividade no discurso. Pensando nisso, este estudo dá luz ao papel importante que as introduções desempenham na comunidade acadêmica por apresentar o tema central do trabalho, a relevância da pesquisa, assim como o contexto do tema a ser abordado e seus problemas e objetivos (Motta-roth e Hendges, 2010, p. 13). Nela se constituem ou se dissipam os primeiros interesses dos leitores pertencentes a uma

comunidade discursiva, visto ser a responsável por apresentar aquilo que já foi construído e o que pretende ser feito (Bhatia, 1993, p. 88).

É de se notar que o texto científico segue regras e intenções comunicativas específicas. O olhar enunciativo traz essa base sólida para que investiguemos de que forma os elementos linguísticos são organizados com objetivo de criar significado. Para isso, utilizaremos como principal aporte teórico Problemas de linguística geral I e II, doravante denominados PLG I e PLG II. Utilizaremos, principalmente, o capítulo intitulado O aparelho formal da enunciação e os procedimentos de semantização e sintagmatização citados por Benveniste (1989), aquele se referindo ao processo pelo qual palavras, expressões e até estruturas sofrem para produzir significado em um contexto comunicativo específico e, este, tratando da organização e combinação que os elementos linguísticos podem vir a sofrer dentro de uma língua. Em outras palavras, como o escritor seleciona e constroi o seu discurso a fim de influenciar o outro.

Pensando nisso, é possível trazer o questionamento que norteia nosso estudo: de que forma os procedimentos de semantização e sintagmatização funcionam como mecanismos semiológicos-enunciativos na escrita de introduções de artigos científicos? Para conseguir responder a esse questionamento, nos propusemos a investigar os mecanismos de sintagmatização e semantização na atribuição de significado e na expressão da subjetividade nas introduções; comparar diferentes estratégias de semantização e sintagmatização em introduções, destacando suas variações e efeitos; por último, explorar a relação entre o uso eficaz desses mecanismos e a qualidade das introduções em termos de clareza, coesão e coerência.

Trabalhos que realizam análises enunciativas na abordagem benvenistiana de grande destaque são os de Flores (2013), Mello (2012), Holme (2018), Silva e Stumpf (2012), Mello et al (2015). Todavia, ainda são escassos os trabalhos que se propõem a analisar textos acadêmicos, sobretudo no que diz respeito às introduções de artigos científicos.

Também será realizado um breve comparativo com a abordagem norte-americana dos estudos da Linguística de Texto na perspectiva da escola swalesiana, tendo como principal nome Swales (1990) e o modelo Create a Research Space (CARS) de 1990, base de outros modelos e adaptações que investigam o texto escrito. Swales (1990) defendia a existência de uma tríade: gênero, propósito comunicativo e comunidade discursiva. Ao escrever um texto, é necessário levar em conta esses três

aspectos, a fim de que eles orientem a estrutura esquemática do discurso, inspirem e restrinjam as escolhas do conteúdo e estilo (Swales, 1990. p. 58).

A relação estabelecida entre a análise swalesiana e a análise benvenistiana vem como continuidade de discussões do período da graduação. É ansiado perceber a mesma hipótese discutida por Mello (2012, p. 14) em que “cada texto possui uma configuração própria do aparelho formal da enunciação proposto por Benveniste - entendida como uma relação específica entre forma e sentido -, existindo, portanto, uma configuração disponibilizada pela língua e aquela construída no texto”. Isso nos leva a considerar que cada gênero possui uma organização/gramática própria, melhor dizendo, uma sintagmatização que é construída a cada enunciação.

Os passos apresentados por Swales (1990) e as escolhas retóricas para construção desses passos serão relacionados com a teoria enunciativa de Benveniste a fim de perceber aspectos das categorias de tempo e espaço; referência ao locutor e ao interlocutor; índices de avaliação, na qualidade de qualificar alguns textos e discussões; referência ao locutor e ao interlocutor e etc..

A pesquisa teve como objetivo, portanto, realizar a análise de um *corpus*, baseado na perspectiva enunciativa de vertente benvenistiana, com 20 introduções de artigos científicos nas áreas de Linguística e Literatura produzidos por pesquisadores das universidades brasileiras que publicaram em 2019-2020 em periódicos classificados como Qualis A1 no quadriênio avaliativo Capes 2013-2016.

À vista disso, esta dissertação está organizada em quatro capítulos principais, sendo divididos em algumas subseções. A primeira parte explora a base do pensamento semiológico-enunciativo de Benveniste, abordando desde os três momentos de sua teoria até chegar no que o francês tem a dizer sobre a escrita em uma perspectiva semiológica. Para isso, abordamos minuciosamente a perspectiva de signo para Benveniste e as condições que tornam essa visão distinta de Saussure.

A segunda parte esclarece melhor os procedimentos de semantização e sintagmatização. Estes enquanto técnicas utilizadas na realização de análises linguísticas, com fim de compreender a estrutura e a significação dos textos. Além disso, considerando a potencialidade da teoria em questão, neste momento há o diálogo entre a perspectiva enunciativa e a abordagem de Swales (1990), esta enquanto principal artefato para compreender a estrutura e o conteúdo por trás das introduções de artigos científicos. Para isso, utilizaremos o modelo *Creating A research Space* (CARS), cujo princípio divide a seção de introdução em três etapas

principais: a criação do contexto (c), a justificativa para a pesquisa (a) e a apresentação da lacuna no conhecimento (r). Por último, serão estabelecidos princípios para abordagem de artigos científicos sob a perspectiva da enunciação escrita.

O terceiro é dedicado à metodologia do trabalho que, por sua vez, expõe as técnicas, procedimentos e ferramentas utilizadas na realização da pesquisa. Nela também será melhor esclarecida as maneiras de investigar a enunciação escrita e categorias elencadas na seção de introdução.

No quarto momento, serão expostas as análises, agrupadas em categorias: Referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor; Referência ao tempo e espaço; Intenção comunicativa explícita e, por último, índices de avaliação. No quinto e último momento, seguirão as considerações finais e as referências utilizadas no trabalho em questão.

1. SITUANDO A REFLEXÃO SEMIOLÓGICO-ENUNCIATIVA DE BENVENISTE SOBRE A LINGUAGEM

Ainda que seja incipiente, toda escrita que visa refletir aspectos da teoria enunciativa de Benveniste merece ser iniciada reconhecendo a flutuação terminológica e o pensamento em formação que acompanha seus textos. Todavia, algo que foi mantido e merece esclarecimentos é o lugar da linguagem em seus estudos. Para Benveniste (1989), a linguagem é intrinsecamente ligada ao sujeito que fala ou escreve. Nessas condições, a “linguagem é uma dialogia, ou melhor, uma argumentologia; não falamos para trocar informações sobre o mundo, mas para convencer o outro a entrar no nosso jogo discursivo, para convencê-lo da nossa verdade” (Oliveira et al, 2012, p. 27). Nesse sentido, para agir sobre o outro, influenciando-o de alguma forma, o locutor se vale de algumas funções disponíveis no processo de conversão da língua em discurso: “[...] a enunciação fornece as condições necessárias às grandes funções sintáticas. Desde o momento em que o enunciador se serve da língua para influenciar de algum modo o comportamento do alocutário, ele dispõe para este fim de um aparelho de funções” (Benveniste, 1989, p. 86). Nesse sentido, esta pesquisa analisa os procedimentos linguístico-discursivos por meio dos quais o locutor-escrevente atualiza as grandes funções sintáticas referidas por Benveniste.

Partindo dessa perspectiva, é compreensível dizer que enquanto Saussure (1999) reconheceu a língua como objeto de estudo da Linguística, Benveniste (1989) viu na linguagem e nas línguas o ponto de partida para investigação de diferentes fenômenos e situou diferentes problemas para a chamada Linguística Geral. Nas palavras de Saussure (2003, p. 23) “a língua é classificável entre os fatos humanos, enquanto a linguagem não o é”. Em Benveniste (1989), a linguagem, por sua vez, foi abordada sob duas perspectivas inter-relacionadas: a semiologia e a enunciação. Antes, porém, de esclarecer essa relação, se faz necessário compreender suas visões isoladamente.

O reconhecimento de uma ciência que estuda o signo linguístico e suas implicações para a Linguística da Enunciação advém da constatação de que o homem não nasce na natureza, mas na cultura e esta, por si mesma, é “um mecanismo de caráter simbólico” (Benveniste, 1989, p. 26). Em uma entrevista para Pierre Daix, Benveniste (1989) elucida bem a semiologia:

Quando se fala, é para dizer alguma coisa, para transmitir uma mensagem (...). A língua compõe-se de elementos isoláveis e que cada um tem um sentido e são articulados segundo um código. São estes elementos que os dicionários catalogam e, ao lado de cada um deles, colocam uma definição, dão, pois, o que eles chamam seu sentido (Benveniste, 1989, p. 21).

Isso nos leva a compreender os questionamentos que surgem dessa definição, por exemplo, de que forma a língua consegue admitir essa polissemia, tendo em vista que há mais de um sentido para uma palavra? O dinamismo que existe na língua admite que haja não somente a multiplicidade de sentidos, mas que novos conceitos sejam inventados e, por conseguinte, “refazer a língua, sobre ela mesma de algum modo” (Benveniste, 1989, p. 22). O sentido, portanto, é pensado como algo operante dentro do sistema da língua e pode ser dividido em duas modalidades: o semiótico e o semântico. Aquele sendo o que Saussure (1999) vai chamar de signo, a unidade provida de sentido, isto é, aquilo que é fechado em si mesmo, e este sendo o sentido em uma situação mais contextual, resultado de um encadeamento de outros signos que estão relacionados a ele.

Embora Benveniste (1989, p. 49) reconheça e considere os feitos saussurianos, o conceito de signo é algo a ser repensado para o francês. Saussure salienta a relação arbitrária entre o significante e o significado, enquanto Benveniste (1989) amplia essa discussão ao integrar a dimensão da enunciação e enfatizar a

subjetividade na linguagem. Ele, então, contribui para uma compreensão mais dinâmica e contextualizada do signo linguístico, incorporando elementos mais amplos do uso da linguagem na comunicação humana.

Esse percurso norteia o papel da semiologia, esta enquanto a disciplina que busca compreender os signos e seus sistemas, percebendo o processo pelo qual os signos sofrem para adquirir significado. O que faz com que uma determinada nomenclatura seja significativa para uma cultura e para outra não? Como se dá a relação entre uma letra e um fonema? Criamos o sentido de alguns sinais e gestos que muito provavelmente não simbolizam nada para outra comunidade. No campo da linguagem, a semiologia vai investigar como as palavras, frases e outros elementos linguísticos funcionam como signos, representando conceitos e objetos. Benveniste (1989) incorpora uma perspectiva semiológica ao destacar a importância da sintaxe, das relações formais entre os elementos linguísticos, na construção do significado.

No artigo A semiologia da língua, Benveniste (1989, p. 53) explora e compara sistemas de signos de ordens diferentes, como o artístico e o musical, a fim de aclarar as condições que norteiam o comportamento de um sistema, dentre eles: (1) possuir um repertório finito de signos, (2) regras de arranjo que governam suas figuras (3) independentemente da natureza e do número de discursos que o sistema permite produzir (Benveniste, 1989, p. 60). É a partir de uma longa discussão e assimilação dos sistemas exemplificados que o francês pontua que a língua é o interpretante de todos os sistemas semióticos, é ela quem “constitui o que mantém juntos os homens, o fundamento de todas as relações que por seu turno fundamenta a sociedade” (1989, p. 63). Por meio dessa força motriz, é possível atestar essa relação unificada com todas as outras ciências. Só a língua unifica todos os setores da sociedade e os interpreta. A língua, portanto, possui essa dupla significância, capaz de conter o semiótico e o semântico, por fornecer o único modelo de sistema que seja semiótico simultaneamente na sua estrutura formal e no seu funcionamento.

Fica claro, então, que a semiologia e a enunciação são abordagens teóricas distintas, sendo a semiologia uma disciplina que estuda os signos e a linguagem em geral, como explorado nessa seção, enquanto a enunciação concentra-se na análise do ato de enunciar, ou seja, o ato de produção de enunciados. No entanto, é possível traçar algumas reflexões que relacionam elementos dessas abordagens à linguagem, como será realizada em seções adiante, considerando o pensamento de Benveniste.

Essa visão semiológico-enunciativa, dentro da linguística enunciativa, embora tenha sido iniciada por meio do texto oral, tem sido o foco de muitas pesquisas que visam investigar a escrita, haja vista que ela compartilha características essenciais com a linguagem oral, sendo capaz de representar e comunicar significados por meio de signos. Nesse processo, ainda que peculiar em relação à oralidade, a escrita é um enunciado por ser capaz de construir referência.

Portanto, ao afirmar que Benveniste adota uma visão semiológico-enunciativa sobre a linguagem, seja na modalidade oral ou escrita, estamos reconhecendo que ele integra elementos da semiologia, ao considerar os signos e suas estruturas formais, e da enunciação, ao enfatizar a importância do ato de fala, do sujeito falante e do contexto social na compreensão da linguagem. Essa abordagem integrada oferece uma visão mais abrangente e dinâmica da linguagem, reconhecendo tanto sua dimensão estrutural quanto a significativa influência do contexto e da interação humana na produção de sentido linguístico.

1.1 A ABORDAGEM ENUNCIATIVA DE BENVENISTE: OS TRÊS MOMENTOS DA REFLEXÃO TEÓRICA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA ABORDAGEM DA ESCRITA

A Linguística da Enunciação, campo no qual está situada a reflexão teórica de Benveniste, requer do pesquisador um ponto de vista, um corpus textual específico, isto visto que “as fontes de Émile Benveniste são muitas e, através dela, o autor diz muito sobre fonologia, sintaxe, semântica, morfologia, pragmática e sobre tantos outros níveis da análise linguística e de sua relação com outras áreas” (Flores, 2013, p. 22).

Flores (2013) reúne questões gerais e primeiras que norteiam os estudos da enunciação de Benveniste. Há uma rede de termos, conceitos e noções interdependentes uns dos outros na teoria benvenistiana. Não é possível dizer que existe, por exemplo, um único viés para compreender Benveniste, se não o reconhecimento de perspectivas. Isso ocorre, principalmente, porque existem períodos da sua teoria. Ainda segundo Flores (2013), esses períodos – não cronologicamente marcados por um motivo, mas somente a título de exposição – podem ser convencionalmente chamados de momentos, são eles: (1) Pessoa e não pessoa; (2) semiótico e semântico e (3) o aparelho formal da enunciação.

Para este primeiro momento, Benveniste (1995, p. 247) se volta para termos e noções que constroem o quadro enunciativo visando a subjetividade. Em *As relações de pessoa no verbo* (1946), Benveniste declara que é através das relações de pessoa/não pessoa que se pode fundamentar a presença linguística da subjetividade na linguagem. Para arguir sobre a construção da natureza das línguas, Benveniste (1995, p. 247) explica que “em todas as línguas que possuem um verbo, classificam-se as formas da conjugação segundo a sua referência à pessoa”. Essas classificações, por sua vez, baseadas na gramática grega, limitando-se: “há sempre três pessoas e não há senão três” (1995, p. 247).

É chegado ao ponto de conflito. Para Benveniste (1995, p. 248), essa relação simétrica somente transpõe “para uma teoria pseudolinguística diferenças de natureza lexical”. Ele argumenta que a categoria de pessoa não é apenas uma característica gramatical, mas está intrinsecamente ligada à estrutura da linguagem e à organização do discurso. A definição de pessoa está relacionada ao modo como os indivíduos se identificam e se situam no mundo.

Essas denominações não nos informam nem sempre a necessidade da categoria, nem sobre o conteúdo que ela implica nem sobre as relações que reúnem as diferentes pessoas. É preciso, portanto, procurar saber como cada pessoa se opõe ao conjunto das outras e sobre que princípio se funda a sua posição, uma vez que não podemos atingi-las a não ser pelo que as diferencia (Benveniste, 1995, p. 248).

Trata-se disso o princípio que se estabelece: oposição. Nas palavras de Benveniste (1995, p. 250): “Uma teoria linguística da pessoa verbal só pode constituir-se sobre a base das oposições que diferenciam as pessoas, e se resumirá inteiramente na estrutura dessas oposições”. Ele visualiza o cenário gramatical pelos moldes da gramática árabe, na qual “a 1ª pessoa é tomada como aquela que fala; a 2ª como aquela a quem nos dirigimos; a 3ª como aquela que está **ausente**” (Flores, 2013, p. 90 [grifos meus]). Isto é, não há homogeneidade entre as pessoas do discurso. Eu e tu possuem semelhanças, tendo em vista que – ao dizer eu – implica não somente aquele que fala, mas também implica um enunciado sobre mim. Igualmente o tu, que é designado por um eu, e não pode ser idealizado fora dele.

Para responder esse processo de não legitimidade sofrido pelo pronome *e/le*, Flores (2013, p. 90) argumenta: “A forma comumente considerada de 3ª pessoa,

mesmo que comporte uma indicação de enunciado sobre alguém ou alguma coisa, não faz isso com relação a uma pessoa específica”. Ou seja, trata-se de uma forma verbal que marca a não pessoa. Em virtude disso, é possível estabelecer três características que individualizam a pessoa (eu/tu) da não pessoa (ele):

- (a) Unicidade específica: Eu e tu são sempre únicos: “O ‘eu’ que enuncia, o ‘tu’ ao qual ‘eu’ se dirige são cada vez mais únicos. ‘Ele’, porém, pode ser uma infinidade de sujeitos – ou nenhum” (BENVENISTE, 1995, p. 253);
- (b) Inversibilidade: Eu e tu são inversíveis entre si. O ele não pode ser invertido com os dois primeiros; (Flores, 2013, p. 91)
- (c) Predicação verbal: “A ‘3ª pessoa’ é a única pela qual uma coisa é predicada verbalmente” (PLG I: 253). Tudo o que pertence a eu-tu recebe como predicado a forma verbal da 3ª pessoa (Flores, 2013, p. 91).

Além disso, também é possível considerar, agora, o que torna eu e tu não homogêneas, mas semelhantes. ‘Eu’ é a pessoa que passa pelo processo de subjetivação, enquanto que ‘tu’ é considerada não subjetiva. Dada a importância dessa discussão, Benveniste retoma esse estudo, após dez anos, através do texto *A natureza dos pronomes* (1956), evidenciando agora outra oposição: o subjetivo e o objetivo.

Duas questões iniciais são pontuadas, a primeira é que os pronomes devem ser tratados enquanto um problema de linguagem (Benveniste, 1995, p. 277) e, segundo, que se deve associar os pronomes pessoais a distintas classes, ora seja da sintaxe ora da enunciação. Ou, nas palavras dele: “Uns pertencem à sintaxe (...), outros são característicos daquilo que chamaremos as ‘instâncias do discurso’, isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor” (Benveniste, 1995, p. 277). Também fica estabelecido uma diferença entre um ‘eu’ e uma noção lexical que está ligada à enunciação.

É neste ponto que Flores (2013, p. 93) elenca quais são essas diferenças: 1) a existência de um caráter fundamental que diz respeito à organização referencial dos signos linguísticos. Essa afirmação destaca a estabilidade e consistência no significado dos nomes. Quando usamos um nome, ele não muda fundamentalmente ao longo do tempo ou em diferentes contextos. A noção ou conceito associado ao nome permanece constante, seja essa noção apenas potencial (virtual) ou efetivamente realizada (atualizada) no momento da comunicação. Por exemplo, se considerarmos o nome “maçã”, a afirmação sugere que, sempre que usamos esse termo, estamos nos referindo à mesma noção ou conceito relacionado a uma fruta específica, mesmo que a maçã específica em mente possa variar; 2) Isso não se

aplica, todavia, ao 'eu', tendo em vista que cada eu corresponde a um ser único. Para Benveniste (1995, p. 178), o eu ou o tu não se trata de uma realidade referencial, este mundo físico ao qual nos encontramos, mas a realidade de discurso. Nas palavras dele: "Eu significa 'a pessoa que enuncia a presente instância de discurso que contém eu'. Instância única por definição, e válida somente na sua unicidade" (1995, p. 278)

Há uma diferença de natureza referencial entre o pronome eu e uma noção lexical. O 'eu', então, é esse indivíduo que é simultaneamente o referente e o referido, isso de acordo com a noção já elucidada de que esse eu só é identificável através da instância do discurso. Benveniste (1995, p. 279) explica que o 'eu' é quem enuncia a presente instância de discurso que contém a instância linguística eu. O tu, por sua vez, é "o alocutário na que contém a instância linguística tu" (Benveniste, 1995, p. 279).

Em suma, o primeiro momento pessoa/não pessoa constata o lugar da linguagem vinculada ao ato do locutor de propor enquanto sujeito e esse sujeito, por sua vez, remete a si mesmo como 'eu'. Antes de partir para o segundo momento, é interessante esclarecer brevemente o papel dessas cinco nomenclaturas que nos são valiosas: homem, locutor, sujeito, pessoa e eu que, conceitualmente, não se retratam. O homem é parte dessa visão antropológica inicial de Benveniste; o locutor é quem se apropria da língua; o sujeito é justamente o efeito dessa apropriação; a pessoa é uma categoria linguística cuja importância está ligada diretamente ao fundamento da subjetividade – como evidenciamos – e o eu, por sua vez, é "o ato individual no qual é pronunciado, e lhe designa o locutor" (Benveniste, 1995, p. 288).

O segundo momento, este nomeado de semiótico/semântico, proporciona uma abordagem abrangente para a compreensão da linguagem, explorando tanto a dimensão não discursiva quanto a discursiva. Isso enriquece a análise linguística ao reconhecer a complexidade da comunicação, não apenas nas palavras, mas também nos diversos elementos que compõem o ato comunicativo.

Benveniste (1969) se dedicou a realçar o papel do sentido, até então rejeitado pelo período estruturalista da época, como uma potência que atravessa toda a língua. Este olhar peculiar é, em sua natureza, tomado como contraparte de uma forma. O sentido, na Linguística, não é algo inerente às palavras ou aos signos linguísticos em si, mas sim uma construção que emerge da relação entre o

enunciado (o que é dito) e o enunciatário (aquele a quem a mensagem é dirigida) dentro do ato de enunciação. Ele distingue dois aspectos do sentido: o sentido linguístico e o sentido enunciativo. Este último sendo o que nos interessa e o que norteia o momento semiótico/semântico identificado por Flores (2013).

O artigo Os níveis da análise linguística (1995) de Benveniste, ainda que não utilize os termos semiótico e semântico, pode ser lido como uma “espécie de origem de uma abordagem ‘operatória’ da enunciação” (Flores, 2013, p. 128). Isto é, o funcionamento das palavras em um enunciado a fim de expressar um sentido. É nesse artigo também que as relações de forma e sentido são melhor esclarecidas, servindo como base para a compreensão do momento em questão.

Movido a isso, Benveniste (1995) redefine a noção de nível da língua. Entende-se nível aqui não como uma abordagem da linguística (morfologia, sintaxe etc.), mas como um aparato fundamental para o procedimento de análise. É falado no procedimento de delimitação de elementos e este, por sua vez, é operado por dois comandos que, embora concomitantes, não possuem o mesmo alcance: a segmentação e a substituição. Esta, oferta a “identificação de um segmento em função dos demais segmentos com os quais está em relação de possibilidade de substituição” (Flores, 2013, p. 130) e essa se refere à capacidade do sujeito de fazer escolhas entre diferentes elementos linguísticos. Todavia, essa escolha não é arbitrária; está intrinsecamente ligada ao contexto, à intenção do falante e à relação entre os interlocutores. Essas operações evidenciam a relação intrínseca entre forma e sentido no processo de enunciação, ressaltando a importância do contexto e da subjetividade na análise linguística de Benveniste.

Ainda em Os níveis, Benveniste (1995, p. 128-129) explica:

Se os elementos segmentáveis mínimos se identificam como fonemas, a análise pode ir além e solar no interior do fonema traços distintivos. Esses traços distintivos do fonema, porém, já não são segmentáveis, embora identificáveis e substituíveis. Em [d'] reconhecem-se quatro traços distintivos: oclusão, dentalidade, sonoridade, aspiração. Nenhum deles pode realizar-se por si mesmo fora da articulação fonética em que se apresenta. Não podemos, também, determinar-lhes uma ordem sintagmática; a oclusão é inseparável da dentalidade, e o sopro da sonoridade. Cada um deles admite, apesar disso, uma substituição. A oclusão pode ser substituída por uma fricção; a dentalidade pela labialidade; a aspiração pela globalidade etc. (Benveniste, 1995, p. 128-129).

Fica clara a existência de dois cenários: os elementos que são segmentáveis e substituíveis, os fonemas, e os que são somente substituíveis. “O sentido é de fato a condição fundamental que todas as unidades de todos os níveis devem preencher

para obter status linguísticos” (Benveniste, 1995, p. 130) e, por isso, tomar o sentido somente pelo plano semiótico é abrir mão de um leque de possibilidades que a língua oferta. Tomemos como exemplo a palavra ‘meia’. No português, a palavra meia pode ser compreendida por diversos significados: meia como objeto utilizado em uma parte do corpo, meia sinalizando um horário, meia como indicativo de metade e assim sucessivamente. É, portanto, na junção desses dois planos (semântico e semiótico) que o sentido é realizado de maneira efetiva. O polo semântico oferta as múltiplas facetas que o uso de uma língua emprega. Trata-se da língua em uso.

A condição de sentido, assim, fica estabelecida por meio dessa condição de integração e, por consequência, pertencimento a um nível superior existente em todas as línguas. Todavia, surge uma outra versão de sentido para Benveniste (1995, p. 136), ele diz: “A noção de sentido, porém, tem ainda outro aspecto” e ele está vinculado ao questionamento “qual é esse sentido?”. O primeiro aspecto, retomando o que foi discutido, está relacionado à capacidade de constituir e integrar. O segundo, por sua vez, ligado ao questionamento, estabelece diretamente relação com o mundo e com o ato individual de fala. Isto é, está no plano do discurso.

Outra questão levantada de merecido destaque que complementa a discussão, advém do termo ‘frase’. Benveniste (1995, p. 231), nesse período, alarga-a de tal maneira que a propõe como uma “produção de discurso”. Nas palavras dele: “a frase é então cada vez um acontecimento diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece” (Benveniste, p. 231), fazendo com que Flores (2013, p. 142) chegue a considerá-la semelhante com enunciação.

Não é insólito, por isso, quando resgatamos também o conceito de referência nesse momento semiótico/semântico. Ela está, ainda segundo Flores (2013, p. 142), ausente no primeiro caso e é característica fundamental no segundo. Assim como para Saussure, Benveniste exclui a ideia de referência para situar algo que está no mundo, isto é, fora da realidade linguística. A referência está na própria língua e não no extralinguístico. A referência de uma frase, por exemplo, está “no estado de coisas que a provoca” (Benveniste, 1989, p. 231). Isso nos leva ao ponto de compreensão de que o sentido vai ser modificado conforme a escolha do agente. Trata-se de um agenciamento de palavras que vai ser nomeado de sintagmatização, conceito caro aos nossos estudos e que será retomado mais à frente.

O Aparelho Formal da Enunciação, como é chamado o terceiro momento dos estudos benvenistiano, marca as últimas palavras de Benveniste no tocante aos estudos da enunciação. É no aparelho que podemos observar a formulação textual de uma definição concreta de enunciação, esta – nas palavras dele – como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (Benveniste, 1989, p. 163). Essa definição parte de dois conceitos importantes: o emprego das formas e o emprego da língua, divergentes entre si por serem de “mundos diferentes” (Benveniste, 1989, p. 81). Isso se justifica porque um se limita às regras que regem as condições sintáticas, morfológicas e quaisquer outras combinações que estejam ligadas à forma. Já o outro, segundo Benveniste, se trata “de um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira” (Benveniste, 1989, p. 82). É neste que o francês se apoia para definir a enunciação, uma espécie de mecanismo que afeta a língua em sua totalidade (Benveniste, 1989).

Flores (2013), desde as primeiras páginas de O Aparelho, aponta que “há uma ruptura com a visão ‘estratificada’ de língua e um alargamento da análise enunciativa estendendo-a a todos os níveis da língua” (2013, p. 163). Mais adiante será explorado o quadro formal de realização, este se tratando do que se constitui a enunciação em si: o ato, as situações e seus instrumentos. É um possível caminho a ser percorrido para realização da análise enunciativa.

Duas questões que orientam esse caminho são: a presença de um locutor, já que Benveniste vai dizer que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (Benveniste, 1989, p. 84). Esse locutor, por sua vez, vai se apropriar desse aparelho e vai ser possível percebê-lo por meio das outras duas questões: os índices específicos e os procedimentos acessórios. Os índices específicos são listados no Problemas de Linguística geral II (1989, p. 85) enquanto: Pessoa (eu-tu); ostensão (este, aqui, etc.) e tempo (tempos verbais). Quanto aos procedimentos acessórios, que estão ligados especificamente às condições de singularidade de cada ato enunciativo, segundo o francês, fornecem “as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (Benveniste, 1989, p. 86), a interrogação, a intimação, a asserção e outras tantas inesgotáveis.

No centro de sua teoria está a distinção crucial entre “enunciação” e “enunciado”. Para Benveniste, o enunciado refere-se à manifestação concreta da linguagem, enquanto a enunciação diz respeito ao ato de produzir essa manifestação.

Ele argumenta que a compreensão da linguagem vai além das estruturas gramaticais, envolvendo também o sujeito concreto que se expressa em um contexto específico. O sujeito da enunciação não é apenas um indivíduo, mas também a função que esse indivíduo desempenha dentro do sistema linguístico. Essa abordagem amplia a compreensão da linguagem para incluir não apenas a forma gramatical, mas também o papel do sujeito/locutor na produção do discurso.

Essas implicações nos levam a reconhecer que a produção escrita também é um ato de enunciação, mesmo que o interlocutor não esteja fisicamente presente. Apesar disso, o processo de produção e correção de um texto escrito sempre esteve relacionado “ao trabalho de apontar erros, de preferência aqueles que se situam na superfície da linha do texto” (Antunes, 2006, p. 165). Só após um processo vagaroso do ensino de língua materna limitado ao que a Gramática Normativa prescreve sobre o domínio de regras e produções mecânicas, é que conseguimos visualizar textos capazes de afirmar a sua autoria por meio da subjetividade na sua escrita.

Nas palavras de Possenti (2002, p. 118-119), o que configura o locutor como autor do texto é quando ele: “assume (sabendo ou não) fundamentalmente duas atitudes: dar voz a outros enunciadores e manter distância em relação ao próprio texto”.

A melhor maneira de se trabalhar a construção de textos mais coerentes e bem articulados, promovendo essa noção de autoria, é aceitando a heterogeneidade “que caracteriza as relações oral/escrito, as condições de produção do texto escrito, e, ainda, aquelas referentes à ordem dos discursos tal como esta se constituiu na cultura impressa” (Pietri, 2010, p. 23). Dessa forma, fica claro que - ainda que os estudos de Benveniste tenham majoritariamente voltado-se para a oralidade - a abordagem de Benveniste (1989) destaca a interconexão entre linguagem, locutor e contexto, fornecendo uma visão mais abrangente da natureza da linguagem e sua manifestação na escrita.

1.2 O PRIMEIRO MOMENTO PESSOA E NÃO PESSOA: A INSTÂNCIA DE DISCURSO E AS RELAÇÕES EU/TU – ELE

Ferreira Júnior et al (2015, p. 4) dizem que “para compreender a teoria de Benveniste sobre a categoria de pessoa é fundamental recorrer aos conceitos de linguagem e subjetividade a ela correlacionados”. Por isso, embora admita que não

se trata de um conceito fácil de ser abrangido, conclui que a linguagem “cria a realidade do homem e o diferencia dos demais seres, garantindo-lhe condições para sua definição como sujeito e para sua singularização nas relações estabelecidas com outros indivíduos” (Idem, 2015, p. 4). Dessa forma, podemos compreender que a linguagem é o meio principal para que o homem ateste seu lugar enquanto locutor na vida. Isto é, a linguagem reafirma a existência, distanciando-se de qualquer abordagem que encare a linguagem apenas como instrumento de comunicação. É por meio desse potencial capaz de instituir-se em oposição ao outro que – naturalmente – evoca-se o caráter intersubjetivo da subjetividade.

O sujeito ou locutor, como é preferível para Benveniste (1958), está diretamente ligado à noção de subjetividade. Este eu, que em nada é semelhante ao ser real, é recriado indefinidamente pela enunciação. Portanto, a subjetividade nada mais é do que “a capacidade do locutor para se propor como ‘sujeito’” (Benveniste, 1989, p. 286). Isto é, está diretamente ligada aos meios os quais o sujeito utiliza para colocar-se no mundo, para agir, assim como propõe Ferreira Junior et al (2015, p. 6): “o sujeito só encontra sentido para ser e condições para se propor sujeito no contexto das trocas que mantém e que estabelece com um outro sujeito através das instâncias de discurso assumidas pelo locutor na enunciação”.

A marcação desse sujeito/locutor está vinculada diretamente à categoria de pessoa e não aos pronomes pessoais que, como foi dito em seções acima, não são universais e não comportam essa categoria, visto que somente é considerado pessoa o ‘eu’ e o ‘tu’. É pertinente, então, dizer que a categoria de pessoa está no entremeio de enunciação e referência. O ‘eu’ que ocupa espaço no âmbito do discurso, em nada se assemelha à realidade ou faz referência a ela. Benveniste (1989) destaca a função das formas linguísticas vazias (os indicadores) na criação da categoria de pessoa na linguagem. Essas formas, ao mesmo tempo em que são desprovidas de referência específica, são apropriadas pelo falante para expressar sua identidade como ‘eu’ e para inserir o interlocutor como ‘tu’ no ato comunicativo. Isso evidencia a complexidade da linguagem na construção de relações interpessoais e na expressão da subjetividade. Os possíveis indicadores dessa subjetividade estão relacionados a pessoalidade, temporalidade e espacialidade. Compreendemos as categorias de pessoa, tempo e espaço como Flores (2013, p. 123) pontua:

- Categoria de pessoa: classe elementar da linguagem na qual se vê a experiência subjetiva dos sujeitos que se colocam na e pela linguagem. A categoria de pessoa se expressa nas línguas em um sistema de referências pessoais do qual cada locutor se apropria ao se enunciar e que, em cada instância de seu emprego, se torna único e irrepetível. Está centrada na oposição criada entre os integrantes do discurso “eu”/“tu” - “ele” (Flores, 2013, 123)
- Categoria de tempo: a categoria de tempo, juntamente a categoria de pessoa, está ligada ao exercício da fala, se define e se organiza como função do discurso. Este tempo tem seu centro – um centro ao mesmo tempo gerador e axial – no presente da instância de discurso (Flores, 2013, 123).
- Categoria de espaço: sistema de coordenadas espaciais organizado a partir de um ponto central, que é Eu, segundo modalidades variáveis. A categoria de espaço se presta também para localizar todo objeto em qualquer campo que seja, uma vez que aquele que o organiza está, ele próprio, designado como centro e ponto de referência (Flores, 2013, 123).

É impossível nos determos somente a explorar a categoria de pessoa, sem que alguma dessas outras categorias não se façam presentes em algum momento. É necessário reconhecer que mobilizá-la é também relacioná-la às outras duas. Isso ocorre porque a instituição do sujeito depende umas das outras. Ferreira Junior (2015, p. 8) explica que dizer “aqui” só pode ser concebido relativamente ao sintagma “aí” que, por sua vez, se relaciona ao índice “lá”.

Existe, na categoria de pessoa, um valor pragmático. Benveniste (1989, p. 87) ressalta que a linguagem é um ato de discurso, e a pessoa, nessa perspectiva, representa não apenas um traço gramatical, mas um elemento intrínseco à interação comunicativa. Nas introduções, corpus escolhido para a presente pesquisa, a atenção à escolha lexical e à forma verbal pode revelar variantes nas relações entre o autor e o leitor, conferindo uma dimensão relacional à linguagem utilizada. A análise da categoria de pessoa pode fornecer diferentes percepções sobre a subjetividade na construção do conhecimento. Explorar de que forma o autor se posiciona em relação às ideias apresentadas, torna possível identificar não apenas a objetividade do discurso científico, mas também as sutilezas subjetivas inseridas na escolha de pronomes, verbos e formas de discurso.

A variação na expressão da pessoa ao longo do texto também pode ser objeto de investigação. Benveniste (1995, p. 83-84) ressalta que ‘a pessoa’ se insere em diferentes modos de enunciação, como o discurso direto e o discurso indireto. Ao analisar essas variações, é possível perceber como o autor gerencia a distância ou proximidade com as ideias apresentadas, influenciando a persuasão e a clareza argumentativa.

No texto *Estruturas das relações de pessoa no verbo* (1995, p. 248), Benveniste explora os motivos pelos quais ‘ele’ se configura como uma não pessoa. Isso ocorre, principalmente por considerarmos que o ‘eu’ e o ‘tu’ possuem uma implicação e um discurso sobre, mas o mesmo não ocorre com ‘ele’. Além disso, Benveniste (1995, p. 249) discute duas características da pessoa ‘eu’ e da pessoa ‘tu’. Para ele, há uma unicidade em ambas. Há sempre um novo eu a cada enunciação, mas também há a capacidade de universalidade, isto é, o tu se torna ‘eu’ quando toma a palavra, transformando o ‘eu’ em alocutário no momento da enunciação. É possível reconhecer, então, que o ‘eu’ é um ser subjetivo, enquanto que o tu é o não subjetivo. O ‘ele’, no discurso, como aponta Mello (2012, p. 49), pode representar uma infinidade de sujeitos ou coisa alguma.

1.3 O SEMIÓTICO E O SEMÂNTICO E A ESCRITA: SIGNOS VAZIOS E SIGNOS PLENOS

Com base nas discussões que foram iniciadas sobre o processo de transformação do locutor em sujeito, o conceito de subjetividade nos é valioso. Aya Ono (2007, p. 138) propõe uma ampliação desse conceito e, com isso, impõe três instâncias de subjetividade que são bem esclarecidas por Mello (2012):

1. No sistema linguístico de cada idioma, a subjetividade determina a posição do sujeito na língua. Trata-se de uma subjetividade que opera no sistema linguístico como um todo, isto é, tempos verbais, pessoa e etc..
2. A subjetividade na linguagem ou a subjetividade em ação no exercício da linguagem. Esta, por sua vez, tem um papel central para Benveniste (1995).
3. A subjetividade fora da linguagem. Todavia, o sujeito nunca fica fora da enunciação. Há sempre um espaço vazio destinado ao sujeito.

Não é de se estranhar, então, que Benveniste (1995, p. 90) explique que “a instalação da subjetividade na linguagem cria, na linguagem e, acreditamos, fora da linguagem, a categoria de pessoa”. É como se ele propusesse que observássemos a pessoa real e a pessoa da enunciação pelo mesmo viés. Por isso, Mello (2012, p. 52), diz que quando “se faz uso da linguagem, está-se na linguagem”. Não há como pensar nela como um instrumento, mas como algo inerente ao ser.

É, portanto, da linguagem e do processo de subjetividade que podemos extrair dois conceitos importantes para a figura de ‘pessoa’: signos vazios e signos plenos. Antes, porém, é necessário recordar que o signo, para Benveniste (1995), advém da ideia contrária que o próprio Saussure (1999) classifica. Há, apesar disso, o reconhecimento de que só é possível pensar em signo linguístico por existir a teoria da arbitrariedade do signo. Flores (2017, p. 4) ilustra essa situação como a face de *Jano* que retoma seu olhar para o passado, a fim de acentuar o alcance de algo que já é magistral. Saussure não é o seu objetivo, mas é a partir dele que se vai além. Apesar disso, nas palavras dele: “Não há um só linguista que não lhe deva algo. Não há uma só teoria geral que não mencione o seu nome” (Benveniste, 1988, p. 34).

Para Saussure (1999), todo signo é arbitrário e isso se justifica, sobretudo, por três questões principais: a primeira é a de que os signos são produtos de convenções sociais. Significa dizer que o signo (a palavra) e o seu significado só se estabelecem dentro de uma comunidade específica. Tomemos como exemplo a palavra ‘cão’, em português, e a palavra ‘dog’ em inglês. Não há uma relação intrínseca entre as duas.

É, somente, uma convenção entre o significante (a palavra) e o significado (a ideia). A segunda, ausência de uma relação natural. Não há uma relação inerente pela qual uma palavra ‘x’ deve ser conceituada de forma ‘y’. A terceira é, basicamente, a justificativa da segunda: a arbitrariedade permite o câmbio de palavras para um mesmo objeto a depender das línguas. Em resumo, para ele, o signo é imotivado.

Em virtude disso, Benveniste propõe uma nova definição de signo: “entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é necessário” (Benveniste, 1995, p. 55). Mantém-se a importância do signo como elemento primordial do sistema linguístico, todavia, a ideia de arbitrariedade é repensada. Nas palavras dele: “o que é arbitrário é que um signo, mas não outro, se aplica a determinado elemento da realidade, mas não outro” (Benveniste, 1989, p. 56).

Em Problemas de Linguística Geral I, o artigo A natureza dos pronomes (1989), traz o conceito de signo associado a classe dos pronomes. Nele, Benveniste vai

explicar que há pronomes que pertencem à ordem sintática da língua e há pronomes que são característicos da ordem do discurso. Quando analisamos o ‘eu’ “vê-se que entre “eu e um nome referente a uma noção lexical” (Benveniste, 1989, p. 278) há, além de diferenças formais, uma diferença de natureza: é distintivo de eu o fato de incluir em seu sentido aqueles que o usam, ou seja, os locutores” (Flores, 2017, p. 11).

Benveniste (1989, p. 279) vai argumentar que ‘eu’ e ‘tu’, por exemplo, são característicos de um texto falado. Dificilmente não usamos essas expressões em um discurso, mas - a depender do texto escrito - não nos faria falta. O mesmo não ocorre com os ‘outros’ signos da língua. É o que ele vai chamar de *condição de emprego*. Esses construtos do francês ainda acrescentam que, o ‘eu’ que proferimos “tem a sua referência própria e corresponde cada vez a um ser único, proposto como tal” (Benveniste, 1989, p. 278). Essa afirmação difere do conceito de ‘nome’. Ao nomearmos algo, esse algo vai ter sempre uma noção constante e objetiva, apta a permanecer virtual ou a se atualizar num objeto único, como Flores (2017, p. 11) diz.

Fica claro, então, que há duas condições ao signo benvenistiano (Flores, 2017, p. 11): os signos cuja referência, única e singular, é ao “sujeito que fala”; há os signos que se referem “a uma noção constante e ‘objetiva’, apta a permanecer virtual ou a atualizar-se num objeto singular” (Benveniste, 1989, p. 278). Essas afirmações chegam ao cerne da nossa discussão neste capítulo. Ao trazer à tona três componentes: pessoa, espaço e tempo, Benveniste afirma:

Tratamos muito levemente e como incontestável a referência ao “sujeito que fala” implícita em todo esse grupo de expressões. Despoja-se da sua significação própria essa referência se não se discerne o traço pelo qual se distingue dos outros signos linguísticos. Assim, pois, é ao mesmo tempo original e fundamental o fato de que essas formas “pronominais” não remetam à “realidade” nem a posições “objetivas” no espaço ou no tempo, mas à enunciação, cada vez única, que as contém, e reflitam assim o seu próprio emprego (Benveniste, 1989, p. 280).

E acrescenta:

A importância da sua função se comparará à natureza do problema que servem para resolver, e que não é senão o da comunicação intersubjetiva. A linguagem resolveu esse problema criando um conjunto de signos “vazios”, não referenciais com relação à “realidade”, sempre disponíveis, e que se tornam “plenos” assim que um locutor os assume em cada instância do seu discurso. (Benveniste, 1989, p. 280, grifos meus).

As discussões acima propõem, então, que - em uma comunicação - existem formas 'vazias' de dirigir-se ao outro. Essas formas, por sua vez, são modificadas conforme a comunicação muda e evolui. Por exemplo, nas palavras do próprio francês: "fora do discurso efetivo, os pronomes não são senão uma forma vazia, que não podem ser ligados a um objeto ou um conceito" (Benveniste, 1989, p. 69). Significa dizer que - no caso dos pronomes, eu e tu são espécies de "signos vazios", que só se tornam verdadeiramente plenos ao ser tomados por um locutor. E, no caso dos signos plenos, só podem ser considerados quando já possuem uma forma/imagem constante, objetiva.

Assim, essa afirmação traz algumas reflexões pertinentes de Orecchioni (1999, p. 41), tendo em vista que - para ela - ainda que os pronomes não possuam um referente fixo, podemos considerar que ao dizer 'eu', existe um conceito por trás, estamos sempre falando de um locutor, um sujeito que está proferindo algo.

1.4 O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A ENUNCIÇÃO ESCRITA

O grande eixo das questões aqui discutidas aponta para um dos maiores construtos de Benveniste: o aparelho formal da enunciação. Em Problemas de Linguística Geral II, o artigo também nomeado de O aparelho (1989), traz noções valiosas para a compreensão do conceito de enunciação. O texto, como pontua Mello (2012, p. 72), apresenta uma ideia global do fenômeno enunciativo e focaliza, mais especificamente, os caracteres linguísticos da enunciação.

Benveniste, então, inicia as discussões no artigo, pontuando a evidência que é dada ao emprego das formas ao realizar descrições linguísticas. Coisa bem diferente é o emprego da língua (Benveniste, 1989, p. 82). Este, por sua vez, é pontuado como um mecanismo constante que afeta toda a língua e, por isso, confunde-se com ela.

Explicado isso, Benveniste (1989) realiza uma série de argumentos para classificar a enunciação que, "é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização" (Benveniste, 1989, p. 82). A enunciação, então, não está relacionada ao texto produzido, mas ao momento em que a língua ganha vida, tornando-a funcional e produzindo significados e intenções dentro de um contexto específico de interação. Esse movimento do locutor ao mobilizar a língua de modo a

produzir sentido é, justamente, o que determina os caracteres linguísticos utilizados no ato enunciativo. Isto é, a língua não é um sistema abstrato de signos.

Trata-se de um processo e Benveniste (1989) cita três principais:

1. A realização vocal da língua:

Seja em um idioma específico ou de maneira geral, serão percebidos de que forma os sons são emitidos. Trata-se de um estudo no ramo fonético, mas que - como pontua o francês - um mesmo sujeito nunca vai ouvir exatamente os mesmos sons. Essa noção de identidade é “aproximativa”, ainda que você a experiencie novamente e detalhadamente. Isso ocorre porque não existe a possibilidade de repetição de uma situação e da própria enunciação e, se houver, não será exatamente igual.

2. O mecanismo de produção/a semantização:

A questão central desse aspecto é, para o francês, difícil e pouco estudada, por se propor a estudar como “o sentido se forma em palavras, em que medida se pode distinguir entre as duas noções e em que termos descreve sua interação” (p. 83). Ele coloca a semantização da língua no centro das discussões para que seja possível discutir a teoria do signo e a análise da significância. Dito isso, engloba-se aqui - também - os procedimentos linguísticos da enunciação e sua diversidade.

3. A enunciação no quadro formal de realização

Este é o próprio objeto que orienta o artigo, buscando explorar os caracteres formais - podendo ser permanentes ou passíveis de modificação - da enunciação a partir de manifestações individuais. O que vai orientar esses caracteres são as particularidades dos idiomas escolhidos.

Dito isso, ao falar do ato enunciativo, é necessário que uma tríade seja pensada: o ato, as situações e os instrumentos de realização. O locutor é inserido pelo próprio ato. Antes, porém, da enunciação, “a língua é senão a possibilidade da língua” (Benveniste, 1989, p. 83). É posterior a isso que a língua efetua-se numa instância de discurso: o locutor ao enunciar-se, alcança um ouvinte que - ao compreender - responde com outro ato enunciativo. É inegável que - ao fazer isso - ao se declarar sujeito/locutor, ele “implanta o outro dentro de si” (Benveniste, 1989, p. 84).

Cada locutor se apropria desse aparelho formal, que é a língua, para marcar a sua posição. Para isso, ele utiliza dois mecanismos importantes: índices específicos

e procedimentos acessórios. Estes já citados e brevemente explorados em seções anteriores.

A relação Aparelho formal da língua e Aparelho formal da enunciação existe de forma inacabada. Não há, até então, ocorrência - com exceção do título - do nome: aparelho formal da enunciação. Utiliza-se o primeiro a fim de construir o segundo, como coloca Flores (2013, p. 168): “É errado, então, supor que o locutor se apropria do aparelho formal da enunciação. Ele, na verdade, o constrói, a cada enunciação, a partir do aparelho formal da língua”.

Ainda em Flores (2013, p. 168):

Estão listados em O aparelho... os seguintes *índices específicos*: “A emergência dos índices de pessoa (a relação eu-tu)” (PLG II: 84); os índices de *ostensão* (tipo este, aqui, etc.), termos que implicam um gesto designa o objeto ao mesmo tempo que é pronunciada a instância do termo” (PLG II: 85); as “formas temporais, que se determinam em relação a Ego, centro da enunciação” (PLG II: 85), isto é, “os ‘tempos’ verbais cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário” (Benveniste, 1989, p. 85). (Flores, 2013, p. 168).

Inúmeros são os estudos que se dedicaram a estudar como os índices e os procedimentos podem se encaixar nos mais variados estudos de texto, sejam eles escritos ou orais. Todavia, o início de suas discussões está fortemente atrelado ao gênero oral. Escritores como Aresi (2011), Silva e Stampf (2012), Flores (2018), Ferreira Junior (2009) e outros, se dedicaram a expandir os construtos da teoria enunciativa aos textos escritos, dentre os mais variados gêneros.

Existe, porém, uma ausência significativa dos estudos enunciativos voltados para os gêneros acadêmicos, fazendo com que nomes como Nunes e Flores (2012), Oliveira (2020) e etc., ganhem destaque e investiguem a construção de alguns textos de grande renome dentro da academia, como o artigo científico e suas seções. Além disso, a marcação de autoria desses textos.

Produções acadêmicas escritas que visam expandir conhecimentos e marcar-se no mundo intelectual possuem estruturas estabelecidas e uma linguagem específica. O estudo da enunciação nessa perspectiva tem sido orientado para investigar como os escritores utilizam os recursos linguísticos para a construção do sentido. Pensando nisso, a seção a seguir explora como essa escrita pode ser orientada em uma concepção semiológica.

1.5 A ESCRITA SOB UMA PERSPECTIVA SEMIOLÓGICA

A língua é um sistema de signos que exprimem ideias e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares, etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas. Pode-se então, conceber UMA CIÊNCIA QUE ESTUDE A VIDA DOS SIGNOS NO SEIO DA VIDA SOCIAL; ela constituiria uma parte da psicologia social e, por conseguinte, da psicologia geral; chamá-la-emos de SEMIOLOGIA (do grego semeion, "signo"). Ela nos ensinará em que consistem os signos, que leis os regem (Benveniste, 1989, p. 49).

Em *Semiologia da Língua* (1969), Benveniste aborda a relação e a configuração dos signos linguísticos, pontuando também a caracterização de um sistema semiológico, uma espécie de ciência dos signos que ele se esforça para delimitar. Para isso, Benveniste (1969, p. 53) expõe uma variedade de signos e seus sistemas reguladores: signos da linguagem; signos de cortesia; signos exteriores; signos monetários e os signos da escrita. Este último sendo de nosso principal interesse.

Essa abordagem justifica-se “em virtude de uma necessidade interna, que aparentemente responde também a uma necessidade de nossa organização mental” (Benveniste, 1969, p. 53). Nossas vidas estão condicionadas ao equilíbrio entre todos esses sistemas. Por isso, ele completa: “o caráter comum a todos os sistemas e o critério de sua ligação à semiologia é sua propriedade de significar ou SIGNIFICÂNCIA, e sua composição em unidades de significância, ou SIGNOS” (Benveniste, 1969, p. 53).

Os estudos da Semiologia surgem desde Peirce e Saussure (1969) que, mesmo sem conhecimento de que suas discussões levam ao mesmo conceito de ‘ciência dos signos’, vão em busca do lugar da língua entre os sistemas de signos. Para situar, a concepção de Peirce é muito mais imprecisa. “A língua se reduz, para ele, às palavras, e estas são igualmente signos, mas elas não são de uma categoria distinta ou mesmo de uma espécie constante” (Benveniste, 1969, p. 46). Peirce, então, situa o signo como base de um ‘universo inteiro’. Ele é capaz de definir e explicar todo e qualquer conjunto, seja ele concreto ou abstrato: “O homem inteiro é um signo, seu pensamento é um signo, sua emoção é um signo” (Benveniste, 1970, p. 46-47).

A relação entre é necessária para que a noção de signo não se perca, isto é, não se anule nessa imensidão. Saussure surge como uma visão oposta a Pierce. A língua é seu único objeto de estudo, fazendo com que a linguística seja considerada uma ciência por (Benveniste, 1969, p. 47):

1. Descrever sincronicamente e diacronicamente todas as línguas conhecidas;
2. Depreender as leis gerais que operam nas línguas;

3. Delimitar-se e definir-se a si mesma.

Daí também surge a divisão língua e linguagem discutida amplamente até os dias atuais. Essas considerações sobre os aspectos que fazem da linguística uma ciência nos levam a discussões já prontamente pontuadas no PLG II sobre ela fazer parte de uma ciência mais geral, que se ocupa de outros sistemas “de mesma ordem no conjunto dos fatos humanos, a SEMIOLOGIA” (Benveniste, 1989, p. 49).

Essa relação entre a linguística e a semiologia é melhor esclarecida no conceito de arbitrariedade do signo linguístico, já que vai se considerar que “os signos inteiramente arbitrários realizam melhor que os outros o ideal do procedimento semiológico” (Benveniste, 1989, p. 51). Há, nesse caso, a concepção de uma relação necessária entre as duas ‘áreas’ que somente se explicam por esse princípio de arbitrariedade.

Nos é caro neste capítulo entender como a escrita se encaixa nessa perspectiva. Apesar disso, ao tratar de sistemas, Saussure não se demora e nem pontua critérios limitativos: “Da escrita não diremos nada aqui, reservando para um exame particular este difícil problema” (Benveniste, 1989, p. 52). Essa noção de escrita é, particularmente, associada aos pensamentos de Peirce e Saussure.

Em *Últimas aulas* (1989, p. 127) Benveniste argui sobre a necessidade e a presença da escrita: “Vivemos na civilização do livro, do livro lido, do livro escrito, da escrita e da leitura. Nosso pensamento está, em qualquer nível, constantemente informado pela escrita.” Há, nessas páginas, uma relação íntima da escrita com o pensamento, com a língua e com a fala. É por meio da escrita, então, que Benveniste (1995) diz ser capaz de tornar visível os signos linguísticos.

Levando em consideração essas afirmações, Tittelo (2019, p. 151) levanta um questionamento relevante: “se, conforme propõe o autor, é pela escrita que os signos linguísticos adquirem “realidade visível”, ou seja, se é a escrita que materializa os signos da língua, como ocorre a significação na escrita? É igual ou diferente ao processo de significação da língua?”. Todavia, a qual escrita estamos nos referindo?

Benveniste (1989) exerce uma distinção daquilo que Saussure vai considerar escrita, esta ligada ao alfabeto grego. Não se trata, então, da língua escrita, mas da língua sob forma escrita. “São os diferentes tipos de escrita ligados às diferentes línguas, idiomas empíricos” (Tittelo, 2019, p. 152). Isso possibilita que nos aproximemos mais do cerne dessa discussão: o estudo da escrita que está em constante relação com a língua.

Posteriormente, traz-se a escrita como um sistema: “a escrita é um sistema que supõe uma abstração de alto grau: abstrai-se do aspecto sonoro – fônico – da linguagem, com toda sua gama de entonação, de expressão, de modulação” (Benveniste, 1995, p. 128). Fica evidente a partir disso, a presença da abstração na relação língua, fala e escrita e, além disso, as possíveis diferenças entre os princípios da escrita e da fala. Existe uma relação mais real ou física na fala. Enquanto que, na escrita, o interlocutor está ausente. São esses aspectos que constituem uma abstração.

Assim, Benveniste (1995, p. 128) cria o ‘primeiro princípio da análise da escrita’, este classificando a escrita como um sistema semiótico. Pensar a escrita dessa maneira e abstrair a fala, é compreender que os símbolos e signos visuais da escrita são interpretados e utilizados dentro de uma comunidade específica e podem ser modificados, se necessário. Pensar na escrita é desprender-se da fala. Outro aspecto é a capacidade que a escrita oferece de, como locutores, e não devemos confundir com o ato de enunciação escrita - tomar consciência da língua. Este locutor/sujeito é um participante ativo para compreendermos a ligação semiológica entre língua e escrita.

Fica claro que o sistema de escrita solicita uma conversão dele em imagem como forma de tornar visível sua forma:

“A atividade completa na qual o locutor está engajado, esse comportamento tanto gestual quanto fonoacústico, essa participação do outro, de todos os outros, da totalidade dos parceiros possíveis nessa manifestação individual e coletiva, tudo isso é substituído por signos traçados a mão” (Benveniste, 1995, p.129-130).

Significa dizer que, o locutor, ao fazer uso desse mecanismo, vai se adaptar a ele no processo de aquisição, não mais englobando, por exemplo, aspectos suprasegmentais, isto é, tom de voz, pausas, entonação, expressões faciais, situação contextual e etc., que compõe o que *Últimas aulas* vai considerar como parte do processo de abstração requerida pela escrita. Durante a aula 12, percebemos um empenho de Benveniste (1995) em articular a língua e a escrita para que se consiga ter uma visão semiológica da escrita.

De maneira geral, a escrita para Benveniste (1995) vai de encontro com a visão subalternizada que Saussure outrora implantou para ela, já que havia a supremacia da língua. Para aquele, embora a fala seja uma forma primária de comunicação, a escrita - além de preservar e concretizar o signo de maneira visual - reflete e influencia as estruturas sociais, políticas e culturais de uma sociedade.

Após uma longa discussão, resgatando também o historicismo da língua, Benveniste (1968) chega a uma conclusão:

Enfim, examinamos as relações entre a língua e o sistema semiótico constituído pela escrita. Ao final de um exame detalhado que nos fez percorrer os diferentes modelos de escrita atestados na história, pareceu-nos que, contrariamente à ideia admitida por todo lado, a escrita não constitui um sistema distinto. É o prolongamento ou a projeção da própria língua, e, portanto, a mesma situação no que concerne aos sistemas extralinguísticos. Vemos na escrita o instrumento e a manifestação do processo de autossemiotização da língua (Benveniste, 1968, p.3).

A escrita, portanto, não é um sistema distinto da língua, como outra propôs Saussure, mas sim a própria língua sendo representada de maneira gráfica: “a escrita perseguida pelo linguista, uma vez que tem a língua como seu modelo, coloca em cena a materialidade da língua; essa escrita, sim, é signo da língua” (Tittelo, 2019, p. 163).

1.6 RESUMO DO CAPÍTULO

O passeio teórico e exploratório dos apontamentos iniciais da teoria benvenistiana possibilitou reconhecer o imenso potencial de estudos que ainda não é amplamente explorado pela comunidade científica, ainda que tenhamos muito de Benveniste nos estudos contemporâneos. Isto é, ainda não amplamente explorado porque há muito para se expandir dos construtos do francês que se fez presente nas múltiplas áreas da linguística.

Este capítulo destinou-se a reconhecer a base dos estudos enunciativos, possibilitando uma visão macro dos preceitos da linguagem sendo construída e interpretada pelos sujeitos que estão envolvidos no processo de comunicação. A divisão dos três momentos da teoria de Benveniste proporcionou clareza conceitual e um panorama analítico. É verdade que estabelecer uma linha contínua dos pensamentos benvenistianos parece impossível, tendo em vista que o teórico não se incomoda em reaver seus conceitos, trocar de nomenclaturas e sugerir mudanças. É - na verdade - parte do seu tesouro retomar, por exemplo, Saussure, para que se possa pensar em um novo conceito de signo e delimitar um novo objeto de estudo, neste caso a linguagem.

É a partir dos três momentos que percebemos a importância das relações intersubjetivas na produção e recepção do discurso. Além disso, sua análise dos aspectos semânticos e semióticos da escrita lança luz sobre a complexa interação

entre significado e forma na linguagem escrita. A compreensão do aparelho formal da enunciação e suas implicações para a enunciação escrita oferece um quadro teórico consistente para investigar como a escrita é mediada por elementos estruturais específicos.

Por fim, ao examinar a escrita sob uma perspectiva semiológica, Benveniste nos provoca a considerar como os sistemas de signos e suas relações influenciam a produção e interpretação de textos escritos. Essas considerações parciais destacam a relevância contínua da teoria enunciativa de Benveniste para a compreensão da linguagem escrita.

2 PROCEDIMENTOS DE SINTAGMATIZAÇÃO E SEMANTIZAÇÃO EM ARTIGOS CIENTÍFICOS

A escrita, como propõe Pereira (2013), é uma eterna negociação. Para ele, é através da palavra escrita que obtém-se o

substrato para a verdade, é porto seguro para evitar o deslizamento contínuo do tempo. A palavra, nesse caso, é o próprio tempo, é o mundo encarnado. A palavra faz existir. Só existe aquilo que se pode dizer, como em um arremedo da criação divina. A palavra é o cerne da linguagem, e a linguagem é a casa do ser (Pereira, 2013, p. 213).

Dito isso, em seu ensaio intitulado A escrita acadêmica - do excessivo ao razoável, Pereira (2013) colabora para esclarecer um ponto importante dessa discussão: a diferença entre a escrita acadêmica e a escrita científica. Essa colocada enquanto uma 'escrita propositalmente arranjada para produzir efeitos de verdade'. E, esta, estritamente ligada às teses, artigos, trabalhos de conclusão e etc. Possui fins educativos, cuja proposta não é limitada a um grupo, mas abarca todos aqueles que estão - majoritariamente - dentro da academia ou minimamente entusiastas da área.

A escrita científica, por sua vez, está para além disso. Ela “busca dar corpo à interpretação objetiva da realidade, superando o imediatismo da opinião e do senso comum, buscando expedientes de universalização e generalidade” (Pereira, 2013, p. 2017). Livra-se das dúvidas e do sujeito para dar voz apenas ao texto, que está sendo colocado acima de qualquer questão. É a partir da escrita científica que floresce, então, a escrita acadêmica. As palavras e sua organização devem promover a compreensão do objeto em si.

Por isso, parte significativa do processo de transição do ambiente escolar para o ambiente acadêmico é adaptar-se à produção de gêneros que tem como propósito

fomentar a sede de pesquisa nos estudantes, além de compreender que essa escrita – segundo Bianchetti et al (2008, p. 262) – “abre as portas para ser o caminho de contribuição com a solução de esclarecimentos individuais e coletivos e como suporte para a inclusão histórico-social no mundo investigativo”. Todavia, é inegável a deficiência que existe por parte dos discentes no que diz respeito à organização estrutural dos textos.

Em outras palavras, à medida que estudantes e pesquisadores avançam na academia, ressaltam em seus textos aspectos de letramento que englobam não somente a superficialidade do produto escrito, mas aspectos mais profundos da coesão textual, como a referência e a enunciação. Ambos responsáveis pela produção de sentidos do texto, envolvendo tanto elementos textuais quanto contextuais, fazendo com que o texto seja “um sistema de conexões entre vários elementos, tais como: sons, palavras, enunciados, significações, participantes, contextos, ações etc” (Marcuschi, 2008, p. 80).

Por isso, retomando discussões anteriores sobre o ato individual de utilização, que é a enunciação segundo o olhar benvenistiano, recordemos que ele distingue a enunciação falada da enunciação escrita. Aqui há duas distinções pontuadas por Oliveira e Ferreira Júnior (2020, p. 3):

1. A temporalidade partilhada entre locutor e alocutário e a situação da realização da enunciação escrita são díspares quando comparados à enunciação falada.

Isso implica reconhecer que as marcas de enunciação escrita e falada, em seus enunciados, serão diferentes.

2. Não é um processo meramente mecânico, muito menos restrito ao campo linguístico, justamente por estar situado em esferas discursivas nas quais são organizadas as atividades humanas e por envolver mecanismos de diferentes naturezas.

Ou seja, adquirir habilidades na produção escrita envolve também adquirir conhecimentos associados a ela e compreender os métodos de construção discursiva relacionados ao contexto em que ocorrem, assim como os recursos necessários para sua execução. Falar em construção discursiva é também falar na construção de sentidos e referências. O sentido está diretamente ligado à referência e esta, por sua vez, ao processo de semantização. Este, em seguida, é diretamente ligado ao

mecanismo de sintagmatização, tendo em vista dar conta do “avanço” dos signos linguísticos.

No Dicionário de Linguística da Enunciação (Flores et al, 2009, p. 216), sintagmatização é o “trabalho realizado por quem utiliza a língua, relativo ao estabelecimento de inter-relações entre as palavras que constituem o enunciado” e semantização como “o processo relativo ao uso da língua para atribuição de referência à atitude do sujeito e à situação enunciativa” (Flores et al, 2009, p. 205). Esta relação sintagmática cria, portanto, a presença ativa do sujeito que - ao enunciar-se - concede referência a si e/ou a situação enunciativa. Veremos como esses procedimentos são melhor esclarecidos na seção a seguir.

2.1 A ESCRITA CIENTÍFICA E OS DIFERENTES MODOS DE SINTAGMATIZAÇÃO E DE SEMANTIZAÇÃO DA LÍNGUA

O processo de conhecimento se dá por meio de uma sequência (Nahas; Ferreira, 2005), até que seja possível o seu registro, dispondo – como um dos gêneros mais utilizados – do artigo científico. No decorrer dos anos, levando em consideração o prestígio que esse gênero tomou dentro da academia, começaram a surgir estudos que se dedicaram a observar e analisar setores da escrita científica em diferentes esferas. Aqui, nos interessa os estudos pioneiros que observaram a sintagmatização e a semantização dentro desses discursos, todavia, poucos trabalhos voltaram às investigações para as seções do artigo científico. Cazarin (2012), Medeiros e Rodrigues (2018), Freitas e Facin (2012) se dedicaram a investigar discursos literários e políticos através do procedimento de sintagmatização.

Retomemos o texto *O aparelho* (Benveniste, 1989) a fim de esclarecer algumas questões. Como aponta Flores (2013), nesse artigo há uma ruptura com a visão ‘estratificada’ de língua e um alargamento da análise enunciativa estendendo-a a todos os níveis da língua” (2013, p. 163). Aqui, nos determos apenas ao quadro formal de realização. Este se tratando do que se constitui a enunciação em si: o ato, as situações e seus instrumentos. É um possível caminho a ser percorrido para realização da análise enunciativa.

Duas questões que orientam esse caminho são: a presença de um locutor, já que Benveniste vai dizer que “toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (Benveniste, 1989, p. 84). Esse locutor, por sua

vez, vai se apropriar desse aparelho e vai ser possível percebê-lo por meio das outras duas questões: os índices específicos e os procedimentos acessórios. Os índices específicos são listados no PLG II (Benveniste, 1989, p. 85) enquanto: Pessoa (eu-tu); ostensão (este, aqui, etc.) e tempo (tempos verbais). Quanto aos procedimentos acessórios, que estão ligados especificamente às condições de singularidade de cada ato enunciativo, segundo o francês, fornecem “as condições necessárias às grandes funções sintáticas” (Benveniste, 1989, p. 86), isto é, a interrogação, a intimação, negação, a asserção, a modalização.

A classificação proposta por Benveniste não é exaustiva. Logo, há possibilidade de identificação de outros mecanismos linguístico-discursivos aptos a serem reconhecidos como uma grande função sintática. Em síntese, é possível afirmar que as grandes funções sintáticas desempenham um papel mais amplo em relação aos aspectos semióticos da língua. Ou seja, cada enunciado assume um papel em relação à situação enunciativa em que aparece empregado. No caso dos artigos científicos, cada seção que integra o gênero de texto cumpre determinada função e isso se dá graças aos mecanismos linguístico-discursivos das partes que compõem as seções.

Há uma relatividade das grandes funções sintáticas exercidas pelos enunciados. Somente é possível dizer que uma introdução, vista enquanto seção macro de um gênero, cumpre aquilo que ela foi designada a fazer — apresentar brevemente a ideia geral do artigo, sinalizando objetivos, vertentes teóricas, questionamentos e possíveis resultados — se for possível encontrar procedimentos que indicam a presença das funções sintáticas que são designadas para esta seção. Isto é, o autor realiza movimentos e construções sintáticas cujas funções são imprescindíveis para aquela parte do texto. Quando o autor levanta um questionamento, há a presença de uma modalização de dúvida, hipótese, naquele discurso.

O papel macro da introdução em relação ao artigo científico direciona esses procedimentos linguístico-discursivos que irão aparecer no interior desta seção. Ela, por sua vez, dialoga e sugere procedimentos — além dos obrigatórios — para as seções seguintes. Se foi feito um questionamento durante a introdução, levantando uma dúvida ou sugerindo uma nova abordagem, é necessário que este momento seja respondido em outra seção do trabalho. Diante disso, o artigo possui macroestruturas

dentro de suas seções que tornam aquele discurso motivado e organizado de maneiras distintas.

Há, evidentemente, um diálogo entre a enunciação e a Linguística de texto nesse sentido. A semelhança entre essas grandes funções e o espaço de pesquisa de Swales (modelo CARS de 1990), vem do cumprimento estrutural e organizacional exigidos em suas teorias. A seleção de palavras, expressões e a composição delas, nos textos, é o que permite que as duas teorias tenham pontos em comum. Ambas abordagens entendem o produto escrito como consequência de uma interação entre sujeitos, seja em termos de produção e recepção (LT) ou em termos de posições enunciativas (TE).

Todavia, há muitas divergências. Ainda que este não seja o foco deste capítulo, a nível de curiosidade e como forma de esclarecer essa perspectiva, vejamos suas divergências:

Figura 1 – Divergências entre a Linguística de texto e a vertente Enunciativa

Aspecto	Linguística de Texto	Molde Enunciativo
Foco principal	Coesão, coerência, estrutura e funcionamento textual.	Relação entre enunciador e enunciatário.
Conceito de texto	Uma unidade linguística maior que a frase, com sentido.	A materialização de um evento enunciativo.
Interesse analítico	Como o sentido é construído dentro do texto e nas relações intertextuais.	Como o sujeito se manifesta no discurso.
Teóricos principais	Beaugrande e Dressler, Halliday, Koch e Travaglia.	Benveniste, Bakhtin, Authier-Revuz.
Elementos destacados	Mecanismos como referência, progressão temática, intertextualidade.	Marcas de subjetividade, dêixis, modalizações.
Natureza do sujeito	Menor foco no sujeito como "autor", priorizando o texto enquanto produto.	O sujeito é central como aquele que se inscreve na enunciação.

Fonte: Elaboração da autora.

Ao olhar para a frase: “A cidade acordou cinza. Era como se o sol tivesse esquecido de nascer”, o pesquisador que se apodera da LT vai pensar em como a coesão foi criada. Por exemplo, o uso da expressão “era como se”, conecta ideias. Além disso, ele vai dizer que a coerência desse texto vai depender de conhecimentos prévios, tendo em vista que a cor cinza, dentro da cultura brasileira, é associada à melancolia. Já o olhar enunciativo, inegavelmente olharia para a expressão “como se” e indicaria que existe um indício de subjetividade. Há uma percepção própria projetada no texto.

A teoria benvenistiana, sob olhar enunciativo, se preocupa, então, em unir a semantização e a sintagmatização. Uma responsável pela forma e a outra pelo

sentido, e é com esta que esse estudo mais se preocupa. Ambos os processos fazem com que exista o estímulo do estudante a produções mais significativas e o ensino do texto a atentar-se para o “o que” e o “como” fazer.

Especificamente, o processo de sintagmatização, neste estudo, é de grande importância. É através dele que podemos compreender como as palavras e os morfemas se organizam para produzir o significado em uma frase. O estudo desse conceito é de grande valor para Benveniste, assim como o conceito de referência, o processo de subjetividade, este ligado ao conceito de pessoa-não pessoa, o de forma-sentido e etc.. Estes constituem eixos centrais da perspectiva Benvenistiana.

Devido a isso, a perspectiva desta pesquisa concorda com o pensamento da pesquisadora Mello (2012, p. 46):

“na arquitetura dos textos, há diferentes configurações do aparelho formal da enunciação: a língua disponibiliza formas específicas que revelam a presença da subjetividade, mas, na construção de um texto, esse aparelho formal se atualiza, se singulariza por meio da sintagmatização promovida pelo locutor” (Mello, 2012, p. 46).

É possível, então, dizer que as escolhas lexicais e a forma organizacional de um texto cria - naquele que escreve - autoria e - para aquele que lê - certa identificação. A autora reconhece as múltiplas formas existentes dentro de uma estrutura linguística e, portanto, os caminhos para reconhecer a presença da subjetividade. Isso nos permite ruminar que a língua oferta ferramentas específicas com fins de que os locutores utilize-as para expressão certas visões de mundo. Podemos listar como especificidades o estilo de escrita, a escolha vocabular, as estruturas gramaticais e todo e qualquer elemento linguístico que construa a subjetividade daquele que está escrevendo/falando.

Apesar disso, há reconhecimento no fator ‘não improgressivo’ desse aparelho. Ele, por sua vez, é atualizado e particularizado precisamente pela sintagmatização, enquanto organização das unidades linguísticas em sequências significativas, exercida pelo locutor. Mediante esse reconhecimento, entendemos o papel do locutor como principal agente na transformação desse aparelho formal da enunciação. É a seleção e organização estabelecida por cada sujeito na construção de uma sequência de palavras que torna aquele texto autoral e edifica sua própria subjetividade específica.

Vejamos exemplos do processo de sintagmatização em frases:

1. O sol brilhava intensamente no céu azul.

Sintagma: O sol + brilhava intensamente + no céu azul.

2. Luiza comprou um livro interessante na livraria.

Sintagma: Luiza + comprou + um livro interessante + na livraria.

3. José correu pela rua movimentada em direção ao mercado.

Sintagma: José + correu + pela rua movimentada + em direção ao mercado.

Essas unidades linguísticas (palavras e grupos de palavras) são organizadas em uma sequência lógica com propósito de formar sintagmas seguindo a lógica da sintagmatização esclarecida por Benveniste (1989). A escolha de cada sintagma é o que determina o significado da frase e isso reflete na forma como cada locutor expressa suas próprias ideias. Já o procedimento de semantização está vinculado ao próprio significado dentro da frase. Reparemos:

1. O sol brilhava intensamente no céu azul

Sintagma: O sol + brilhava intensamente + no céu azul.

Semantização: As partes do sintagma descrevem uma imagem/cena ou uma condição. O sol, este implantado como sujeito, não apenas brilhava, mas sim “intensamente”, descrevendo a ação deste. E, “no céu azul”, nos possibilita enxergar o contexto, a localização dessa ação. A união entre esses elementos nos possibilita visualizar uma imagem, remete a uma sensação.

2. Luiza comprou um livro interessante na livraria.

Sintagma: Luiza + comprou + um livro interessante + na livraria.

Semantização: Maria, sujeito que realiza a ação de “comprar” um objeto, nesse caso, “um livro interessante”. Além disso, também nos é situada a localização: “na livraria”. Seria diferente se fosse colocado que Maria comprou o objeto na internet.

3. José correu pela rua movimentada em direção ao mercado.

Sintagma: José + correu + pela rua movimentada + em direção ao mercado.

Semantização: Aqui, cada parte desse sintagma estabelece uma relação para descrever uma sequência de eventos. “João”, sujeito, “correu” - esta como a ação realizada -, “pela rua movimentada”, especificando por onde João passou. Isto é, o caminho percorrido, para ir “em direção ao mercado”, o destino de João. Nos passaria outra imagem se trocássemos a última palavra para escola, por exemplo. Essa combinação cria um significado sobre uma atividade realizada por João.

Compreendendo essa relação de organização de uma frase e levando em consideração a proposta do estudo em questão, a análise de introduções através

desses procedimentos, a seção seguinte trata de estabelecer uma relação entre os estudos enunciativos e uma abordagem renomada dos estudos da linguística de texto proposta por John Swales (1990) que se inquieta com a análise e a compreensão de textos e seus contextos, investigando de que forma os elementos linguísticos são combinados para criar significado e coerência textual.

2.2 POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO ENTRE A PERSPECTIVA ENUNCIATIVA E A ABORDAGEM DE SWALES PARA O EXAME DOS PROCEDIMENTOS DE SINTAGMATIZAÇÃO ADOTADOS EM INTRODUÇÕES DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

Muitas vezes, falta bom senso no momento de escrever e uma leitura crítica do artigo antes de submetê-lo à publicação, e assim evitar alguns problemas que certamente dificultarão o processo de tramitação e julgamento do trabalho (Henz, 2003, p. 146).

O gênero textual é considerado por muitos pesquisadores um meio de comunicação para alcançar determinados fins. Isso nos leva a pensar que, em se tratando de transmissão de informações, é totalmente suscetível a mudanças. Swales (1990), ademais de outros pesquisadores, realizou um breve apanhado do desenvolvimento estrutural por trás do artigo científico que – no princípio – originou-se de cartas trocadas entre cientistas. No decorrer dos anos, levando em consideração o prestígio que esse gênero tomou dentro da academia, começaram a surgir estudos que se dedicaram a desvendar a organização retórica e estrutural por trás de cada seção, principalmente no que se refere às introduções - consideradas como porta de entrada para o trabalho completo.

Logo, diversos estudos surgiram com esse enfoque, destaquemos o trabalho de Swales (1990), Pontes e Santos (2011) e Dias e Bezerra (2013) que se dedicaram a explorar as particularidades das introduções nas mais diversas áreas e gêneros. Devido à quantidade de estudiosos que voltaram o seu olhar para esta seção, ficou evidente que a sua construção é a fase mais importante de uma série de investimentos do pesquisador, nela – portanto – se materializam os resultados e discussões resgatadas ou aprimoradas conforme o estudo se desenvolve.

No capítulo “Publique ou pereça”, Motta-Roth e Hendges (2010) pontuam que uma das formas particulares para reconhecimento de um gênero é a natureza e as organizações das informações que incluímos no texto. Sustentando esse argumento, muitos pesquisadores realizaram estudos sobre a construção dessas redações

acadêmicas, dentre eles e sendo destaque deste capítulo, podemos citar o modelo CARS produzido por Swales (1990), cujo propósito é de oferecer uma compreensão da estrutura para a construção da introdução. Tal é sua efetividade – mesmo na contemporaneidade – que o modelo sofreu várias adaptações para os mais diversos gêneros como, por exemplo, o modelo de organizações retóricas descrito por Bhatia (1993) sobre o gênero resumo.

À luz de compreendermos melhor o modelo CARS (1990), vejamos:

O modelo é composto por três partes denominadas “movimentos” (moves), descritos segundo uma metáfora ecológica, a saber: Movimento 1 – estabelecendo um território; Movimento 2 – estabelecendo um nicho; e Movimento 3 – ocupando o nicho. O Movimento 1 é utilizado pelo autor do texto para apresentar, em termos mais gerais, a área em que a pesquisa está inserida. A seguir, no Movimento 2, o nicho a ser pesquisado é delimitado dentro do território anteriormente definido. Por fim, por meio do Movimento 3, apresenta-se uma proposta de ocupação do nicho entendido como uma forma de justificar ou apontar o espaço a ser ocupado pela pesquisa. Cada movimento retórico (move), por sua vez, é realizado por meio de estratégias denominadas passos (steps), unidades menores responsáveis pela construção da informação apresentada no texto. A seguir, o modelo desenvolvido por Swales (1990, p. 141):

Figura 2 – Modelo CARS (1990)

Movimentos	Passos
Movimento 1 Estabelecendo um território	Passo 1 – Alegando centralidade e/ou Passo 2 – Fazendo generalizações sobre o tópico e/ou Passo 3 – Revisando itens de pesquisas anteriores
Movimento 2 Estabelecendo um nicho	Passo 1A – Contra-argumentando ou Passo 1B – Indicando uma lacuna ou Passo 1C – Levantando questionamentos ou Passo 1D – Continuando uma tradição
Movimento 3 Ocupando o nicho	Passo 1A – Delineando os objetivos ou Passo 1B – Anunciando a pesquisa Passo 2 – Anunciando os principais achados Passo 3 – Indicando a estrutura do artigo

Fonte: Elaboração da autora.

Logo, este estudo se concentrou na identificação dos padrões de comunicação acadêmica de diversas áreas, especificamente em como os escritores realizam e constroem sentenças para estabelecer o território da pesquisa, especificar o nicho escolhido e, por fim, ocupá-lo. Os passos desses movimentos situam o escritor para realização das etapas do seu trabalho. Todavia, a forma como esses passos são

construídos variam. Hyland (2000) vai atribuir essas diferentes construções ao conceito de ‘cultura disciplinar’.

Segundo ele, disciplinas são um conjunto de sistemas, isto é, metodologias, normas e campos de conhecimentos específicos (Hyland, 2000, p. 29). Devido a esse conjunto de sistemas, cria-se várias culturas disciplinares e, com isso, múltiplas manifestações da linguagem. Vejamos exemplos possíveis da construção do movimento 3, passo 1A, retirados do corpus da presente pesquisa:

1. “O presente artigo tem por objetivo...”.
2. “Pretende-se mostrar que...”.
3. “Temos como objetivo...”.
4. “Objetivamos descortinar...”.

Dito isso, um diálogo entre a perspectiva da linguística de texto aqui apresentada e as teorias enunciativas, é possível quando os procedimentos de sintagmatização tornam-se instrumentos para refletir não somente a construção dessas estruturas, mas também como os autores posicionam-se em relação ao seu discurso e à sua própria comunidade acadêmica. Vejamos um exemplo prático dessa união ao analisarmos a seguinte sentença: “O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise literária do livro *Morte e Vida Severina*”.

Adiantemos que a frase em questão anuncia a pesquisa (move 3, passo 1B) e, também, manifesta seu objetivo (move 3, passo 1A), tendo em vista situar a presença do trabalho, indicar o que será feito e qual a temática. Identificando esses traços, criamos o espaço da pesquisa, tal como sugere Swales (1990). Guiando essa análise do ponto de vista enunciativo, podemos considerar que as escolhas de palavras como ‘o presente artigo’ sugerem uma postura do autor como locutor que apresenta o seu trabalho - o artigo - enquanto objeto específico de discurso. Também é possível considerar que a locução ‘tem como objetivo’, prenuncia a intenção desse locutor no que concerne ao conteúdo do artigo, evidenciando de que forma ele se dispõe em relação à análise literária.

É importante sinalizar que não há trabalhos conhecidos cuja proposta seja unir essas teorias. Trata-se de uma sugestão deste trabalho enquanto solução para que seja possível ter uma compreensão mais perspicaz e profunda acerca da estrutura do texto científico. Trazer a enunciação em conjunto ao estudo da organização textual, pode indicar novas lacunas a serem exploradas na pesquisa. Isso viabiliza que novas áreas de investigação estejam mais alinhadas com as demandas da sua comunidade

científica. Além disso, ao vincular o pesquisador tanto ao modelo CARS quanto a teoria da enunciação, é possível potencializar a comunicação científica e ser capaz de formar pesquisadores mais eficientes a fim de capacitá-los para difundir conhecimento na academia e para o público em geral. É, assim, mais um recurso para que cientistas alcancem publicações em revistas renomadas.

2.3 EM BUSCA DE PRINCÍPIOS PARA ABORDAGEM DE ARTIGOS CIENTÍFICOS SOB A PERSPECTIVA DA ENUNCIAÇÃO ESCRITA

O estudo do texto, como pontuado anteriormente, esteve majoritariamente relacionado ao campo da linguística textual. Este, seja pela vertente norte-americana dos estudos de gênero ou não, sempre se propôs a orientar seus estudos com base em alguns princípios. Dito isso, nunca houve, por parte de Benveniste (2006, p. 83), pretensão de universalizar uma análise textual do texto escrito. Na verdade, o francês apenas despertou a curiosidade de pesquisadores que - mesmo hoje - reconhecem o caráter plural de uma análise enunciativa escrita.

Prova disso são os trabalhos de Guimarães (2008) e Orlandi (1987). Aquele, cuja abordagem utilizada se inspira nos preceitos filológicos de Spitzer (1948), leva em consideração principalmente o sentido das expressões linguísticas dentro do texto:

Meu método pessoal consiste em passar da observação do detalhe a unidades cada vez mais amplas, que descansam em grande medida na especulação. É no meu modo de ver, o método filológico, indutivo, que pretende mostrar a importância do aparentemente fútil, em contraste com o procedimento dedutivo, que começa por unidades supostamente dadas, e que é o método seguido pelos teólogos, que começam pelo alto para tomar o caminho de descer até o labirinto terreno dos detalhes, e para os matemáticos, que tratam seus axiomas como se fossem revelados por Deus. Em filologia, que se ocupa do meramente e totalmente humano, e estuda os aspectos interdependentes e entrelaçados dos assuntos humanos, o método dedutivo é aplicável somente como comprovação do princípio descoberto pela indução, que se sustenta e se apoia na observação (Spitzer, 1948, 42).

Significa, então, que o significado não reside apenas no início, mas sim em um elemento particular que merece atenção, e que, posteriormente, se conecta ao todo do texto. É apenas uma maneira de olhar para o estudo do texto sob perspectiva enunciativa. Silva (2018), por sua vez, utiliza os índices específicos (pessoa-espaco-tempo) para analisar o texto *Crônica familiar*, de Eduardo Galeano, reconhecendo que

para se fazer uma análise enunciativa da língua, ou se pode adotar uma das teorias da enunciação existentes – o que já é um ponto de vista – ou se pode construir, teoricamente, uma forma de analisar os fatos de acordo com a concepção adotada sobre a cena enunciativa (Flores, 2001, p. 59).

Por isso, segundo Benveniste (2006, p. 83), “na enunciação consideraremos, sucessivamente, o próprio ato, as situações em que ele se realiza, os instrumentos de sua realização”. Significa dizer que o linguista interessado em debruçar-se sobre o texto escrito, deve partir do ato, verificar a situação em que esse ato se apresenta e por fim analisar os instrumentos necessários. Estes, por sua vez, sendo justamente o aparelho formal da enunciação. Este ato individual pelo qual se utiliza a língua, “introduz em primeiro lugar o locutor como parâmetro nas condições necessárias da enunciação” (Benveniste, 2006b, p.83-84).

Isso aclara o motivo pelo qual não há uma proposta universal para os estudos do texto no quadro enunciativo. A enunciação ocorre em um contexto de singularidade, pois a cada vez que a língua é usada, o momento presente, o local e os indivíduos envolvidos são distintos e exclusivos.

Uma análise enunciativa não generaliza os seus resultados, porque as especificidades do tempo, do espaço e do locutor-analista permitem conceber a adoção de um ponto de vista singular na análise textual, embora os princípios e procedimentos enunciativos abarque os previstos para a abordagem da enunciação, enquanto fenômeno geral (Silva, 2012, p. 429).

Na pesquisa em questão, levando em consideração a diversidade de gêneros textuais, também não estabeleceremos princípios estritos para análise do texto escrito, mas sim preceitos possíveis de serem estipulados ao olhar para a seção introdutória de um artigo científico, principalmente de que forma esse locutor se enuncia em um gênero tão impessoal e com moldes tão estabelecidos.

Retomando o texto O aparelho formal da enunciação, este enquanto um dos artigos mais importantes para que se pense em abordagens de uma enunciação escrita, o francês - como já foi pontuado anteriormente - vai dizer que o locutor se apropria deste aparelho formal da língua e, por meio dela, enuncia sua posição. Isso ocorre através de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro (Benveniste, 1989, p. 85).

Elencamos, desde os primeiros capítulos, o procedimento de sintagmatização como ferramenta de análise. Entendemos por ele o que pontua Flores et al. (2009, p. 47): “Através do agenciamento, o sujeito organiza as formas da língua para transmitir a ideia a ser expressa em seu enunciado”. Ou seja, esse vínculo locutor-língua é o que determina os caracteres linguísticos da enunciação e, segundo Benveniste (1970/2006, p. 86), “deve-se considerá-la [a enunciação] como o fato do locutor, que

toma a língua por instrumento, e nos caracteres linguísticos que marcam essa relação”.

Os elementos da fala indicam essa relação entre aquele que diz (o falante) e a própria língua, visto que todos esses eles contribuem para a formação da estrutura da frase e desempenham um papel nesta organização, individualmente. A seleção das palavras em si é um sinal de subjetividade, assim como o uso da entonação. Em resumo, ao falar, estamos atribuindo subjetividade à linguagem como um todo.

No tocante ao processo de sintagmatização, ao examinar a organização e a estrutura das palavras em uma sequência, ou seja, a maneira como as palavras são combinadas para formar sintagmas e orações, foi possível estabelecer princípios que regem a estrutura de uma seção de introdução, são eles:

1. *A relação autor-leitor é determinante*

Segundo Bakhtin (2006, p. 127), “a verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social de interação verbal, através da enunciação ou das enunciações”. A essência da língua está no vínculo entre os sujeitos que interagem. Em consonância com as palavras dele, a relação autor-leitor criada no texto escrito, reconhece a materialização da escrita como forma de diálogo entre o enunciador/sujeito (autor) e o destinatário (leitor). E, ainda, que a intenção desse enunciador vai influenciar na produção e na interpretação desse texto, embora cada leitor seja capaz de ressignificar suas leituras.

Quando consideramos realizar a análise de um texto, há dois caminhos possíveis: 1) nortear a sua estrutura ou 2) interpretá-lo. É neste que a relação autor-leitor se debruça. Ou seja, esse escritor/autor é motivado pelo ambiente social e histórico em que está inserido. Sua atividade, nesse caso a escrita, é orientada por uma série de regras linguísticas. Ao articular ideias e palavras, a fim de comunicar-se, cada uma dessas escolhas carrega consigo um significado, uma ação, um evento, e reflete uma série de experiências individuais que, no entanto, têm suas raízes no contexto coletivo e dependem dele para existirem. Essas escolhas, por sua vez, passam a ter um novo significado, uma nova motivação para esse eu-leitor que vai resgatar seus conhecimentos prévios para conduzir essa significação.

Entendido isso, chegamos ao próximo princípio:

2. *A subjetividade é inerente ao ser escritor*

Ao estabelecer o elo entre o homem e a linguagem, mesmo em textos científicos, discriminamos a presença do locutor em todo e qualquer ato enunciativo. A cada escolha lexical, o estilo empregado, o tempo e outros aspectos linguísticos, o sujeito constroi a sua subjetividade e esta lhes é própria, isto é, caracteriza-o como autor do texto.

É esta “capacidade do locutor para se propor como sujeito” (Benveniste, 1995, p. 283) que é inerente ao ser e que nos é valioso perceber, mesmo em gêneros que exigem um distanciamento maior entre texto e escritor. Ainda segundo Benveniste (1995, p. 283): “Essa subjetividade (...) não é mais que a emergência no ser de uma propriedade fundamental da linguagem. É “ego” que diz *ego*. Encontramos aí o fundamento da “subjetividade” que se determina pelo status linguístico da “pessoa”.

Influi dizer, então, que essa subjetividade individual é inegociável pois é dela que o eu se constitui e dele advém o tu, visto que esse ‘eu’, para Benveniste (1995, p. 283), “propõe outra pessoa, aquela que, sendo embora exterior a “mim”, torna-se o meu eco - ao qual digo tu e que diz tu”. Essa polaridade de pessoas é um dos princípios mais caros ao francês e nos é valioso também para identificar no texto acadêmico a presença - mesmo que de forma implícita - do escritor vestido de sua própria subjetividade. Fica claro que, ainda que o conceito de ego não iguale o ‘eu’ ao ‘tu’, “nenhum se concebe sem o outro; são complementares” (1995, p. 284).

3. *O agenciamento sintagmático*

A linguagem, segundo Knack (2020), funciona em dois aspectos principais: o primeiro relacionado aos sinais compartilhados para significar coisas (as palavras em um sistema de linguagem); o segundo está vinculado ao ato de nos comunicarmos através de conversas. É nesse segundo aspecto que a linguagem age como intermediadora entre pessoas. Significa dizer que as palavras se tornam discursos, expressando ideias e significados durante a comunicação.

Tal como na fala, na escrita, o significado das palavras vem de como são organizadas e postas em sequência pelo locutor/escritor. Um exemplo prático disso é a frase “o cachorro brincou no parque”, cujo significado é atribuído porque as palavras são organizadas de certa maneira. Outro caso prático é quando incorporamos palavras estrangeiras ao português brasileiro: “eu adoro bacon”. O uso desse estrangeirismo só significa algo ao falante de português levando em consideração a forma de utilização e o contexto específico no qual é utilizado.

Ou seja, a escolha dos elementos linguísticos e sua organização sequencial, no texto, além de relevar autoria, transmite significado e orienta a leitura desse receptor. Entender a forma como as palavras se organizam em frases (sintagmatização) e como seu significado se constroi (semantização) durante o ato da comunicação oral ou escrita, tornam-se ferramentas necessárias para conseguir incorporar essas palavras estrangeiras ao português.

No caso da escrita de textos acadêmicos, sobretudo dos artigos científicos, a intencionalidade por trás das palavras pode ser considerada mais intensa do que em outros gêneros. A seleção de informações é retirada das comunidades discursivas a qual o artigo pertence. Significa então que, além de estrangeirismo, há termos que somente fazem sentido dentro de comunidades, cujo propósito comunicativo é comum entre seus semelhantes. Assim, “a língua-discurso constroi uma semântica própria, uma significação intencionada, produzida pela sintagmatização das palavras em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo” (Benveniste, 1989, p. 233-234). Benveniste abre a discussão para o processo dinâmico e contextual de construção de significados na linguagem, que não se limita ao sistema abstrato da língua, mas ganha forma e intensidade no ato do discurso. Vejamos como o tópico 3 tem relação com o tópico a seguir.

4. *A posição do enunciador no texto acadêmico é estabelecida por meio de índices específicos e procedimentos acessórios, e é motivada por seus interlocutores*

Benveniste (1989) situa a posição enunciativa como o lugar de onde o autor fala, cuja finalidade é apresentar sua visão de mundo, seus sentidos e seus valores. Sendo o artigo um gênero impessoal, há certa desconfiança quanto ao papel que o enunciador pode ocupar dentro desse texto. Todavia, ainda que em sua maioria não exista um ato enunciativo direto, isto é, situando este locutor como sujeito, sua relação com o conteúdo e com o destinatário influenciam na construção desse discurso e marcam a presença desse sujeito escritor.

Martins et al (2007, p. 3) explicam que

Passamos a entender a distinção entre os discursos produzidos no meio acadêmico, no espaço escolar ou nos espaços de divulgação científica como o reflexo das diferentes práticas sociais e condições de produção típicas de cada um destes espaços. Estas distinções entre práticas sociais e condições de produção desenvolvidas nestes diferentes espaços deixam marcas nos textos elaborados por/nessas esferas que caracterizam a posição enunciativa de cada sujeito (Martins et al, 2007, p. 3).

Analisar as enunciações, então, somente pelo viés do locutor nos parece insuficiente. É necessário, também, voltar-nos para os interlocutores, estejam eles no momento da enunciação (como em diálogos) ou não (textos escritos). Smolka (1993, p. 80) diz que o significado depende desse “encontro de vozes que se realiza e acontece de diversos modos: seja no diálogo face a face, seja no inescapável, constitutivo ‘concerto polifônico’ quando, nas palavras que falamos, ressoam as palavras dos outros”.

Por isso, podemos considerar que parte da construção desse locutor-escritor acontece quando o interlocutor propõe sua própria interpretação e possíveis argumentos sobre aquilo que foi escrito. No texto acadêmico, essa ‘construção’ é especialmente complexa, pois envolve uma relação com interlocutores implícitos (a comunidade acadêmica, o leitor, o objeto de estudo) e explícitos (como os autores citados ou outros interlocutores diretos). É pertinente, então, a relação que esse escritor escolhe ter com o público leitor, concretizada por meio de escolhas lexicais. Estas seleções linguísticas refletem a noção de grandes funções sintáticas que todo enunciado possui. Para Ferreira Junior et al (2015), essas funções auxiliam a construir o locutor como um sujeito que se posiciona em seu discurso, podendo assumir uma postura de autoridade (assertividade e injunção), de dúvida ou de cautela (modalização), de incentivo à ação (exortação) ou, por exemplo, de pergunta (interrogação).

Fica claro, então, a razão de retomar os conceitos de índices específicos e procedimentos acessórios para compreender a posição do enunciador e de que forma o interlocutor influencia na construção desse discurso. A noção de enunciação e língua distanciam-se em virtude desse fato. A enunciação é esse ato apropriativo, único e individual da língua por um sujeito e a conversão em discurso. É importante recordar que 3 aspectos constituem o quadro formal da enunciação: 1) O **ato**, que Benveniste (1970) situa o sujeito/locutor como um parâmetro nas condições necessárias da enunciação. No entanto, é válido também lembrar que toda enunciação “é, explicitamente ou implicitamente, uma alocação, ela postula um alocutário” (Benveniste, 1970, p. 84). Então, relacionado ao ato, como pontua Aresi (2011, p. 4), “estão relacionados ao aspecto do ato: intersubjetividade (locutor e alocutário) e processo de apropriação”. 2) **As situações**, estas diretamente relacionadas à questão da referência. Segundo Benveniste (1970, p. 85)

Na enunciação, a língua se acha empregada para a expressão de uma certa relação com o mundo. A condição mesma dessa mobilização e dessa apropriação da língua é, para o locutor, a necessidade de referir pelo discurso, e, para o outro, a possibilidade de co-referir identicamente [...]. A referência é parte integrante da enunciação (Benveniste, 1970, p. 85).

3) **Os instrumentos**, estes sendo a razão de nosso percurso rememorativo até aqui. Retomo, curiosamente, a citação presente no início deste capítulo: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos (indicadores de pessoa, espaço e tempo), de um lado, e por meio de procedimentos acessórios (a sintagmatização em si), de outro” (Benveniste, 1989, p. 85).

É esse procedimento de sintagmatização que torna possível as escolhas lexicais específicas. A utilização de pronomes, tempos e modos verbais são formas do enunciador se posicionar e construir o discurso. O uso de formas como o imperativo ou a modulação de sentenças por meio de advérbios e verbos modais (como “provavelmente”, “possivelmente”, “é necessário”, etc.) contribui para ajustar o grau de certeza, de recomendação do enunciado e etc., configurando a posição do enunciador no que diz respeito à legitimidade ou à possibilidade de suas afirmações.

A seleção de palavras dentro de um texto acadêmico possuem uma espécie de valor, por exemplo. Segundo Pereira (2023), o bem estar de um escritor no contexto em que está situado o discurso acadêmico ainda se trata de dois conceitos fundamentais: credibilidade e legitimidade e estes dois conceitos somente são agenciados por meio da língua. A maneira como o enunciador escolhe as palavras e as expressões têm um impacto direto na percepção do leitor sobre a validade do que está sendo dito.

Essa credibilidade, por exemplo, sempre esteve relacionada ao fator ‘distanciamento’ estabelecido entre o enunciador e o objeto de estudo, algo que tem sido reavaliado em algumas escritas. A utilização de construções impessoais e de voz passiva é um recurso linguístico comum em textos que almejam publicações em revistas renomadas, a fim de evitar que esse locutor se torne o centro do discurso, auxiliando na objetividade e imparcialidade da pesquisa. Por isso, expressões como: “os dados foram analisados”, “foi observado que”, distanciam o caráter físico de um locutor e tornam o ‘eu’ desse discurso mais abstrato, menos pessoal. O conhecimento

apresentado, nesse caso, não será fruto de uma opinião individual, mas de um processo de análise objetiva e fundamentado.

Adiantando parte da análise que será realizada em seções mais adiante, temos a seguinte construção:

Intro 1: “(...) *Meu* objetivo principal é compreender de que forma as ideologias linguísticas podem atuar (...) Também *procuro* mostrar a utilidade de alinhar os estudos sobre esses dois fenômenos”.

Diferente do que é regular na escrita das introduções, há uma intenção comunicativa explícita por parte do autor do autor. A comunicação com o leitor vem apresentada por um pronome possessivo, assegurando mais claramente a autoria desse texto. O pronome “*meu*” vem acompanhado do verbo *objetivo*, a fim de iniciar o processo de motivação por trás desse trabalho. O locutor, que nesse caso já passou a ser o texto escrito, esse eu institucional, responde para o leitor a seguinte pergunta: Qual a razão da sua existência? Isso é respondido dependendo da comunidade a qual o escritor pertence.

5. *Comunidade discursiva:*

O conceito de CD advém da linguística de texto, mas tem perpassado diversas linguísticas no decorrer dos anos. Aranha (1996, p. 21) reconhece que

[...] o gênero se estabelece dentro de uma comunidade discursiva e ela se torna responsável por ele. Poderíamos sugerir que existe um processo de autoalimentação: a comunidade discursiva desenvolve determinados gêneros e a existência de gêneros específicos configura grupos sociais como comunidades discursivas por compartilharem propósitos comunicativos efetivados através dos gêneros pertinentes a ela (Aranha, 1996, p. 21).

Swales (1998) se dedicou a aprofundar esse conceito definindo vários tipos de comunidades discursivas e de que forma elas são construídas. Ademais, dedicou seus estudos às produções dos gêneros acadêmicos e como os pesquisadores podem se tornar parte integrante de uma CD. Para isso, estabeleceu critérios para definição e reconhecimento das comunidades:

(1) um CD tem um conjunto de objetivos, os quais podem ser descobertos, formulados publicamente e reconhecidos por seus membros; (2) uma CD tem mecanismos de intercomunicação e atualmente podem contar com novas tecnologias digitais; (3) uma CD usa de seus mecanismos participatórios não apenas para oferecer *feedback*, mas também para gerenciar operações, promover recrutamento, mudanças e crescimento; (4) uma CD usa uma seleção de gêneros que se desenvolvem à medida em que são usados e reutilizados; (5) uma CD desenvolve uma terminologia específica que auxilia na promoção de eficiência; (6) existe uma hierarquia implícita ou explícita em uma CD que controla os processos de entrada e progressão e, por isso, alguns membros têm mais experiência discursiva; (7) uma CD desenvolve um

senso de “relações silenciais”, o que significa dizer que há aspectos na comunidade que não precisam ser ditos ou explicados em detalhe; (8) uma CD tem uma percepção de sua história e um sistema de valor daquilo que pode ser considerado um bom ou mau trabalho (Rampazzo; Aranha, 2019, p. 5).

Na perspectiva enunciativa dos estudos de gênero, se compreendemos que a palavra somente cria sentido completo dentro do contexto ao qual ela está submetida, fica claro que toda análise enunciativa precisa considerar a comunidade discursiva ao qual o artigo em si está submetido. Isso envolve assimilar as normas, convenções e expectativas dessa comunidade em relação à escrita desse pesquisador, bem como os tipos de argumentos, evidências e linguagem que são estimados nesse contexto.

Pensemos no termo ‘gênero’. Em disciplinas como estudos literários e culturais, esse conceito se refere - muitas vezes - a categorias ou classificações de obras literárias, filmes ou músicas. Em contrapartida, se mudarmos o contexto e pensarmos no termo gênero no tocante aos estudos de gênero e feminismo, ele pode representar as diversas construções sociais, culturais e psicológicas ligadas às identidades de gênero. Ou seja, vinculada ao indivíduo e os comportamentos a ele atribuídos por meio de uma identidade captada.

3 METODOLOGIA

Émile Benveniste não foi um teórico que aprofundou o olhar sobre o texto escrito. Na verdade, em seu último texto nomeado de O aparelho formal da enunciação, Benveniste (1989) não esgota as possibilidades. Pelo contrário, é deixado claro que não existe uma forma específica para investigar um texto escrito. Em virtude disso, estudos que se dedicaram a principiar essa abordagem, propuseram suas categorias de análise com base em três questões anteriormente citadas pelo francês: o ato, a situação e os instrumentos. Ao olhar para o produto escrito, assimilamos o seu autor, o modo como foi construído e os sentidos provocados.

Escolher um viés enunciativo é direcionar os esforços para o processo que o escritor passa para utilizar a língua ao expressar-se, em vez de somente ponderar o resultado final. Interessa-nos, sobretudo, como esse autor escolhe as palavras, de que forma a frase é estruturada e outras sutilezas linguísticas utilizadas na transmissão daquela mensagem. É disso que se ocupa o procedimento de sintagmatização: a seleção lexical e estrutural criada por seus autores. Nas palavras de Benveniste (1989, p. 82) “é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto

do enunciado, que é nosso objeto”. A mobilização da língua e a seleção desses caracteres marcam esse sujeito da enunciação.

As últimas palavras deste francês em *O aparelho* nos deixam pistas desse fenômeno geral que é a enunciação, do qual fazem parte o texto escrito e o texto oral. Essas “formas complexas de discurso” (Benveniste, 1989, p. 82), podem ser melhor estudadas quando consideradas de forma singular, integrando caracteres linguísticos específicos e, naturalmente, distinguindo a forma do locutor e sua enunciação ao implantar o alocutário.

Por isso, retomemos os objetivos propostos no resumo desta dissertação, a fim de recordar nossos esforços: Este trabalho busca analisar o texto acadêmico sob uma perspectiva que une a semiologia aos estudos enunciativos de Émile Benveniste (1988 e 1989), sobretudo no que diz respeito aos procedimentos de sintagmatização e semantização, a fim de perceber aspectos mais amplos da enunciação escrita de introduções de artigos científicos. Dito isso, o interesse é de perceber o modo com que esses procedimentos são empregados na escrita de introduções de artigos científicos na área de Linguística e Literatura.

Entendendo que a enunciação é singular, neste trabalho, nos dedicamos a elencar conjuntos semelhantes, intitulados de categorias, entre as 20 introduções de artigos das áreas selecionadas (10 de Linguística e 10 de Literatura). Antes, porém, de discuti-las, é importante mencionar que o gênero escolhido se deu pelo prestígio possuído na academia e por ser o principal veículo de informação entre pesquisadores. É através destes textos que o autor passa a ser ativo dentro da academia e inicia o processo de registrar seus estudos por meio das publicações em revistas qualificadas.

Este tema, ademais, ganhou grande destaque nos recentes estudos de amplas áreas, tendo em vista a dificuldade por trás do entendimento sobre como construir a linguagem “aceita” pela comunidade acadêmica de áreas disciplinares distintas.

Assim, após a escolha do gênero — artigo científico — e da seção de investigação — introduções —, os 20 textos selecionados foram retirados de revistas qualificadas com o qualis A1 no quadriênio avaliativo capes 2013-2016, que elucidam essa autoria, levando em consideração sobretudo instrumentos que criam referência somente na enunciação (índices de pessoa, espaço e tempo). Essa seleção levou em consideração introduções que realizaram, pelo menos, um passo de cada movimento estabelecido no modelo CARS (1990). Era valioso para o trabalho que as introduções

demonstrassem conhecimento das exigências estruturais do gênero. Portanto, foram recolhidas 30 introduções e, dentre elas, somente 20 foram utilizadas. Desse modo, as categorias investigadas são elas:

1. *Referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor*: O gênero selecionado possui regras específicas de escrita que, na maioria dos casos, limitam sua relação com o interlocutor, mas não a anula.
2. *Referência ao tempo e espaço*: Utilização de expressões temporais como “na seção a seguir” que situam a organização temporal e espacial, apontando para a estruturação desse texto em seções bem específicas.
3. *Intenção comunicativa explícita*: Embora não seja tão comum, esse movimento sinaliza uma relação mais direta com o interlocutor, cuja preocupação está em direcionar o seu entendimento, estabelecendo um vínculo por meio de pronomes possessivos como, por exemplo, “meu interesse”, “meu objetivo”, e etc..
4. *Índices de avaliação*: Está inteiramente relacionado ao próprio locutor e sua capacidade de instaurar-se como sujeito que sinaliza ausências e completudes, assim como o que está atual ou o que há necessidade de mudança. Diz respeito ao poder argumentativo.

Pensando nisso, o trabalho aqui exposto propõe um modelo de análise enunciativa, utilizando as categorias elencadas acima, baseadas nos estudos realizados neste trabalho, cuja inspiração veio do modelo *Creating a Research Space* (CARS) de Swales (1990). Esta proposta se assemelha ao modelo CARS por se tratar de um material capaz de auxiliar no olhar enunciativo que se pode ter ao visualizar a escrita, as marcas de subjetividade e organização de um texto. É importante dizer que este modelo não tem pretensão de universalidade, embora seja possível sua adaptação, visto considerarmos o que Benveniste diz sobre cada ato enunciativo ser irrepetível. Logo, o sistema tem como nome Recursos enunciativos empregados na escrita científica (REEEC):

Figura 3 – Recursos Enunciativos empregados na escrita científica (REEEC)

Recursos enunciativos empregados na escrita científica (REEEC)
Referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor
Referência ao tempo e espaço
Intenção comunicativa explícita
Índices de avaliação

Fonte: Elaboração da autora.

De modo geral, a escrita científica é marcada por certo apagamento dos aspectos subjetivos, em virtude da objetividade e impessoalidade esperada. No entanto, a condição da enunciação é a marcação dessas posições subjetivas. Logo, os recursos enunciativos ganharão espaço através dessas categorias elencadas, possibilitando possíveis sinalizações de posicionamentos assumidos pelo locutor escrevente. Novamente, é importante frisar que esta é mais uma sugestão do que pode-se encontrar em um texto de cunho acadêmico, evidenciando sinais encontrados em introduções recolhidas de revistas renomadas.

Do mesmo modo, além das categorias elencadas, consideramos também as grandes funções sintáticas, uma vez que o ato de enunciar vem da capacidade de convencer o outro por meio de um aparelho de funções (Benveniste, 1989, p. 10), composto da seguinte maneira, como pontuado por Holme (2018, p. 13):

- I. da *interrogação*: para suscitar uma resposta (conta com formas lexicais e sintáticas da interrogação, partículas, pronomes, sequências, entonação etc.);
- II. da *intimação*: para ordenar ou fazer um apelo (manifesta-se por categorias tais como vocativo, o imperativo);
- III. da *asserção*: para comunicar uma certeza (manifestação mais comum da presença do locutor por meio de proposições afirmativas ou negativas);
- IV. das *modalidades*: podem apresentar-se nas formas verbais (modos optativo, subjuntivo) que expressam as atitudes do enunciador acerca do que enuncia (expectativa, desejo, apreensão) e pela fraseologia (formas indicativas de incerteza, possibilidade, indecisão ou recusa deliberada da asserção).

Esses recursos enunciativos, portanto, são tomados enquanto procedimentos acessórios empregados na escrita desses artigos. Os textos selecionados (as introduções) foram divididos entre as áreas de Linguística e Literatura porque, apesar de pertencerem ao mesmo tronco, possuem posturas disciplinares específicas e — portanto — singularidades linguísticas possíveis de serem observadas e analisadas.

Dessa forma, fica claro que serão investigados traços e construções sintáticas que fazem referência ao locutor e ao interlocutor; referências ao tempo e ao espaço, intenções comunicativas explícitas e índices de avaliação dentro de cada uma das introduções analisadas. Além disso, como pontuado acima, as grandes funções sintáticas também ganharão destaque, levando em consideração ser por meio delas que podemos observar a construção dessas categorias elencadas.

Estudos como esse podem servir de base para aprimorar práticas de ensino de escrita acadêmica, auxiliando no desenvolvimento de habilidade dos pesquisadores em sinalizar seus posicionamentos e engajamentos discursivos. Além disso, o modelo REEEC pode ser adaptado para análise de outros gêneros acadêmicos que busquem visualizar a enunciação em ambientes com limites de escrita mais estabelecidos. A pesquisa reafirma a relevância de visualizar a escrita como um ato singular e dinâmico, desafiando — portanto — essa visão limitadora de que textos acadêmicos são, por excelência, objetivos e impessoais num todo. As análises aqui apresentadas revelaram mecanismos singulares desses aspectos semânticos e sintagmáticos.

Portanto, a compreensão desses recursos enunciativos podem influenciar na elaboração de normas editoriais e, também, orientar revisores e editores. Para fins de organização, a seção de análise de dados será dividida de acordo com os conjuntos semelhantes anteriormente citados e, ao final de cada uma dessas categorias, serão apresentados quadros que evidenciam — de maneira quantitativa — a presença desses conjuntos.

4 ANÁLISE DOS DADOS

4.1 REFERENCIA AO LOCUTOR E, IMPLICITAMENTE, AO INTERLOCUTOR

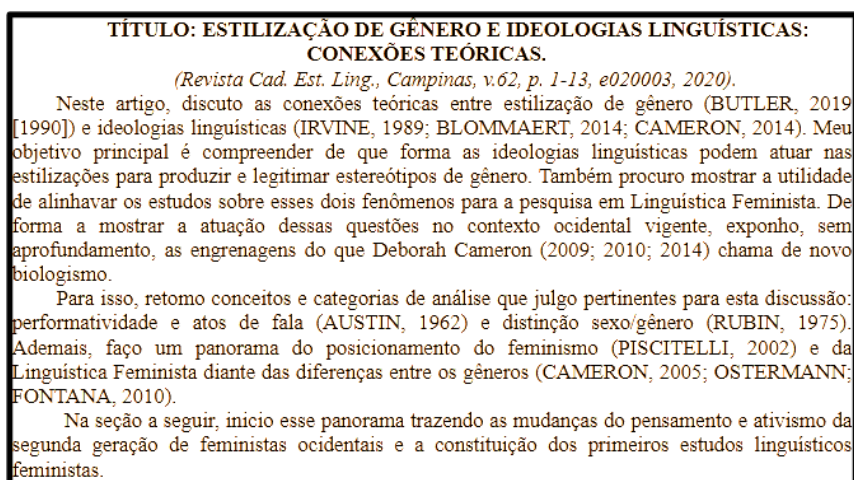
Ao refletir sobre os regimes e coerções que fundamentam a construção de um texto, Augustine e Leite (2018) evidenciam que – no caso da enunciação – esses regimes orientam “o modo como a transposição da língua em escrita pode e deve acontecer” (Agustini; Leite, 2019, p. 351). Geralmente, esses regulamentos dizem respeito ao: 1) Gênero escolhido; 2) Ambiente de circulação e 3) Finalidade. Esses aspectos serão levados em consideração na análise aqui proposta.

Embora não seja de grande proeminência desta análise, é interessante observar o tamanho das introduções selecionadas em termos de estrutura, pois isso contraria a ideia de que introduções devem, necessariamente, ser longas. A

introdução, enquanto sessão de abertura, deve condensar as principais informações e discussões que o artigo vai discorrer. Dessa forma, os movimentos discutidos em seções anteriores que indicaram quais informações uma introdução deve oferecer, como, por exemplo, o delineamento dos objetivos ou mesmo a indicação da estrutura do trabalho, são pontos facilmente localizados e de grande importância em cada uma das introduções que analisamos.

Não é tratável aqui, então, a quantidade de linhas, mas sim de que forma o sentido é construído para atender os objetivos de uma determinada comunidade, evidenciando movimentos que Swales (1990) também previa. Ademais, de modo a facilitar o acesso as introduções selecionadas, listamos nos anexos A (introduções de Linguística) e B (introduções de Literatura), que se encontram após as referências desta dissertação, os links de cada um dos textos. Agora, vejamos um exemplo dessas introduções selecionadas somente a título de curiosidade:

Figura 4 – Introdução de Linguística de número 3 (Ling. 3)



Fonte: Cadernos de Estudos Linguísticos, 2020

No quesito textualidade, como vamos observar nos trechos e análises apresentadas neste trabalho, levando em consideração o que a Academia e os principais portais de publicação desse gênero — como revistas qualificadas — pedem, visualiza-se um eu locutor (a Academia), agir sobre o tu (o escritor/aluno), exigindo um padrão de qualificação baseado nos preceitos de uma comunidade acadêmica específica.

No caso do gênero textual escolhido, temos um locutor que — tradicionalmente — não se marca como pessoa do discurso (eu/nós) e, devido a isso, é possível perceber um distanciamento com o leitor (interlocutor do artigo científico). À vista

disso, esse locutor é revestido de criticidade para, no caso da introdução de número 3 (figura 3), discutir a estilização de gênero e ideologias linguísticas.

Na figura 3, no primeiro parágrafo, é possível observar um movimento do auctor que menciona pesquisas anteriores, algo comum e relevante em introduções, ao dizer citar trabalhos como o de Butler, Irvine, Cameron e outros. Desde as primeiras palavras, inicia-se o processo de situar o leitor no contexto do artigo, e, por meio da omissão do sujeito que acompanha o verbo "discutir", o autor aponta as teorias que serão abordadas: a estilização de gênero e as ideologias linguísticas. É interessante notar que, mesmo sem uma menção explícita, instaura-se um "tu", o que, por consequência, estabelece o lugar de autoria desse sujeito escrevente.

O uso da terceira pessoa é uma característica desse gênero acadêmico. E, embora se perceba uma repetição, já que outras pesquisas podem ter integrado as teorias apresentadas, nada na língua é dispensável, pois o uso dela nunca se repete de forma idêntica.

Também deixamos em destaque o seguinte ponto: ainda que esse interlocutor não esteja presente e comunicando-se de imediato com esse locutor, este já concebe sua escrita pensando naquele. Ademais, é importante pensar que esse interlocutor é completamente modificável. O mesmo não acontece em uma conversa entre o locutor 1 e o interlocutor 2. É sabido que esses papéis podem se inverter, mas esta conversa é limitada e o interlocutor 2 jamais será o interlocutor 5, por exemplo.

Aqui, diferente dessa restrição, os interlocutores de um artigo científico são vários e possuem diversas perspectivas sobre o texto e a temática escrita. Isso faz com que esse locutor – ao apropriar-se do aparelho formal da língua e enunciar sua posição (Benveniste, 1989, p. 84) – se disponha a escrever de forma inclusiva e, portanto, mais acessível. Ou, em outros casos, pode-se limitar a escrita e a maior parte do entendimento de um texto apenas a uma comunidade.

Assumindo que um quadro enunciativo é constituído pela noção de pessoa (eu/tu) e a situação de uso (o espaço e o tempo), será observado também — por meio do aparelho de funções (Benveniste, 1989, p. 86) — a intencionalidade por parte do autor/locutor, de modo a influenciar esse leitor através do uso dessas funções sintáticas que a língua fornece.

Assim sendo, essa categoria vai evidenciar a centralidade dos sujeitos na linguagem. Na escrita acadêmica, como já foi pontuado, o autor frequentemente faz referências a si mesmo e ao leitor de maneira implícita para estabelecer um diálogo,

orientar a leitura e construir uma relação de compreensão mútua. Essas referências ocorrem por meio de pronomes pessoais, construções que antecipam perguntas ou reações do leitor, e declarações que guiam a interpretação do texto. Assim, a enunciação escrita, embora formal e estruturada, mantém a interação proposta por Benveniste, mas dando maior destaque à subjetividade.

Vejamos como essa referência ao locutor e implicitamente ao interlocutor ocorre nas introduções de linguística, aqui classificadas como Ling. 1, Ling. 2 e assim sucessivamente.

Na Ling. 1, temos um locutor/pesquisador que investiga o ProfLetras. Vejamos: Ling. 1, ex. 1: “*Investigo* algumas autorrepresentações construídas por uma professora da escola básica em uma dissertação apresentada como trabalho de conclusão final (TCF) do ProfLetras”.

Ling. 1, ex. 2: “*Problematizo* alguns desdobramentos das representações descritas para o letramento científico das professoras em formação continuada no mestrado profissional”.

O locutor (o autor do texto) não faz uso explícito de pronomes pessoais que o definem diretamente, mas ele se coloca de maneira implícita ao longo de sua argumentação. Isso ocorre de forma mais evidente nas passagens que trazem as ações e decisões do autor no processo de pesquisa. Ele utiliza os verbos “investigo” e “problematizo”, indicando essa presença na construção do discurso, dando ênfase na sua responsabilidade e perspectiva. Este posicionamento é fundamental no ato enunciativo, já que revela quem fala e a partir de qual abordagem.

O mesmo ocorre na introdução Ling. 3:

Ling. 3, ex. 3: “*Discuto* as conexões teóricas entre estilização de gênero...”.

Ling. 3, ex. 4: “*Retomo* conceitos e categorias de análise que julgo pertinentes...”.

Ling. 3, ex. 5: “*Procuro* mostrar a utilidade de alinhar os estudos sobre esses dois...”.

Esses trechos e a utilização desses verbos, conjugados no presente do indicativo, revelam um autor que se coloca como sujeito da enunciação, ainda que haja a ocultação desse sujeito. A proposta de situar a pesquisa começa a sugerir que certas impessoalidades não são mais tão necessárias. Há um movimento de marcação dessa identidade na escrita para que seja possível adquirir certa confiança e seja possível direcionar o olhar desse leitor.

Em contrapartida, ainda há introduções que se mantêm no uso da terceira pessoa passiva impessoal. Ao utilizar verbos como “reflete-se” ou verbos no infinitivo como “identificar”, “realizar”, ativa-se a subjetividade que rege a presença desse locutor, o que – de certa forma – é algo mais comum e esperado nesse gênero. Vejamos as introduções de Ling. 2, Ling. 6, Ling. 7:

Ling. 2, ex. 6: “(...) nesta pesquisa, *reflete-se* acerca do plano de texto do gênero artigo científico...”.

Ling. 6, ex. 7: “(...) *Este* artigo... *Dedica-se* ao reexame de posições teóricas a respeito da história do português brasileiro...”.

Ling. 7, ex. 8: “*O objetivo deste* artigo é analisar...”.

Há um certo empenho em deixar que o ‘artigo’ diga, isto é, que o próprio texto se pronuncie, de forma a causar o distanciamento esperado nesse gênero. Além dos verbos, também é possível identificar essa relação entre locutor e interlocutor por meio de algumas afirmações realizadas nas introduções. Na Ling. 2, por exemplo, há o seguinte trecho:

Ling. 2, ex. 9: “Nos últimos anos, têm sido sublinhadas, *em Portugal*, as dificuldades sentidas por estudantes dos diversos níveis de ensino”.

Essa afirmação faz referência a um contexto educacional e geográfico específico, sinalizando que esse locutor entende, por exemplo, sobre a situação local e direciona os interlocutores a voltar os seus olhares para o público português. Nessa introdução, conseguimos visualizar algo mais próximo ao que é estabelecido enquanto “comum” no gênero. Os verbos se encontram sempre em terceira pessoa e não há grandes marcas desse autor que se deixa facilmente visível aos olhos dos interlocutores.

Ainda nessa linha de pensamento, outros traços característicos desse gênero merecem destaque. Das grandes funções sintáticas (Benveniste, 1989, p. 86), nos casos acima, pode-se fazer menção a asserção, cuja presença se destaca nas passagens em que o autor introduz certezas sobre a realização de algum ato ou de algo que será feito, como “trata-se de um estudo de caso” (intro 3) e “investigo algumas autorrepresentações” (intro 3). A presença das funções, neste estudo, possibilitam observar como o dizer (enunciação) se constrói e manifesta através da linguagem.

As escolhas lexicais e a organizações estruturais dos enunciados são pensadas, como Benveniste pontua em Problemas de Linguística Geral II, de modo a

influenciar e direcionar o olhar do leitor. Isso ocorre, como já foi pontuado anteriormente, por meio de um aparelho de funções, cujas modalidades são: a interrogação, quando o enunciado é pensado para invocar uma resposta; a asserção, visando passar para esse interlocutor certezas sobre o que está sendo dito, de modo a dar segurança e credibilidade ao trabalho. Por último, a intimação aparece em forma de ordens e apelos, marcados pelo uso de verbos no imperativo, acarretando um vínculo quase de imediato entre o locutor e seu interlocutor numa referência importante ao tempo da enunciação.

Outrossim, as modalidades citadas em O aparelho, assim como as formas e funções, revelam de maneira mais explícita a presença de um locutor, sobretudo quando se trata de um gênero tão impessoal quanto o artigo científico. Modalidades que revelam expectativas, desejos, apreensões, possibilidades, indecisões e até incertezas fazem com que o texto seja a materialização de um aparelho formal singular. Cada indivíduo, em um tempo e espaço específico, constroi seu enunciado através das possibilidades dessas funções e modalidades. Esse fato atesta o caráter singular de cada um dos textos encontrados nesta pesquisa, ainda que tenham sido produzidos sob os mesmos valores de referências solicitados por todos os membros de uma comunidade (Benveniste, 1989, p. 63).

Retomando a análise, o discurso convoca o interlocutor para o entendimento de um problema ou para a análise de um dado específico, como se o leitor fosse convidado a se posicionar e a refletir sobre os argumentos propostos. A utilização desses verbos no modo indicativo convida o interlocutor a acompanhar o raciocínio e a se envolver com o conteúdo, mesmo sem um convite explícito.

Além disso, embora os exemplos citados não façam uso explícito de perguntas diretas, há uma forma de interrogação implícita ao longo das introduções. É o caso, por exemplo, da figura 3, no que diz respeito à exposição dos desafios enfrentados pela formação continuada de professoras, e o questionamento implícito sobre a eficácia do modelo ProfLetras e suas implicações. O autor não pergunta diretamente, mas instiga a reflexão do interlocutor, criando uma "interrogação indireta" no discurso. Por exemplo, a citação da Meta 16 do Plano Nacional de Educação (PNE) e a discussão sobre as metas a serem cumpridas entre 2014 e 2024 fazem com que o leitor questione os resultados dessas metas e o impacto das ações no contexto educacional brasileiro. O mesmo ocorre nas introduções 3, 4, 5, 6...

Dando continuidade à análise, na introdução de número 3, o uso da primeira pessoa do singular, mesmo com a ocultação desse sujeito, é a marca desse escritor. Há o uso em “discuto”, “meu objetivo principal” e “procuro mostrar”, que indicam a construção desse discurso de maneira mais íntima, mais pessoal. Aqui vislumbramos um pouco de outra categoria elencada nesse estudo, que é a intenção comunicativa explícita. Vejamos outros exemplos:

Ling. 3, ex. 7: “(...) também *procuro* mostrar a utilidade de alinhar os estudos sobre esses dois fenômenos para a pesquisa em Linguística Feminista...”.

Ling. 3, ex. 8: “(...) *exponho*, sem aprofundamento, as engrenagens do que Deborah Cameron (2009; 2010; 2014) chama de novo biologismo...”.

Essa categoria será melhor explicada em sua seção, todavia, é relevante esclarecer que ela está diretamente relacionada com essa referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor. Estes, em todos esses casos expostos até agora, são claramente identificados enquanto peças de áreas acadêmicas cujos enfoques são diversos. Segue tabela quantitativa para melhor visualização:

Figura 5 – Análise da categoria de Referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor nas introduções de Linguística

MODELO REEEC	INTRODUÇÕES DE ARTIGOS DE LINGÜÍSTICA (QUALIS A1)									
Referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor:	LING 1	LING 2	LING 3	LING 4	LING 5	LING 6	LING 7	LING 8	LING 9	LING 10
Introduções que fizeram referência explícita	X		X	X	X					X
Introduções que fizeram referência implícita		X				X	X	X	X	

Fonte: Elaboração da autora

Agora, vejamos o comportamento dessas categorias nas introduções de Literatura. Pondo em evidência a introdução nomeada de Lit. 1, é possível perceber os seguintes recortes:

Lit. 1, ex. 9: “Neste estudo, *vamos contar* a história da publicação de *O homem...*”.

Lit 1, ex. 10: “*Nosso intuito* é contribuir na renovação dos estudos sobre o naturalismo no Brasil, redimensionando-o e redescrivendo-o a partir do estudo de novas fontes e da formulação de novas perguntas ao *corpus...*”.

O uso da primeira pessoa do plural evoca a presença desse locutor que se coloca como narrador e guia da análise que será realizada neste artigo e nos demais. Essa escolha sintagmática, assim como em outras introduções de Linguística e as de Literatura que se seguem, cria uma conexão mais íntima com o leitor do texto, que se

sente parte do trabalho realizado ao ser incluído no pronome possessivo “nosso”. Ou seja, há uma colaboração e um diálogo implícito.

Somando mais ainda a essa conexão entre locutor e interlocutor, é mais comum perceber em introduções de Literatura funções interrogativas. Nas introduções Lit. 2, Lit. 8 e Lit. 10, questionamentos como “(...) quais significados emergem quando o referente é “mulher quilombola”?, “(...) Em que medida, no entanto, podemos falar de “novos feminismos”?, “(...) afinal, pensar o poema como partitura, de que se trata? E de que modo o corpo se porta neste jogo?”, tornam o discurso estruturado de maneira a tornar esse leitor um co-investigador, o que torna possível imaginar um caráter dialógico nesse gênero. Balzan (2017, p. 100) diz que esse interlocutor-leitor, “no encontro com o discurso (texto), percebe as marcas linguísticas deixadas pelo autor/locutor e atribui sentido a elas”.

Apesar disso, as 10 introduções selecionadas revelam autores/locutores que ora aproximam esse leitor de um ‘eu’ que esteja explícito em seu texto e ora o distanciam pelo uso de verbos na terceira pessoa como é o caso de Lit. 6 “(...) o texto levanta a defesa de colocar lentes sobre o sexo...”, Lit. 4 “(...) o artigo quer...”, e outras ocorrências.

A categoria aqui então exposta, mais uma vez, está associada às outras que serão explicadas em seções adiante. Introduções como a Lit. 10, ao destacar a intenção do autor de trazer perspectivas novas e questionamentos pertinentes ao campo de estudo, não apenas se refere a si, mas também orienta esse leitor quanto aos objetivos e relevância do trabalho. É evidente, por exemplo, que o autor não pretende dar o mesmo olhar sobre o naturalismo que outras perspectivas já deram por meio da utilização dos verbos ‘redimensionando’ e ‘redescrevendo-o’ utilizados, associando a novas fontes. A organização sintagmática é bem estruturada e encadeada para viabilizar as intenções de sujeito/autor.

Assim como na Lit. 1, as introduções Lit. 3, Lit. 7 e Lit. 8 também apresentam recorrências parecidas:

Lit. 3

Lit. 3, ex. 11: “(...) por meio da leitura do romance *Azul corvo* (...) pretendemos trabalhar com a experiência do que Karl Erik...”.

Lit. 3, ex. 12: “(...) optamos, neste texto, em dar destaque ao trabalho de Schøllhammer...”.

Lit. 3, ex. 13: “(...) talvez seja desnecessário dizer...”.

No exemplo 13, temos uma espécie de reflexão sobre a necessidade (ou ausência dela) de enunciar algo. Além disso, há a presença da incerteza na modalização desse discurso. A utilização do “talvez” demonstra que esse locutor não tem convicção sobre o que vai ser dito, tornando esse interlocutor responsável por sua própria reflexão e tomada de decisão quanto a veracidade do que vai ser dito. Ou seja, isso o converte não somente em consciente do que está sendo enunciado, mas também envolve uma avaliação pessoal — categoria que será esclarecida mais a frente —, o que o torna diretamente envolvido nessa comunicação. Além disso, ao presumir que o leitor já pode estar ciente do que vai ser dito, implica também em uma consciência compartilhada sobre quem vai ser esse leitor, o que fortalece ainda mais esse vínculo implícito que reconhece o interlocutor como participante ativo neste ato comunicativo.

Lit. 7:

Lit. 7, ex. 14: “(...) neste artigo *pretendemos* destacar...”.

Lit. 7, ex. 15: “*Interessa-nos* investigar o cotidiano de mulheres...”.

Lit. 7, ex. 16: “Dessa forma, *consideramos* que o pensamento decolonial...”.

Nos exemplos acima, fica claro a recorrência e, é ousado dizer, ‘preferência’, pela utilização da primeira pessoa do plural em algumas introduções na área de literatura. Pode-se inferir aqui a reversibilidade da relação eu-tu. Benveniste (1995, p. 281) explica que “é identificando-se como pessoa única pronunciando eu que cada um dos locutores se propõe alternadamente como ‘sujeito’. Assim, o emprego tem como condição a situação de discurso e nenhuma outra”.

E a Lit. 8:

Lit. 8, ex. 18: “(...) é uma cena que *nos* permite explorar...”

Lit. 8, ex. 19: “(...) Em que medida, no entanto, *podemos* falar de “novos feminismos”?”.

Lit. 8, ex. 20: “(...) Neste artigo *vamos* problematizar essa noção corrente de “novos feminismos” ...”.

Lit. 8, ex. 21: “(...) em que medida seria possível dizer isso? O que isso diz sobre ler, escrever e o produzir-se da obra? São estas as questões que deverão *colocar-nos* em movimento...”.

Evidenciamos o exemplo 19 que, além da utilização da primeira pessoa do plural ‘nós’, faz uso do processo interrogativo anteriormente mencionado no aparelho de funções de Benveniste (1989). A organização da frase, enquanto uma pergunta

retórica, passa para esse leitor a complexidade do tema por meio desse processo reflexivo. O uso do ‘podemos’ inclui o interlocutor, permitindo que ele entenda que não se trata de um problema unicamente do texto ou do autor, mas também dele. O conector ‘no entanto’ dá a ideia de uma contradição, de uma nova perspectiva. Há, portanto, a sugestão de uma análise coletiva, sugerindo uma reflexão compartilhada.

Por outro lado, as introduções de nome Lit. 6, Lit. 5, Lit. 4 e Lit. 10 constroem relação com o leitor de maneira mais cuidadosa. Ainda assim, é possível perceber o uso de interrogações, como foi dito anteriormente, a fim de trazer esse interlocutor para o debate. Isto é, fazê-lo parte do trabalho.

Ex. 21: “(...) é com essa visão em mente que neste artigo se faz a presente questão: assumindo que os discursos sobre o sexo fazem parte do processo acima referido, como eles atuam nessa desumanização?”.

Ex. 22: “Dentro dessa articulação – identidade/diferença – surgiu o questionamento: quais significados emergem quando o referente é “mulher quilombola”?”.

Em comparação, por exemplo, ao exemplo 19, é possível perceber nos exemplos acima perguntas mais elaboradas, utilizando explicações contextuais que preparam o leitor para a questão principal. Há uma necessidade em manter o texto como veículo principal da questão. Isso fica claro ao utilizar a expressão ‘neste artigo se faz a presente questão’, desresponsabilizando o autor da pergunta. Assim como o exemplo 22 em que a vaguidão da expressão ‘surgiu o questionamento’ torna impessoal a quem essa pergunta interessa.

Dito isso, vejamos a discussão sobre essa categoria de maneira mais quantitativa na tabela abaixo:

Figura 6 – Análise da categoria de referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor nas introduções de Literatura (modelo REEEC)

MODELO REEEC	INTRODUÇÕES DE ARTIGOS DE LITERATURA (QUALIS A1)									
Referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor:	LIT 1	LIT 2	LIT 3	LIT 4	LIT 5	LIT 6	LIT 7	LIT 8	LIT 9	LIT 10
Introduções que fizeram referência explícita	X	X	X				X	X	X	
Introduções que fizeram referência implícita				X	X	X				X

Fonte: Elaboração da autora.

É natural perceber que, em ambas as áreas, há um movimento maior de autoafirmação em textos científicos, já que “o destinatário da escrita é, ao mesmo tempo, um sujeito realmente existente e um sujeito possível” (Pereira, 2013, p. 2014). Significa dizer que essa marcação enquanto autor também manifesta a presença

desse leitor/interlocutor que marca-se — ainda que, como visto na tabela acima, de forma implícita — no texto.

Sendo assim, ambas áreas utilizam construções e modalizações sintáticas que revelaram asserções, indagações, intimações, dúvidas e afins. A utilização do tempo e modo verbal, este tendo predominância no presente do indicativo, revelaram tom afirmativo e instrucional para as introduções analisadas, característico do discurso acadêmico, posicionando o locutor como fonte confiável e didática. Apesar disso, a presença do interlocutor se mostrou real por meio das nuances de possibilidades e hipóteses que expressões como “pode ser considerado” ou “constituiriam uma mistura”, evidenciaram.

Os interlocutores de um texto acadêmico são múltiplos e se revelam sempre que possível por meio das estratégias enunciativas do autor. Há uma relação dialógica estabelecida por meio de marcas polifônicas e projeção de respostas. O locutor/autor antecipa objeções ou dúvidas do leitor, estruturando o texto para respondê-las, seja explicitamente, seja pela construção lógica dos argumentos. É por essa razão que há nos artigos científicos uma referência ao locutor e, implicitamente, aos seus interlocutores.

4.1.1 Resumo do capítulo

Ao longo deste capítulo, foi examinado como a referência ao locutor, e implicitamente ao interlocutor, se manifesta nas introduções de textos acadêmicos nas áreas de Linguística e Literatura, com base nos preceitos da teoria da enunciação de Émile Benveniste. A partir dessa teoria, observamos a construção da subjetividade do locutor e a construção da relação dialógica com o interlocutor por meio de diferentes marcas enunciativas, incluindo a escolha de pronomes, a utilização de tempos e modos verbais, além de estratégias de modalização e de interrogação implícita ou explícita.

Em ambas as áreas, a presença do locutor é fundamental para o ato de enunciar, sendo percebida por meio da forma como o autor se posiciona dentro do discurso. Na Linguística, encontramos maior predominância do uso da primeira pessoa do singular e do plural, com verbos no presente do indicativo como “investigo”, “problematizo” e “discuto”, que reforçam o papel ativo do locutor no processo de pesquisa e argumentação. Essa escolha não somente coloca o locutor como sujeito

da enunciação, mas também implica o interlocutor, ao criar um espaço de reflexão coexistente. Por outro lado, também foi observado o uso de passivas impessoais e construções mais distantes, como nas introduções de *Linguística 2* e *Linguística 6*, que mantêm a escrita mais impessoal e com tom distanciado, o que é esperado nos textos científicos. Todavia, isto não exclui a presença do interlocutor, que é constantemente convidado a refletir e compreender as questões pontuadas pelo escritor.

Nas introduções de *Literatura*, as estratégias sintáticas no que diz respeito a construção desse sujeito também revelaram intimidade entre o locutor e o interlocutor. A utilização da primeira pessoa do plural, como em ‘vamos contar’ ou ‘nosso intuito’, estabelece um vínculo maior entre o leitor, que está incluído nesse processo de pesquisa e análise. Ademais, o uso de questionamentos retóricos e interrogações explícitas, como “afinal, pensar o poema como partitura, de que se trata?”, possibilita ao interlocutor enxergar-se como co-participante dessa sequência de investigação, formando uma espécie de diálogo colaborativo. Essas interações são reafirmadas por meio as afirmações e instruções passadas pelas construções sintáticas que, ao passo que guiam o leitor, também o convidam a questionar e repensar sobre o tema.

Dito isso, Benveniste (1989) ao deixar claro a relação entre o locutor e o interlocutor, trouxe destaque para as marcas linguísticas que situam o locutor dentro do discurso. Através disso, é possível compreender de que maneira o locutor pode se posicionar no texto como uma fonte confiável e instrucional, além de tornar mais evidente a participação do interlocutor na construção de sentidos.

Por fim, é importante destacar que, nas introduções analisadas, o locutor antecipa possíveis objeções, dúvidas ou questionamentos dos múltiplos interlocutores que há em um texto acadêmico, construindo esse discurso de forma a responder a questões, sejam elas explícitas ou de maneira mais lógica. O movimento de antecipação favorece a relação dialógica e a projeção de respostas do discurso acadêmico. Sendo assim, essa referência ao escritor e seu leitor se revelou um processo multifacetado e essencial na construção dos textos acadêmicos que estabelecem uma relação constante entre quem fala e quem ouve, entre quem escreve e quem lê.

4.2 REFERÊNCIA AO TEMPO E ESPAÇO

Em Benveniste (2006), o conceito de deixis possibilita a existência dos signos que dão origem à enunciação. Estes anteriormente citados como: o locutor/alocutário, o tempo e o lugar. Genericamente representados como: eu-tu-aqui-agora.

A dêixis é colocada, pelo olhar benvenistiano, como um fundamento da subjetividade na linguagem. Utilizando a definição de Câmara Junior (2002, p. 90) no Dicionário de Lingüística e Gramática: referente à língua portuguesa, por exemplo, temos que

Dêixis- faculdade que tem a linguagem de designar mostrando, em vez de conceituar. A designação dêítica, ou mostrativa, figura assim ao lado da designação simbólica ou conceptual em qualquer sistema lingüístico. Podemos dizer que o SIGNO lingüístico apresenta-se em dois tipos – o SÍMBOLO, em que um conjunto sônico representa ou simboliza, e o SINAL, em que o conjunto sônico indica ou mostra (...). O pronome é justamente o vocabulário que se refere aos seres por dêixis em vez de o fazer por simbolização como os nomes. Essa dêixis se baseia no esquema lingüístico das três pessoas gramaticais que norteia o discurso: a que fala, a que ouve e todos os mais situados fora do eixo falante-ouvinte (Câmara Junior, 2002, p. 90).

A partir dessa definição, esse conceito — valioso para a compreensão de alguns aspectos da teoria de Benveniste — como é o caso do tempo e do espaço, refere-se às palavras e expressões cujo significado depende do contexto do enunciado. Há alguns ‘tipos’ de dêixis que poderiam ser exploradas nesse trabalho, categorizadas por Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) como sendo: pessoal, social, espacial, temporal, textual e de memória.

Todavia, para esta seção, é mais pertinente a espacial e a temporal. Lopes e Pacheco (2015, p. 75) pontuam que, segundo Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014),

a dêixis espacial tem por objetivo indicar o grau de distância/proximidade de um determinado referente em relação ao locutor do ato comunicativo. No entanto, só será considerada dêítica a expressão que revelar a localização onde se situa o locutor. Semelhantemente à dêixis espacial, a dêixis temporal aponta para o momento em que um locutor enuncia determinado ato comunicativo. Desse modo, são considerados elementos dêíticos temporais somente aqueles que remetem, por exemplo, a uma situação em que um locutor apresenta sua ação comunicativa (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014, p. 65).

De maneira geral, a característica central da dêixis é a sua dependência do contexto comunicativo. Ela se distancia das palavras com significado fixo (por exemplo, mesa ou sol), os elementos dêíticos só podem ser plenamente interpretados quando inseridos em um contexto que fornece informações sobre quem fala, de onde fala e quando fala. Isso possibilita que a dêixis seja essencialmente relacional, isto é,

conecta a linguagem ao momento do discurso de maneira direta e específica. Estudos como o de Pires e Werner (2007) e Lopes e Pacheco (2015) dedicaram-se a investigar as categorias de dêixis em gêneros textuais. O conceito de tempo, para que fique claro, é entendido aqui como Benveniste (2006, p. 85) o explicou: o homem não dispõe de nenhum outro meio de viver o “agora” e de torná-lo atual senão realizando-o pela inserção do discurso no mundo. É o ato enunciativo quem instaura o presente e dele nasce a categoria de tempo.

Vejamos, então, como esses aspectos temporais e espaciais se comportam no corpus selecionado em conjunto, diferente da categoria anterior que foi vista separadamente. Antes, de modo geral, cada uma das introduções situou espacialmente e temporalmente os textos escritos por meio de zonas palpáveis, por exemplo:

Ling. 1, ex. 22: “(...) unidades do ProfLetras localizado na Região Norte...”

Ling. 3, ex. 23: “(...) contexto ocidental vigente...”.

Lit. 5, ex. 24: “(...) no século XV...”

Ling. 5, ex. 25: “(...) salas de aula de educação física...”.

Lit. 7, ex. 26: “(...) nos estados do Rio Grande do Norte (RN) e Piauí (PI)...”.

Essa contextualização somente nos possibilita compreender de que forma ou com que intuito os estudos foram realizados. Agora, vejamos como o autor guia os olhares dos leitores por meio de expressões linguísticas mais específicas, cuja referência está no próprio texto:

Um exemplo claro de marcação de tempo são os verbos:

Ling. 1, ex. 27: “(...) A epígrafe *deste* artigo *enuncia* um grandioso e polêmico desafio...”.

Lit. 8, ex. 28: “(...) *neste* artigo *vamos problematizar*...”.

Ling. 2, ex. 29: “(...) *nesta* pesquisa, *reflete-se* acerca...”.

Lit. 1, ex. 30: “(...) *neste* estudo, *vamos contar*...”.

Ling 2, ex. 31: “(...) *nos últimos anos*, têm sido sublinhadas, *em Portugal*...”.

A utilização desses verbos, seja no presente ou no passado, revelam certa localização temporal para esse leitor. É pertinente perceber que essa construção temporal normalmente está associada a uma localização espacial também, tendo em vista que expressões como ‘deste’, ‘nesta’, ‘em Portugal’, ‘neste estudo’, ‘vamos contar’, também situam o leitor para o contexto ao qual o texto está inserido, ademais de localizar informações.

Além disso, expressões como “na seção a seguir”, “serão sistematizadas”, “em um primeiro momento”, “em um segundo momento”, “o artigo está organizado em outras oito partes” e etc., também indicam uma organização temporal e espacial no discurso, apontando para a estruturação do texto em seções específicas. As introduções de Linguística demonstraram uma tendência maior a situar espacialmente a estrutura dos artigos, contabilizando 5, e apenas 1 ocorrência nas de Literatura. Esta última, inclusive, não explicitando tanto a localização das informações, como é evidenciado no exemplo a seguir. Seguem amostras das introduções de Ling. 3, Lit. 9 e Ling. 9:

Ling. 3, ex. 32: “(...) *na seção a seguir*, inicio esse panorama trazendo as mudanças do pensamento e ativismo da segunda geração de feministas ocidentais e a constituição dos primeiros estudos linguísticos feministas”.

Lit. 9, ex. 33: “*Inicialmente* mostramos... *Em seguida*...”.

Ling. 9, ex. 34: “(...) além dessa seção preliminar, *o artigo está organizado em outras oito partes*. As bases teórico-metodológicas gerais são expostas na próxima seção”.

Abrindo um paralelo com os estudos da linguística de texto e o modelo CARS (1990), é possível enxergar nessa indicação espacial, a presença do movimento 3, ocupando o nicho, passo 3: indicando a estrutura do artigo. Essa percepção fomenta a teoria central deste trabalho: as possibilidades que um estudo enunciativo do texto fornece para uma escrita mais harmônica e coerente.

Além disso, expressões que indicam, por exemplo, o ‘contexto ocidental vigente’ sugere uma localização espacial e cultural para o discurso. Ou seja, indica que os caracteres utilizados para a construção de uma mensagem que tem fins de convencer esse leitor, estão de acordo com as questões culturais de uma determinada comunidade e, conseqüentemente, de uma língua específica. Vejamos mais exemplos disso:

Lit. 3, ex. 32: “(...) nos estudos atuais..”.

Lit. 4, ex. 33: “(...) recorte temporal que se inicia por volta de 1857...”.

Ling. 9, ex. 34: “(...) o espaço e o tempo de produção... restritos no trabalho ao contexto brasileiro dos oitocentos até hoje...”.

Fica claro, então, a utilização global dessa categoria nos artigos selecionados. Pensando nisso, os quadros abaixo demonstram quantitativamente a utilização desses recursos, todavia, separados por área.

Figura 7 – Análise da categoria de referência ao tempo e espaço nas introduções de Linguística (modelo REEEC)

MODELO REEEC	INTRODUÇÕES DE ARTIGOS DE LINGÜÍSTICA (QUALIS A1)									
Referência ao tempo e espaço	LING 1	LING 2	LING 3	LING 4	LING 5	LING 6	LING 7	LING 8	LING 9	LING 10
Introduções que somente possuem marcações de tempo										
Introduções que somente possuem marcação de espaço										
Introduções que possuem marcações de tempo e espaço	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração da autora.

As introduções da área de Linguística revelaram 100% da presença de expressões que situam seu discurso em tempo e espaço. É, de maneira geral, valioso que produções científicas identifiquem quem, quando e onde foram investigados, ou ainda estão sendo, os objetos de análise ou razões de existência daquele trabalho. Agora, vejamos como se situam as de literatura:

Figura 8 – Análise da categoria de referência ao tempo e espaço nas introduções de Literatura (modelo REEEC)

MODELO REEEC	INTRODUÇÕES DE ARTIGOS DE LITERATURA (QUALIS A1)									
Referência ao tempo e espaço	LIT 1	LIT 2	LIT 3	LIT 4	LIT 5	LIT 6	LIT 7	LIT 8	LIT 9	LIT 10
Introduções que somente possuem marcações de tempo										
Introduções que somente possuem marcação de espaço										
Introduções que possuem marcações de tempo e espaço	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Elaboração da autora.

Sendo assim, ao observar as figuras acima e discussões apresentadas neste conjunto, a categoria de referência ao tempo e espaço nos estudos enunciativos é pertinente e estão relacionadas (categoria de tempo e categoria de espaço) por possibilitarem a contextualização do discurso, situando o enunciador e o enunciatário em um quadro temporal e espacial específico, o que facilita a compreensão e a interpretação do texto. O uso de referências espaciais e temporais estabelecem uma realidade concreta para o leitor.

4.2.1 Resumo do capítulo

Diante do exposto, a referência ao tempo e espaço, na esfera da enunciação, é fundamentada no conceito de dêixis de Benveniste, que situa o discurso em uma instância contextual e subjetiva, marcada pela tríade locutor/alocutário, tempo e lugar. Os elementos dêiticos, como pronomes e verbos, estabelecem relação de

proximidade ou distância entre o enunciador e o enunciatário, possibilitando maior contextualização do discurso. Nos exemplos analisados, a deixis temporal e espacial foram utilizadas para situar estudos acadêmicos em contextos históricos, culturais e geográficos específicos, como "No século XV" ou "nos últimos anos". Além de analisar, no aspecto situacional, o texto. Essa estratégia cria um quadro de referência para o leitor, localizando os textos no tempo e no espaço de maneira concreta, além de facilitar a compreensão da estrutura e das intenções do autor.

As introduções de Linguística demonstraram uma tendência maior em utilizar expressões para indicar organização textual e localização, como "na seção a seguir" ou "o artigo está organizado em outras oito partes". Essas construções evidenciam uma preocupação em guiar o leitor pelo texto, reforçando a coerência e harmonia discursiva. Já as introduções de literatura, embora menos explícitas nesse aspecto, utilizam referências culturais e históricas para situar o enunciado no espaço-tempo, como, por exemplo, "recorte temporal que se inicia por volta de 1857". Assim, a inclusão de elementos espaciais e temporais não apenas contextualiza o discurso, mas também fortalece a conexão entre o autor e o interlocutor, apoiando a comunicação em uma realidade 'compartilhada'.

4.3 INTENÇÃO COMUNICATIVA EXPLÍCITA

O texto não é uma estrutura fechada e acabada, mas é passível de ser compreendido e interpretado por um outro, que não o seu autor (Balzan, 2017, p. 101). O interlocutor de um texto ao apoderar-se dessa leitura, reconstitui seus sentidos e assimila as intenções do locutor e relaciona com aquilo que ele já conhece. Esse processo é o que se chama de subjetividade. É o ato de dar uma nova vida a algo escrito por meio das inúmeras características que o leitor atribui ao ter contato com o texto, as incontáveis possibilidades de leitura. Não é o texto que muda, mas o discurso singular em uma "instância eu-tu-aqui-agora, única e irrepetível" (Idem, 2017, p. 101).

O escritor de um gênero textual situado no campo científico passeia por nomenclaturas e teorias específicas. Isso poderia criar uma falsa ilusão de que, por ser uma escrita mais sóbria e pouco flexibilizada, o interlocutor não conseguiria criar seus próprios sentidos. É, porém, importante dizer que alguns locutores desses gêneros possuem a necessidade de deixar claro suas intenções e isso — não

costumeiramente — se reflete em seu discurso. Vejamos como essas ocorrências surgiram nas introduções de Linguística:

Ling. 3, ex. 35: “(...) *meu* objetivo principal é compreender de que forma as ideologias linguísticas podem atuar nas estilizações para produzir e legitimar estereótipos de gênero”.

Ling. 3, ex. 36: “(...) *procuro* mostrar a utilidade de alinhar os estudos sobre esses dois fenômenos...”.

Ling. 4, ex. 37: “(...) *nosso* interesse consiste em tomar nossas próprias práticas de pesquisa baseadas em registros audiovisuais...”.

Ling. 10, ex. 38: “(...) o *nosso* aporte teórico se respalda na teoria da Fonologia Prosódica...”.

Figura 9 – Análise da categoria intenção comunicativa explícita nas introduções de Linguística (modelo REEEC)

MODELO REEEC	INTRODUÇÕES DE ARTIGOS DE LINGÜÍSTICA (QUALIS A1)									
Intenção comunicativa explícita	LING 1	LING 2	LING 3	LING 4	LING 5	LING 6	LING 7	LING 8	LING 9	LING 10
Introduções que realizaram			X	X						X
Introduções que não realizaram	X	X			X	X	X	X	X	

Fonte: Elaboração da autora.

Ainda que não unanimemente, a utilização de pronomes possessivos majoritariamente nos exemplos acima como "**meu**" e "**nosso**", estabelece claramente a intenção do autor de direcionar o leitor a entender suas próprias motivações, interesses e a base teórica em que está ancorado. Isso demonstra uma preocupação em criar uma relação mais direta, explícita e acessível com o interlocutor. Criando hipóteses para esses usos, pode-se sugerir que o escritor buscava direcionar os olhos do leitor para o entendimento de sua pesquisa. Não se trata de uma prática comum em artigos, haja vista que a própria academia “recusa” algumas expressões e certa intimidade entre aquele que escreve e o que foi dito.

A intenção comunicativa explícita é uma forma do autor se colocar diante de um problema de forma totalmente transparente, deixando-se exposto sobretudo quanto aos seus objetivos na pesquisa, não somente do seu texto. Há um vínculo mais forte e sensível nesse ato, característica que não é vista de maneira positiva em discursos acadêmicos. Todavia, é importante refletir que os textos recolhidos foram retirados de revistas com Qualis A1 e isto traz possíveis reflexões se não é a proximidade que é o problema, mas sim a forma como ela surge no texto. Ou seja, é

possível dizer que marcações como essa revelam o autor para o leitor. No caso das introduções de Literatura, embora não haja nenhuma ocorrência com um pronome possessivo como ‘meu’, é comum perceber a utilização do pronome possessivo ‘nosso’. Vejamos:

Lit. 1, ex. 39: “(...) neste estudo, *vamos* contar a história da publicação... Nossas fontes são...”.

Lit. 1, ex. 41: “(...) *nosso* intuito é...”.

Lit. 2, ex. 42: “(...) são estas as questões que deverão *colocar-nos* em movimento...”.

Lit. 3, ex. 43: “(...) *optamos*, neste texto, em dar destaque ao trabalho de Schøllhammer. (...) *Pretendemos* trabalhar com a experiência...”.

Lit. 7, ex. 44: “(...) Neste artigo *pretendemos* destacar, a partir de uma revisão integrativa”.

Lit. 9, ex. 45: “(...) *nosso* ponto de partida neste artigo é a cena contemporânea...”.

Lit. 10, ex. 46: “(...) *apresentamos* aqui parte dos resultados...”.

Figura 10 – Análise da categoria intenção comunicativa explícita nas introduções de Literatura (modelo REEEC)

MODELO REEEC	INTRODUÇÕES DE ARTIGOS DE LITERATURA (QUALIS A1)									
Intenção comunicativa explícita	LIT 1	LIT 2	LIT 3	LIT 4	LIT 5	LIT 6	LIT 7	LIT 8	LIT 9	LIT 10
Introduções que realizaram	X	X	X				X		X	X
Introduções que não realizaram				X	X	X		X		

Fonte: Elaboração da autora.

Os resultados indicam que a estratégia mais utilizada nos artigos de literatura é a de incluir seus interlocutores como seres participantes do texto. Isso ficou claro ao nos depararmos com a necessidade de funções interrogativas, exploradas na categoria 1 e, também, pelo uso dos pronomes possessivos apresentados até o presente momento. A escolha de palavras e organização frasal das sentenças acima revelam a necessidade de aproximar seus interlocutores. É comum, ao resgatar introduções dessa área, textos mais longos e com discussões mais amplas que — em sua maioria — são revisitadas com mais frequência, convidando os leitores a um novo olhar. Por isso, torna-se mais corriqueiro que o leitor perceba a presença do autor do texto ali, convocando e demonstrando seus reais desejos no trabalho. A Lit. 10, por exemplo, poderia ter sido escrita da seguinte forma: “Serão apresentados parte dos resultados na presente seção”. Todavia, o locutor utiliza a expressão ‘apresentamos’,

com o verbo na terceira pessoa do plural a fim de tornar o leitor um agente. Novamente, há uma reversibilidade da relação eu-tu. Isto é, “confunde-se” a autoria.

4.3.1 Resumo do capítulo

De acordo com os resultados evidenciados, os autores da seção de introdução dos textos acadêmicos selecionados demonstraram simpatia com estratégias discursivas que expunham suas motivações a ponto de estabelecer um “vínculo” com seus leitores. Nas introduções de Linguística, o emprego dos pronomes possessivos como ‘meu’ e ‘nosso’ ressaltam a tentativa de direcionar a leitura para os objetivos e fundamentos do autor. Essa prática, ainda que incomum na escrita acadêmica tradicional devido à formalidade e à impessoalidade que a caracterizam, revela possíveis modificações nos moldes acadêmicos futuros. É possível que, em busca de maior clareza e acessibilidade, os escritores se permitam abrir mão de uma escrita mais engessada, a fim de evidenciar melhor suas bases e intenções. Por isso, a subjetividade emerge como elemento central nesse processo comunicativo, dando destaque a singularidade do discurso e a interação com esse interlocutor.

Nas introduções de Literatura, por outro lado, o foco maior se manteve em incluir o leitor como um participante ativo no texto, o que é evidenciado pela escolha de pronomes possessivos e modos verbais que promovem uma relação de maior proximidade. Expressões como ‘pretendemos’ e ‘apresentamos’ criam uma espécie de “confusão” autoral, misturando os papéis de quem escreve e de quem lê. Essas estratégias discursivas não apenas aproximam o leitor, mas também conferem um caráter dialógico à escrita, possibilitando que o texto seja assimilado como um espaço de construção conjunta de sentidos. Esse movimento oferece uma intenção comunicativa que busca incluir o interlocutor, tornando o processo interpretativo mais dinâmico.

4.4 INDICES DE AVALIAÇÃO

Em textos acadêmicos, o conceito de avaliação permeia pontos específicos dos setores de uma disciplina. Em Swales (1990), o modelo CARS condensa em cada um de seus movimentos e passos a ideia de índices avaliativos. Ao indicar uma lacuna (movimento 2, passo 1B), por exemplo, o escritor sinaliza que possivelmente uma teoria está incompleta ou que não há um estudo capaz de abarcar uma situação. Ou

mesmo quando esse escritor contra-argumenta algum método. Esses fatores revelam preferências e decisões que encaminham o olhar atento do interlocutor.

Farias (2016) reflete sobre o olhar investigativo que se deve ter ao olhar para o discurso e que requer “um esforço do analista para ‘sair de si’ e de seu lugar para atingir o lugar do outro” (Farias, 2016, p. 114). É importante que esse locutor seja capaz de alcançar lugares novos sempre que for rediscutir uma teoria ou mesmo reafirmá-la. Por isso, é comum perceber que a ideia de valor e não-valor é corriqueira em textos acadêmicos.

Conforme tem sido investigada a escrita científica e as mudanças que ocorreram nos aceites de revistas qualificadas, percebe-se um empenho energético por parte dos escritores na utilização de recursos que ele possa expressar sua postura, julgamento e avaliação no que diz respeito ao objeto de estudo, ao próprio saber existente e, também, ao processo de pesquisa. Em se tratando de introduções de textos acadêmicos, a utilização desses índices de avaliação ocupa boa parte dos espaços, pois ajudam a definir a ótica do discurso. Vejamos como isso ocorre em introduções selecionadas:

Nas introduções de linguística, a presença dos índices aparece tanto de maneira explícita como é o caso das expressões abaixo:

Ling. 1, ex. 47: “(...) a epígrafe deste artigo enuncia um *grandioso* e *polêmico* desafio (...)”.

Ling. 1, ex. 48: “(...) essa modalidade de mestrado se configura como um *desafio* para as universidades...”.

Ling. 2, ex. 49: “O modelo analítico e pedagógico baseado em movimentos e em passos que concretizam esses movimentos foi alargado a diversos gêneros acadêmicos... tendo gerado um vasto número de publicações no panorama internacional e obtendo um *assinalável sucesso*...”.

Ling. 2, ex. 50: “Em Portugal, todavia, são muito escassas as pesquisas que incidiram no artigo científico e, mais especificamente, nos planos de texto atestados em exemplares do gênero...”

Ling. 6, ex. 51: “*este artigo não se dedica ao reexame* da história do português brasileiro em suas marcas distintivas das do português europeu ou qualquer outra variedade... Se dedica ao reexame de posições teóricas...”.

Ling. 8, ex. 52: “para o entendimento da construção dessa instância de enunciação *complexa* que é o jornal”.

Há, em todas essas expressões, sinalizações de opiniões desse escritor. Seja pela atribuição de algum adjetivo como escasso, grandioso, complexo e polêmico. Também é evidente aqui o direcionamento do que o autor acha relevante, como visto na Ling. 6, exemplo 51. Ou, como é o caso de quase todas as introduções, a utilização do verbo ser como algo que define o valor do objeto:

Ling. 2, ex. 53: “(...) é importante que as propriedades do artigo científico sejam conhecidas pelos estudantes do ensino superior...”

Ling. 3, ex. 54: “(...) é importante que tais recursos sejam também disponibilizados por meio dos próprios registros...”.

Ling. 5, ex. 55: “(...) é comum a insegurança acerca do que, de fato, é o objeto de ensino da disciplina... (...) é esse lugar que os LD têm nas salas de aula a justificativa para a nossa opção de investiga-los”.

Ling. 9, ex. 56: “(...) também é importante o resgate de alguns aspectos da história dos estudos brasileiros...”.

Todas essas expressões configuram-se como funções assertivas, carregadas de certezas, sem nenhuma hesitação e estabelecendo ideias centrais que foram desenvolvidas ao longo dos textos.

Ou implícita:

Ling. 1, ex. 57: “Essas constatações têm desembocado em estudos que destacam a *necessidade de promover* pesquisas acerca de gêneros usados nas instituições de ensino superior...”.

Afirmações como essa revelam, implicitamente, que há uma lacuna significativa no estudo de gêneros acadêmicos, o que justifica a realização de novas pesquisas. O autor sugere que o campo está carente de investigação, especialmente em relação ao ensino de gêneros como o artigo científico. Vejamos, de maneira quantitativa, como se comportou das introduções de Literatura quanto ao uso de índices avaliativos:

Figura 11 – Análise da categoria de índices de avaliação nas introduções de Linguística (modelo REEEC)

MODELO REEEC	INTRODUÇÕES DE ARTIGOS DE LINGUÍSTICA (QUALIS A1)									
	LING 1	LING 2	LING 3	LING 4	LING 5	LING 6	LING 7	LING 8	LING 9	LING 10
Introduções que apresentaram uma ou mais expressões avaliativas	X	X	X		X	X		X	X	
Introduções que não apresentaram nenhum índice avaliativo				X			X			X

Fonte: Elaboração da autora.

E, no que diz respeito às introduções da área de Literatura, os índices de avaliação não somente surgem por meio de palavras, mas também pela construção sintática de uma frase. Vejamos:

Lit. 1, ex. 58: “Na categoria de ‘livros para homens’ enquadraram-se antigos romances *libertinos*, *novas* e *baratíssimas* brochuras *pornográficas* apócrifas, assim como romances naturalistas franceses, portugueses e brasileiros.”

Esse recorte insinua para os leitores uma avaliação negativa sobre os conteúdos dos livros, apontando-os como ‘libertinos’ e ‘pornográficos’. Há um tom crítico, refletindo uma visão carregada de moralidade tradicional da época. Além disso, a mesma introdução utiliza expressões como ‘redimensionando-o e redescrevendo-o’ para falar sobre o romance, o que intui ao leitor que sua visão contraria o tradicional.

Assim como nas introduções de Linguística, também foi encontrado expressões que utilizam o verbo ser para apontar o que é bom/ruim ou interessante/não interessante:

Lit. 2, ex. 59: “A partitura é um escrito que não é, ainda, a obra, mas a notação que permite a um leitor *performar* a obra, realizá-la num tempo e lugar diferentes em relação ao autor”.

Lit. 3, ex. 60: “(...) O realismo é entendido como uma relação imediata entre representação e realidade”.

Lit. 4, ex. 61: “(...) é *incontestável* que os dois temas em questão estão onipresentes na correspondência...”.

Lit. 6, ex. 62: “(...) A questão, então, é que *não basta* tomar o gênero como ponto de partida para questionar o sentido do *humano*...”.

Percebe-se nessas expressões uma preocupação em demonstrar ao leitor seu ponto de vista. O que é “incontestável” segundo sua abordagem ou mesmo como o realismo é entendido nesta pesquisa. Ainda, preocupa-se em dizer o que a partitura, nesse caso, não é.

Também foi possível encontrar nas introduções dessa área, ao contrário da área de Linguística, modalidades formais pertencentes aos verbos indicando dúvidas e incertezas. Expressões como:

Lit. 3, ex. 63: “(...) talvez seja desnecessário dizer que as reflexões e acepções sobre o realismo são diversas...”.

Lit. 6, ex. 64: “(...) perguntar o que nos faz humanos talvez seja uma questão que perpassa muitas das áreas de conhecimento na perspectiva da colonialidade ocidental...”.

Em virtude disso, não é incomum apontar que ambas as áreas se dedicaram a direcionar o olhar desse interlocutor a ponto de que ele enxergue quase com os olhos do locutor do discurso e obtenha a mesma resposta:

Lit. 6, ex. 65: “(...) é com essa visão em mente que neste artigo se faz a presente questão...”.

Lit. 6, ex. 66: “(...) toda linguagem sobre corpos, o sexo *pode e precisa* ser objeto de nossas reflexões acerca do humano. E é nessa relação corpo e sexo que sigo.”.

Assim como nas introduções de Linguística, vejamos esses dados de maneira mais clara e quantitativa:

Figura 12 – Análise da categoria de índices de avaliação nas introduções de Literatura (modelo REEEC)

MODELO REEEC	INTRODUÇÕES DE ARTIGOS DE LITERATURA (QUALIS A1)									
Índices de avaliação	LIT 1	LIT 2	LIT 3	LIT 4	LIT 5	LIT 6	LIT 7	LIT 8	LIT 9	LIT 10
Introduções que apresentaram uma ou mais expressões avaliativas	X	X	X	X		X				X
Introduções que não apresentaram nenhum índice avaliativo					X		X	X	X	

Fonte: Elaboração da autora.

Tanto as introduções de Linguística quanto as introduções de Literatura revelaram a utilização de juízos de valor em suas introduções. Apesar dos textos do campo literário tentarem camuflar esses índices de avaliação em frases mais contextualizadas, os discursos ostentam implicações, possibilidades e intimações que tornam suas opiniões relevantes e espécies de guias de seus textos. Assim, os textos analisados exibem funções sintáticas e modalizações, como interrogação, intimação, asserção e etc. A possibilidade e a incerteza são frequentes, usadas para explorar as temáticas complexas e dinâmicas que as introduções revelaram, como o feminismo, a identidade e a Literatura. Todavia, a asserção permeia os discursos — é ousado dizer — como forma de provar a autoria desses locutores.

4.4.1 Resumo do capítulo

O estudo dessa categoria se revelou crucial na construção do discurso acadêmico e na localização do locutor em relação ao objeto de estudo e, também, ao

interlocutor. O uso explícito ou implícito desses índices de avaliação é atribuído a escolha linguística na construção de suas afirmações. Na análise das introduções da área de Linguística, ficou evidente o uso de adjetivos e expressões afirmativas como grandioso, complexo e etc., que não só indicou a opinião direta do locutor, mas delimitaram o foco da pesquisa e — consequentemente — sinalizou a relevância do que estava sendo dito.

O verbo *ser* foi amplamente utilizado, em ambas as áreas, para noticiar certezas do escritor e atribuir valor, seja positivo ou negativo, aos objetos, teorias e estudos vinculados à pesquisa, conferindo autoridade ao discurso acadêmico. Em muitos casos, as afirmações feitas não deixaram espaço para hesitação, transmitindo certezas aos conteúdos que foram abordados.

No que se refere às introduções de Literatura, foi possível observar que — embora a avaliação estivesse presente — ela apresentou-se de maneira mais sutil. A utilização de expressões e construções sintáticas, como no artigo que se destinou a discutir ‘livros para homens’, sugere uma crítica sobre o objeto, mas também insinua uma crítica ao conteúdo dos livros. A modalização verbal foi algo assíduo e termos como “talvez” ou “não basta”, apontam para uma abordagem flexível e incerta, demonstrando as complexidades e ambiguidades da esfera literária. Isso ocorre, principalmente, quando a temática envolve teorias literárias, identidade ou histórias que incitam diversas interpretações e pontos de vista. Dessa forma, os índices de avaliação desempenham um papel central na estruturação do discurso acadêmico, conferindo-lhe credibilidade, clareza e um direcionamento específico.

5 NOTAS GERAIS

As análises e discussões apresentadas revelaram o caráter múltiplo e diversificado dos textos acadêmicos, a depender da área empregada. Ficou claro a capacidade da enunciação de revelar relações entre o sujeito que diz, o destinatário e, sobretudo, o contexto de produção ao qual o texto se encontra. A enunciação, segundo Benveniste, situa o texto em uma dimensão intersubjetivo através de marcas deixadas pelo locutor. Estas, por sua vez, fonte inesgotável de nossas investigações: tempos verbais, pronomes, modos de organização discursiva e etc.

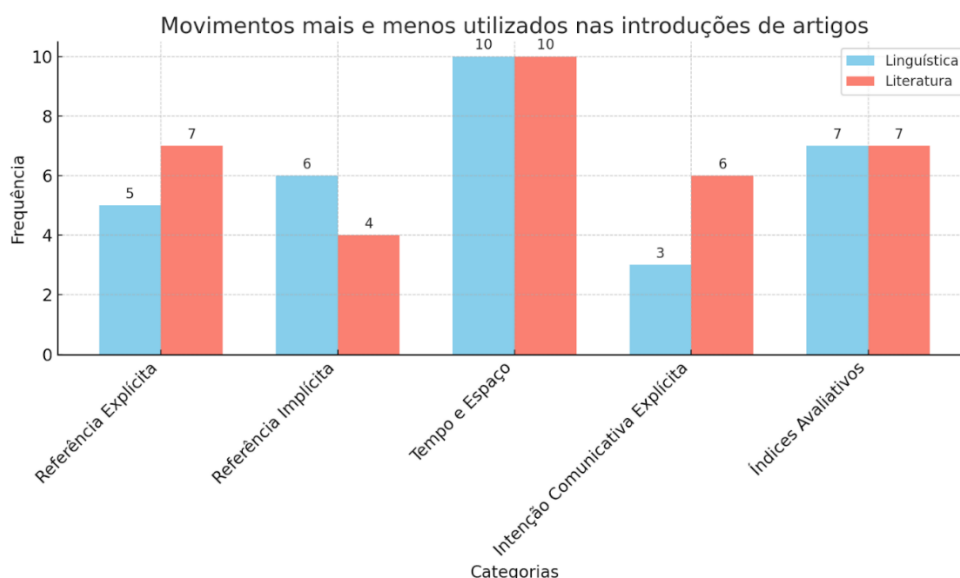
A identidade dos sujeitos, autores das introduções selecionadas, foi — por muitas vezes — revelada ou marcada por meio dos procedimentos de

sintagmatização e, também, pela utilização das grandes funções sintáticas. Introduções de Literatura manifestaram maior desejo em contactar o leitor em sua escrita, evidenciar suas dúvidas e ansiar por uma resposta, ainda que não de maneira imediata.

Foi percebido também um discurso, de ambas as áreas, que utilizaram estratégias para persuadir, emocionar e informar o leitor, dando destaque ao jogo de posições enunciativas que estruturam um texto. O leitor de textos acadêmicos tem percebido, devido às questões pontuadas acima, escritores que reafirmam sua identidade no discurso.

Cada conjunto semelhante se revelou individual em seus dois setores de estudo (Literatura e Linguística), ainda que tenham convergido em alguns aspectos. Abaixo se encontra um gráfico apresentando quais categorias foram mais ou menos utilizadas. Trata-se de um panorama mais global do estudo realizado nessas linhas:

Figura 13 – Categorias mais e menos utilizadas



Fonte: Elaboração da autora.

Dessa forma, a categoria de mais evidência foi a de referência ao tempo e espaço e a menos utilizada sendo a intenção comunicativa explícita. Não é surpreendente pensar que isso ocorreu, levando em consideração que ambos são requisitos importantes, apesar de um ser visto de maneira positiva (referência ao tempo e espaço) e o segundo ainda ser algo novo e incomum para revistas qualificadas (intenção comunicativa explícita). Cada uma das categorias se mostrou

promissora e, mesmo quando não houve a realização de uma delas de maneira explícita, foi possível perceber nas entrelinhas algo que as identificasse.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desta pesquisa iniciam pelos construtos de Saussure (1999), os quais priorizam o estudo da língua como sistema fechado. Benveniste (1989), em contrapartida, amplia sua visão e explora a linguagem como fenômeno cultural e comunicativo em que o sentido emerge da interação entre sujeitos. A linguagem, então, não se limita à troca de informações, mas busca persuadir e instaurar uma visão de mundo. Nesse contexto, a semiologia investiga os signos e suas estruturas, enquanto a enunciação coloca seus esforços no ato de produção dos enunciados, valorizando a subjetividade do seu locutor e o impacto do contexto social na comunicação.

Benveniste (1989), então, reconhece a língua enquanto um sistema semiótico por excelência, servindo como modelo interpretativo para outros sistemas de signos e consolidando-se como base para as interações sociais. Essa combinação entre os aspectos semióticos e semânticos permite à língua ultrapassar os limites de um código, oferecendo flexibilidade para criar novos significados. Essa perspectiva semiológico-enunciativa também se aplica à escrita, entendida como uma extensão da linguagem oral que, embora peculiar, mantém a capacidade de construir referência e sentido. Ao integrar a análise dos signos e a dimensão interativa da enunciação, Benveniste proporciona uma compreensão mais abrangente da linguagem, articulando estrutura, contexto e subjetividade na produção de sentidos.

Os três momentos principais que resumem sua teoria, segundo a interpretação de Flores (2013), (1) Pessoa e não pessoa; (2) Semiótico e semântico; e (3) O aparelho formal da enunciação, representam camadas de reflexão que, ainda que interligadas, oferecem nuances distintas para a análise da linguagem. O passeio pelo primeiro momento explorou as relações de subjetividade na linguagem. Ele distancia 'eu' e 'tu' do 'ele', marcando que a estrutura da linguagem é construída pela oposição entre essas duas categorias. Para Benveniste (1995), 'eu' será sempre único e o 'tu' será definido pela relação com o 'eu'. 'Ele', de outro modo, é algo ausente ou indeterminado. Essa categorização linguística não é apenas gramatical, mas fundamentalmente discursiva, evidenciando a forma como os sujeitos se posicionam

no ato enunciativo. No segundo momento, semiótico e semântico, Benveniste (1995) avança ao abordar a relação entre forma e sentido. Nesse período, ele discute como o sentido emerge da interação entre o enunciado e o contexto discursivo. Ele distingue entre sentido linguístico (relativo às relações formais entre os signos) e sentido enunciativo (ligado à subjetividade e ao ato de enunciação). A noção de "frase", nesse contexto, é ampliada como "uma produção de discurso", destacando que o sentido de uma expressão só pode ser compreendido plenamente em seu contexto de uso. Por fim, no terceiro momento, o aparelho formal da enunciação, Benveniste formula uma definição mais concreta de enunciação, descrevendo-a como "o ato individual de colocar a língua em funcionamento" (Benveniste, 1989, p. 82). Essa perspectiva inclui elementos essenciais, como a pessoa, a ostensão (elementos como "aqui", "este") e o tempo (marcado pelos tempos verbais), além dos procedimentos acessórios que envolvem funções sintáticas como interrogativa, afirmativa e imperativa.

O ponto destaque desta pesquisa é pensar a escrita sobre uma perspectiva semiológica. Em *Semiologia da língua*, Benveniste explora a escrita dentro da perspectiva de um sistema que abstrai a linguagem falada, retirando dela a sonoridade, tornando-a uma manifestação gráfica da língua. A escrita é, portanto, reflexo do próprio processo semiótico da língua. Conquanto Saussure (1999) não tenha dado a devida credibilidade a escrita se comparada à fala, Benveniste (1995) defende-a enquanto essencial para a materialização dos signos, concretizando a língua de maneira gráfica.

Pensar nas múltiplas possibilidades de uma escrita tornou necessário limitá-la ao setor acadêmico. Esta, por sua vez, é voltada para a produção de textos científicos, com objetivo de gerar efeitos de verdade e universalizar o conhecimento. Diferente do que Pereira (2013) prevê como objetivo e sem muitos apontamentos de subjetividades e opiniões, isto é, o texto se colocando acima do sujeito, as análises revelaram como os locutores estão utilizando da própria construção linguística para dar autoria a seus textos.

Esse mecanismo linguístico, todavia, requer um entendimento profundo dos recursos discursivos, que vão além da superfície do texto, envolvendo procedimentos de sintagmatização e semantização. Esses conceitos, caros ao trabalho aqui apresentado, são definidos pelo *Dicionário de Linguística da Enunciação* (Flores et al, 2009) e se referem ao estabelecimento de relações entre palavras e à atribuição de referências à atitude do sujeito e à situação enunciativa. A sintagmatização como a

inter-relação entre palavras no enunciado e a semantização enquanto a associação entre o sujeito e o contexto enunciativo. São esses procedimentos que permitem a atuação do sujeito no processo enunciativo.

Durante a realização das análises e a abordagem detalhada das quatro categorias centrais elencadas, foi possível observar como o discurso acadêmico escrito não se limita a transmissão e registro formal de informações, mas também assegura um espaço de diálogo entre autor e leitor, com implicações diretas na estrutura linguística e nas intenções comunicativas dos textos.

A categoria nomeada de referência ao locutor e, implicitamente, ao interlocutor evidenciou que — embora a academia possua regras que limitam a relação íntima e direta com o interlocutor — essa conexão está distante de ser anulada. Diversamente, o locutor, ao se referir a si mesmo de maneira explícita ou implícita, faz com que o interlocutor seja reconhecido como parte integrante do discurso (Benveniste, 1995), seja pela utilização da primeira pessoa do plural, seja pela construção impessoal. Ou seja, um movimento de aproximação e distanciamento que ocorre conforme a situação discursiva se apresenta.

A referência ao tempo e ao espaço também evidenciou estratégias essenciais para a organização interna do texto. A dêixis, neste caso, conecta o ato enunciativo ao contexto em que ele ocorre, possibilitando que o discurso faça sentido tanto para o locutor quanto para seu interlocutor. Na enunciação, a dêixis refere-se a elementos linguísticos que situam seu enunciado em relação ao aqui e agora em relação ao sujeito do discurso. Expressões temporais como “neste artigo” ou “na seção a seguir”, e referências espaciais como “aqui” e “ali” foram encontradas nas introduções e auxiliaram a estruturar o texto e guiar o leitor. Essa organização temporal e espacial permitiu que os interlocutores compreendessem a progressão da argumentação. Essa categoria demonstrou a importância da clareza na orientação do leitor ao longo do desenvolvimento do discurso acadêmico.

Ainda, a intenção comunicativa explícita merece grande destaque pelo efeito incomum. Sua presença revelou movimentos claros do locutor diante do interlocutor. A existência de pronomes possessivos como “meu objetivo” ou “meu interesse” criou um vínculo no qual o escritor orienta o leitor sobre como o conteúdo deve ser compreendido. Essa relação evidencia a recepção do texto, ansiando por uma resposta específica ou um entendimento do interlocutor.

Por fim, os índices de avaliação exibiram a capacidade do locutor de se posicionar de maneira crítica e argumentativa, sinalizando ausências, completudes ou necessidades de mudança. O locutor ativo que transmite seu conhecimento, sugere novas perspectivas ou questiona o status quo. Esse locutor convida o interlocutor a refletir e repensar algumas práticas e teorias. Além disso, possibilita a visão de um futuro mais opinativo para os textos acadêmicos.

Em suma, a análise das quatro categorias revelou como o discurso acadêmico, mesmo cercado de formalidade e objetividade, não é unidirecional. Ele é um campo dinâmico e interativo em que o locutor e o interlocutor constroem mutuamente por meio das estratégias linguísticas que estabelecem tanto implicitamente quanto explicitamente uma relação complexa de comunicação. A partir da perspectiva de Benveniste (2006), a construção do sujeito e reconhecimento do interlocutor reflete a essencialidade da comunicação acadêmica que está pautada em um interminável diálogo, fundamental para a transmissão do saber.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

AGUSTINI, C. L. H.; LEITE, J. de D. Benveniste e a teoria saussuriana do signo linguístico: o binômio contingência-necessidade. **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 30, p. 113-129, 2012. Disponível em: <http://www.revistalinguas.com/edicao30/artigo7.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

LEITE, J. de D.; AGUSTINI, C. L. H. Dos relatos reflexivos do Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa: a questão do regime enunciativo. **Signum: Estudos da Linguagem**, Londrina, v. 21, n. 3, p. 346-366, 2018. DOI: <https://doi.org/10.5433/2237-4876.2018v21n3p346>. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/signum/article/view/29753>. Acesso em: 10 ago. 2024.

ANTUNES, I. Avaliação da produção textual no ensino médio. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. **Português no ensino médio e formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.

ARESI, F. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. **ReVel**, [S. l.], v. 9, n. 16, 2011, p. 262-275. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_16_os_indices_especificos.pdf. Acesso em: 18 dez. 2024.

ARANHA, S. **A argumentação nas introduções de trabalhos da área de Química**. 1996. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução: Michel Lahud, Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BALZAN, C. F. P. Da noção de subjetividade de Benveniste à leitura como ato enunciativo. **Leitura: Teoria & Prática**, Campinas, SP, v. 35, n. 69, p. 87-102, 2017. DOI: <https://doi.org/10.34112/2317-0972a2017v35n69p87-102>. Disponível em: <https://ltp.emnuvens.com.br/ltp/article/view/561>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BHATIA, V. K. **Analysing genre: language use in professional settings**. New York: Longman, 1993.

BENVENISTE, Émile. **Problemas de linguística geral I**. 4. ed. Tradução: Maria da Glória Novak, Maria Luiza Neri. Campinas: Pontes Editores, 1995.

_____. **Problemas de linguística geral II**. Tradução: Eduardo Guimarães, et al. Campinas, SP: Pontes, 1989.

_____. **Problemas de linguística geral II**. 2. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

_____. **Últimas aulas no Collège de France (1968 e 1969)**. Tradução: Verónica Galíndez-Jorge, et al. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

BIANCHETTI, Lucídio, MEKSENAS, Paulo (orgs.). **A trama do conhecimento: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa**. Campinas: Papius, 2008.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. **Coerência, referenciação e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.

CAZARIN, E. A. A representação do sujeito no discurso político de L. I. Lula Da Silva. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, SP, v. 37, p. 5–10, 2012. DOI: 10.20396/cel.v37i0.8636927. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8636927>. Acesso em: 24 dez. 2024.

FARIAS, B. S. Os lugares de falante e analista de linguagem e a imbricação das instâncias linguística e antropológica na enunciação. In: SILVA, S.; CAVALHEIRO, J. (orgs.). **Atualidade dos estudos enunciativos**. Curitiba: Primas, 2016. p. 95-118.

FERREIRA JÚNIOR, J. T.; FLORES, V. do N.; CAVALCANTE, M. C. B. A Teoria de Benveniste sobre a personalidade e seus desdobramentos na enunciação infantil. **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, [S. l.], v. 31, n. 2, p. 527-558, jul. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-44509841905164449>. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/26392>. Acesso em: 24 dez. 2024.

FERREIRA JÚNIOR, J. T. **A dêixis pessoal nas interações mãe-bebê: a constituição do sujeito no processo de enunciação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Linguística e ensino) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6494>. Acesso em: 24 dez. 2024.

FLORES, V. do N. **Introdução à teoria enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013.

FLORES, V. do N. (2013). Princípios para a definição do objeto da linguística da enunciação: uma introdução (primeira parte). **Letras De Hoje**, 36(4). Recuperado de <https://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/article/view/14418>. Acesso em: 16 jan. 2025.

FLORES, V. do N. *et al.* **Dicionário de linguística da enunciação**. São Paulo: Contexto, 2009.

GUIMARÃES, E. **Semântica: enunciação e sentido**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

_____. Análise de texto: Um Estudo Enunciativo. *In*: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 60., 2008, Campinas. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas: Unicamp, 2008. Disponível em: <http://www.sbpcnet.org.br/livro/60ra/textos/CO-EduardoGuimaraes.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2025.

HENZ, G. P. Como aprimorar o formato de um artigo científico. **Horticultura Brasileira**, Brasília, v. 21, n. 2, p. 145-148. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-05362003000200004>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hb/a/wJ6TsvcFM4GSrDVXGyyzz7m/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

HOLME, R. V. A perspectiva enunciativa de Émile Benveniste: Deslocamentos para os estudos textuais. **Cadernos do IL**, Porto Alegre, n. 56, p. 118-130, nov. 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/2236-6385.83657>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/cadernosdoil/article/view/83657>. Acesso em: 23 abr. 2024.

HYLAND, K. **Disciplinary discourse: social interactions in academic writing**. Singapura: Pearson, 2000.

KNACK, C. De Benveniste às pesquisas prospectivas: a noção de deslocamento e seu valor teórico-metodológico. *In*: OLIVEIRA, G. F.; ARESI, F. (orgs.). **O Universo Benvenistiano: enunciação, sociedade, semiologia**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2020. p. 141-163.

LOPES, A. K. C.; PACHECO, J. T. S. O estudo da dêixis no gênero carta literária. **Revista de Letras**, Fortaleza, v. 2, n. 34, p. 72-81, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/23113>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MARCUSCHI, L. A. **Produção Textual, Análise de gêneros e Compreensão**. São Paulo: Parábola, 2008.

MARTINS, I. G. R.; MOEBUS, R.; PINHÃO, F.; LIMA, A.; VIEIRA, A. Caracterização das posições enunciativas de autores de textos submetidos à revista Ciência em Tela: uma análise preliminar. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIA, 4., 2007, Florianópolis. **Anais eletrônicos** [...]. Florianópolis: UFMG, 2007. Disponível em: <http://www.fep.if.usp.br/~profis/arquivos/vienpec/CR2/p852.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MELLO, V. H. D. de. **A sintagmatização-semantização**: uma proposta de análise de texto. 2012. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, UFRGS, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/56031>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MELLO, V. H. D.; SCHAWABE, C. R.; STEIN, J. O. O sabor do re-viver: o jogo entre índices específicos e procedimentos acessórios. **Intersecções**, ed. 15, ano 8, n. 1, p. 294-312, mai. 2015. Disponível em: <https://revistas.anchieta.br/index.php/RevistaInterseccoes/article/view/1226>. Acesso em: 23 abr. 2024.

MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. R. **Produção textual na universidade**. São Paulo: Parábola, 2010.

MEDEIROS, C. M. de; RODRIGUES, M. das G. S. Responsabilidade enunciativa na seção “das preliminares” do gênero jurídico contestação. **Linguística**, Montevideu, v. 34, n. 1, p. 88-112, jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5935/2079-312x.20180006>. Disponível em: http://www.scielo.edu.uy/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2079-312X2018000100088&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 23 mar. 2024.

OLIVEIRA, A. F. C. de; FERREIRA JÚNIOR, J. T. Procedimentos de sintagmatização em relatórios de visita técnica produzidos por discentes de engenharia civil: uma perspectiva enunciativa. CONGRESSO NACIONAL EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE LINGUAGEM, 1., 2020, Recife. **Anais eletrônicos** [...]. Recife: UFRPE, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/72011>. Acesso em: 13 fev. 2024.

ORLANDI, E. P. **A Linguagem e seu Funcionamento**. Campinas: Pontes Editores, 1987.

PEREIRA, M. V. **A estética da professoralidade**: um estudo interdisciplinar sobre a formação do professor. 1996. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/9541>. Acesso em: 20 fev. 2024.

PEREIRA, R. A escrita acadêmica e a formação de pesquisadores: superando os obstáculos epistemológicos na produção de um artigo científico. **Revista de Gestão e Secretariado**, [S. l.], v. 14, n. 4, p. 4973-4992, 2023. DOI: <https://doi.org/10.7769/gesec.v14i4.1962>. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1962>. Acesso em: 13 fev. 2024.

PEREIRA, M.V. A escrita acadêmica: do excessivo ao razoável. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 51, p. 213-244, jan-mar. 2013. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782013000100013>. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10923/8727>. Acesso em: 01 fev. 2024.

PIRES, V. L.; WERNER, K. C. G. A dêixis na teoria da enunciação de Benveniste. *Revista*, n. 02, p. 2007. DOI: <https://doi.org/10.5902/2176148511926>.

PIETRI, Émerson de. Ensino da escrita na escola: processos e rupturas. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 37, p. 133-160, set./dez. 2010. DOI: <https://doi.org/10.15210/caduc.v0i37.1583>. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/1583>. Acesso em: 13 fev. 2024.

RAMPAZZO, L.; ARANHA, S. Revisitar o conceito de comunidade para discutir sua aplicação a contextos telecolaborativos. **ALFA: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 63, n. 2, p. 373-396, abr. 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/1981-5794-1909-6>. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/11446>. Acesso em: 13 fev. 2024.

SIPTZER, L. **Linguística e História Literária**. Madrid: Gredos, 1948.

SAUSSURE, F. de. **Curso de linguística geral**. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25. ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

SILVA, C. L. da C. S. O estudo do texto em uma perspectiva enunciativa de linguagem. **DELTA: Documentação de estudos em linguística teórica e aplicada**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 419-433, jan-mar. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-44501108954472384>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/bZRT7LCSvZtw9Jppmm3jGGK/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, C. L. da C.; STUMPF, E. M. O papel dos índices específicos e dos procedimentos acessórios na enunciação e na metaenunciação da criança. **Revista Desenredo**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2012. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rd/article/view/2642>. Acesso em: 16 jan. 2025.

SWALES, J. M. **Genre analysis**: English in academic and research settings. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. **Other floors, other voices**: a textography of a small university building. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, 1998.

TITELLO, D. V. **A escrita como fenômeno semiológico em Émile Benveniste**. 2019. Tese (Doutorado em Estudos da Linguagem) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/207558>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ANEXO A – LINKS DAS INTRODUÇÕES DE LINGUÍSTICA

- **LING. 1: Prática científica na escrita de professora.**

(FONTE: Revista Linguagem em (Dis)curso – LemD, Tubarão, SC, v. 19, n. 2, p. 273-292, maio/ago. 2019). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ld/a/n5grmnFR3kr49L6pnPX3qFd/?lang=pt&format=pdf>

- **LING. 2: O plano de texto do artigo científico: caracterização e perspectivas didáticas.**

(FONTE: Revista D.E.L.T.A., 35-4, 2019 (1-38): e2019350409). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/jiTzPZxYvzB8PYHyT5Ttxtht/?lang=pt>

- **LING. 3: Estilização de gênero e ideologias linguísticas: conexões teóricas.**

(FONTE: Revista Cad. Est. Ling., Campinas, v.62, p. 1-13, e020003, 2020). Disponível

em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8656071>

- **LING. 4: O trabalho técnico-metodológico e analítico com dados interacionais audiovisuais: a disponibilidade de recursos multimodais nas interações.**

(FONTE: Revista D.E.L.T.A., 35-4, 2019 (1-36): e2019350404). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/delta/a/kwx8DDCVspmTwyjcq5qYxWg/?lang=pt>

- **LING. 5: O (não) lugar da fonética e da fonologia em livros didáticos brasileiros do ensino fundamental anos finais.**

(FONTE: Revista Cad. Est. Ling., Campinas, v.62, p. 1-20, e020013, 2020). Disponível

em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8660663>

- **LING. 6: O debate deriva/contato na história do Português brasileiro.**

(FONTE: Revista Alfa, São Paulo, v.64, e11584, 2020). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/alfa/a/g5zccDht56P8szGZTL64GbD/>

- **LING. 7: Introduzindo argumentos à estrutura verbal karitiana.**

(FONTE: Revista Alfa, São Paulo, v.64, e11678, 2020). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/alfa/a/BV6BDxq5QtbbFkS6DzSdH5k/?lang=pt>

- **LING. 8: O jornal como instância de enunciação complexa: o superenunciador.**

(FONTE: Revista Alfa, São Paulo, v.64, e11701, 2020). Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/alfa/a/pmTk8f4dLHzWDtndN8Rfgry/?format=pdf&lang=pt>

- **LING. 9: A sintaxe no brasil: notas historiográficas e eixos temáticos de investigação.**

(FONTE: Revista Alfa, São Paulo, v.64, e12288, 2020). Disponível: <https://www.scielo.br/j/alfa/a/H8PCJx6gfm4RgnGzMciMW3h/abstract/?lang=pt>

- **LING. 10: A influência da prosódia da fala na resolução de ambiguidade sintática: um estudo de processamento de sentença.**

(FONTE: Cad. Est. Ling., Campinas, v.63, p. 1-23, e021004, 2021) Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cel/article/view/8660603>

ANEXO B – LINKS DAS INTRODUÇÕES DE LITERATURA

- **LIT. 1: O homem (1887), de Aluísio de Azevedo, como best-seller erótico.**
(FONTE: Revista ALEA, vol. 21/3 | p. 65-80 | set-dez. 2019). Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/alea/a/hwB3G75xrjfFLfYKsNfz6NH/>
- **LIT. 2: Poema como partitura, leitor como performer: outro corpo em outro tempo.**
(FONTE: Revista ALEA, vol. 21/1 | p. 75-91 | jan-abr. 2019). Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/alea/a/G8RCFyfRmmFSnXSRb339Qzb/>
- **LIT. 3: A realidade obedecia a uma outra escala”: realismo afetivo em *Azul corvo*, de Adriana Lisboa.**
(FONTE: Revista ALEA, vol. 21/1 | p. 111-133 | jan-abr. 2019). Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/1517-106X/211111133>
- **LIT. 4: Um livro singular e fácil de vender”: o *spleen de paris* na correspondência de Baudelaire.**
FONTE: Revista ALEA, vol. 21/2 | p. 98-113 | mai-ago. 2019). Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/alea/a/5xmmMtfP9NYZzg79VPsDBmg/?lang=pt>
- **LIT. 5: O testamento amoroso medieval e a querela da “bela dama sem misericórdia.**
(FONTE: Revista ALEA, vol. 21/2, p. 238-254 | mai-ago. 2019). Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/334782737_O_testamento_amoroso_medieval_e_a_querela_da_Bela_dama_sem_misericordia
- **LIT. 6: O corpo importa: corpos falantes e a produção discursiva do sexo.**
(FONTE: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 28(3): e59271). Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/ppk8hnxBcYJ7yLyJdWZgqYL/?lang=pt>
- **LIT. 7: Gênero na perspectiva decolonial: revisão integrativa no cenário latino-americano.**
(FONTE: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 28(3): e61905). Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/61905/44906>
- **LIT. 8: Novos feminismos? conexões e conflitos intergeracionais entre feministas.**
(FONTE: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 28(3): e62026). Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/ref/a/nFgmLv3D69L7RzBWBWwWZ6z/>
- **LIT. 9: Feminismos criminológicos e “tecnopolíticas”: novos ‘quadros’ para violência de gênero.**

(FONTE: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 18(3): e63035). Disponível em:
<https://www.redalyc.org/journal/381/38165536010/>

- **LIT. 10: Raça e gênero na construção de trajetórias de mulheres quilombolas.**

(FONTE: Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 28(3): e63121). Disponível em:
<https://www.scielo.br/jj/ref/a/wHHYYNvzFXGKfQjzj7JR9Jt/?lang=pt>